

CADERNOS
CANDIDO MENDES

Relações França—África

Brasil, Atlântico Sul e África Austral

Estado-Nação e pluralidade étnica

O "partido negro" na Independência da Bahia

O negro paulistano em busca da cidadania

O negro nas vésperas do centenário

O lugar da mulher negra

A família negra

estudos

AFRO-ASIÁTICOS

13



CADERNOS
CANDIDO MENDES

estudos **13**
AFRO-ASIÁTICOS

Centro de Estudos Afro-Asiáticos

Diretor
Candido Mendes

Vice-Diretor
Carlos A. Hasenbalg

N.º 13 — Março de 1987 ISSN 0101-546x

Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA
do Conjunto Universitário Candido Mendes

Diretor
Candido Mendes

Editor
José Maria Nunes Pereira

Secretário de Redação
Carlos Augusto de Oliveira Lima

Conselho Editorial
Candido Mendes, Carlos A. Hasenbalg, Denise Ferreira da Silva, Jacques d'Adesky, José Maria Nunes Pereira, Juarez Pinheiro Coqueiro, Nelson do Valle e Silva, Tereza Cristina Nascimento Araujo e Yvonne Maggie.

Conselho Consultivo
Beatriz Góis Dantas, Carlos Moreira Henriques Serrano, Climério Joaquim Ferreira, Clovis Moura, Eduardo J. Barros, Fernando A. Albuquerque Mourão, João Baptista Borges Pereira, João José Reis, Joel Rufino dos Santos, Juana Elbein dos Santos, Júlio Braga, Kabengele Munanga, Manuela Carneiro da Cunha, Maria Beatriz Nascimento, Marina Corrêa, Milton Santos, Octavio Ianni, Roberto Motta e Robert W. Slenes.

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores

We ask for exchange

Price:
Single copies: US\$ 6.00
Double copies: US\$ 12.00
Subscription: US\$ 30.00 (five issues)

Assinaturas, correspondência e pedidos de números atrasados devem ser encaminhados para:
Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to:
Sociedade Brasileira de Instrução — Centro de Estudos Afro-Asiáticos
Rua da Assembléia, 10 — conjunto 501 — tel.: 224-8622 - ramal 59
20011 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil

Estudos Afro-Asiáticos tem o apoio da Fundação Ford

SUMÁRIO

Relações França—África: neocolonialismo e cooperação 5

José Maria Nunes Pereira

Sendo a França a potência mais determinada a manter uma forte influência na África, a cooperação que realiza com esse continente tem sido um instrumento altamente eficaz para esse propósito. Dado o quadro mundial de escassas opções, a política africana de Paris vem obtendo, cada vez mais, um elevado grau de adesão de um número crescente de dirigentes africanos. Nela, o fator cultural é a marca mais original, com destaque para a francofonia.

Brasil, Atlântico Sul e o conflito da África Austral 26

Williams da Silva Gonçalves

Aborda duas questões polêmicas: o *apartheid*, através da análise prospectiva dos seus desdobramentos, e as atuais condições político-militares brasileiras para enfrentar uma possível crise de grandes proporções na área do Atlântico Sul.

Estado-Nação e pluralidade étnica na África Negra 37

Jacques d'Adesky

Um Estado centralizador e com partido único é defendido por elites africanas como alternativa ao tribalismo e regionalismo, com desprezo pela questão étnica. Como forma mais adequada de organização política é recomendado o federalismo descentralizado, que seria capaz de conciliar a unidade nacional com a necessidade de autonomia, baseando-se na coexistência de populações diversificadas.

O jogo duro do Dois de Julho: o "partido negro" na Independência da Bahia 47

João José Reis

Discute o processo de independência na Bahia, destacando a atuação do "partido negro", composto de africanos e afro-baianos livres e escravos, expressão de uma rebelião individual e coletiva que procurava conquistar espaços na sociedade.

O negro paulistano enquanto folião carnavalesco e sua longa trajetória em busca da cidadania 61

Olga R. de Moraes van Simson

Enfoca as relações entre os foliões negros paulistanos e as autoridades desde o século XIX, com a dança Caiapós, até as atuais escolas de samba, ressaltando que talvez esteja em gestação uma identidade sócio-cultural mais combativa que poderá conduzir as entidades carnavalescas a conquistas significativas.

O negro nas vésperas do centenário 79

Carlos A. Hasenbalg

Destaca alguns pontos que exemplificam a pouca aceitação das demandas do movimento negro a uma sociedade que lhe é surda, a baixa visibilidade da questão racial e o fato de a "democracia racial" ter limitado a possibilidade de mobilidade social dos negros no Brasil.

Repensando o lugar da mulher negra 87

Lucia Elena Garcia de Oliveira, Rosa Maria Porcaro e Tereza Cristina Nascimento Araujo

Refletindo sobre a imagem dominante de que as famílias negras de baixa renda seriam predominantemente sustentadas por mulheres negras, o artigo, com base em informações do Censo de 1980, coloca em questão essa imagem, que teria também, como corolário, a suposta inferioridade econômica do homem negro.

A família negra: exame de algumas questões 100

Moema de Poli Teixeira Pacheco

Ao levantar a questão da especificidade da família negra, propõe rediscutir a idéia de que há um comportamento diferenciado, com base na cor, na estrutura familiar de brancos e negros.

Teses 110

CEAA 115

O legado de Aquino de Bragança 118

RELAÇÕES FRANÇA-ÁFRICA: NEOCOLONIALISMO E COOPERAÇÃO

*José Maria Nunes Pereira**

Comunicação apresentada no Grupo de Trabalho "Relações Internacionais e Política Externa" durante o 9.º Encontro Anual da ANPOCS — Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Águas de São Pedro,
22 a 25 de outubro de 1985.

* Professor Assistente de Relações Internacionais na África e pesquisador do CFAA.

Introdução

As relações franco-africanas contemporâneas, sobretudo as que envolvem a França com as suas ex-colônias, são geralmente caracterizadas como de tipo neocolonial. Vários autores, citados ao longo deste texto, procuram comprovar isso. Adotamos a mesma posição, não só para as relações franco-africanas, como para as de quaisquer outras ex-metrópoles ou potências. O que deve ser levado em conta é, por um lado, o tipo e os diversos graus de resistência com que cada país africano defronta essas relações e, por outro, a capacidade, interesse, oportunidade e métodos dessas potências, ex-metrópoles, ou não.

Neocolonialismo e imperialismo são conceitos próximos. Não é fundamental, para o caso em pauta, diferenciá-los. Vamos, portanto, pressupor que deva ser designada de neocolonial a relação, quando de dependência, de uma ex-colônia face à sua antiga metrópole.

O discurso oficial francês, bem como o dos dirigentes africanos designados como "moderados", prefere enfatizar nessas relações os benefícios da cooperação franco-africana, articulada em vários níveis (econômico-financeiro, cultural, militar, técnico etc.) através de inúmeras organizações e de mil e um mecanismos. Muitos argumentam que tal cooperação é, no mínimo, um mal menor dentro do quadro da fragilidade dos Estados africanos e da falta de outras opções na lei da selva reinante no atual sistema mundial de poder.

Sobre a questão da cooperação/neocolonialismo, Ladipo Adamolekun, professor da Universidade de Ifé (Nigéria), interroga: "É possível que os líderes africanos estejam inconscientes dos aspectos negativos desses acordos de cooperação?" E responde: "A evidência disponível sugere que eles estavam tão preocupados com a questão imediata de

constituir os seus novos Estados que não se sentiam em posição de submeter esses acordos a uma análise de custos e benefícios. A tarefa urgente era resolver o problema posto pelo estatuto recém-adquirido de soberania, e os tratados de cooperação pareciam prometer alguma solução. Na verdade, eles eram justificados em larga medida. Por exemplo: nenhum dos Estados conseguiria ter sucesso mantendo e desenvolvendo o serviço público existente no momento da independência sem o apoio dos técnicos franceses. Também a assistência financeira foi indispensável para muitos desses Estados, durante os primeiros anos de independência.”¹

No entanto, a preocupação mais explícita neste texto não é o debate neocolonialismo/cooperação, mas sim a de debruçar-se sobre alguns aspectos das relações da França com a África. Elas são diferentes para cada país africano e para cada conjuntura em particular, bem como podem ser vistas do ângulo francês ou da ótica dos africanos. Melhor ainda: poderiam ser analisadas dentro de uma perspectiva de luta e alianças de classes nos dois continentes. No entanto, permitam-nos aqui uma visão geral que revele as seguintes questões: a) qual o papel que a França desempenha na África e qual a importância deste continente para ela e para a Europa, em particular, e para o Ocidente, em geral; b) quais as principais razões da reconhecida eficácia com que Paris atua no continente, de modo a obter um alto grau de adesão das classes dirigentes aliadas, como também uma freqüente aquiescência de líderes africanos de variados matizes ideológicos, aquiescência essa que beira o reconhecimento da hegemonia francesa, o que não ocorre com mais nenhuma das ex-metrópoles (nem com a Inglaterra, apesar da *Commonwealth*) e muito menos com qualquer uma das superpotências, normalmente hostilizadas, apesar da “ajuda” que estas dispensam e da ênfase que põem em não terem tido um passado de

colonizadores no continente; c) quais os fatores preponderantes nessa influência e quais os principais meios usados para exercê-la.²

A hipótese que levantamos, como resposta para as duas últimas questões (“b” e “c”), é que a reconhecida eficácia na atuação de Paris está relacionada com o elevado grau de importância que a França dedica ao continente; com a irradiação que promove da sua cultura (*vide* a francofonia), mormente junto às elites e camadas urbanas; e o tipo de cooperação múltipla e articulada que desenvolve na África, sobretudo na de expressão francesa. Na base dessa atuação está um conhecimento sólido, longamente acumulado e vivenciado das realidades africanas, e que é continuamente reciclado de duas formas básicas: boa informação sistematizada em muitas dezenas de centros de estudo e publicações especializadas e um confronto, que se traduz em *feedback* para os órgãos do governo, com a crítica que certos setores da esquerda francesa e de africanos residentes na França fazem da atuação de Paris. Daí não constituir surpresa a grande capacidade de adaptação da França face a mudanças políticas súbitas que surgem no continente africano.

Devemos advertir que o céu africano não é tão azul para a França como se poderia inferir destes últimos parágrafos. No decorrer do texto e, sobretudo no final dele, haverá lugar para balancear melhor as afirmações até agora feitas e que, no momento, pretendem não só ter um caráter geral mas, sobretudo, comparativo com o que ocorre com outras potências em relação à África.

Para melhor compreender a atuação da França na África de hoje seria extremamente útil fazer um exame dos tipos e métodos de colonialismo que ela utilizou no continente. Na impossibilidade disso neste texto, vale uma breve referência a uma das práticas político-ideológicas que permeou a colonização francesa: o assimilacionismo. Este pretendeu

e conseguiu produzir uma diminuta elite de "assimilados" (em oposição à massa de mais de 90% de "indígenas") que, ao absorver e assumir a língua, valores e costumes franceses, ganhou o estatuto de cidadãos franceses, com direito a voto no mesmo nível dos colonos.

Apesar do ditado popular da época dizer, com acerto, que a colonização francesa traduziu-se por "bastante sujeição, muito pouca autonomia e uma gota de assimilação", quem pôde, bebeu avidamente essa gota, não só pelos direitos (mesmo que muito limitados) que isso lhe proporcionava, através do estatuto de cidadão, como, talvez, por um natural deslumbramento face a uma cultura que possuía, apesar da prática colonial contrária, valores de libertação tidos como universais: "Liberdade, Igualdade, Fraternidade". As elites culturais brasileiras conhecem bem, até hoje, o fascínio da cultura francesa.

Uma marca importante do assimilacionismo francês foi o poder de "sucção" que exerceu sobre a elite por ele produzida. Esse poder de sucção, de co-participação na mecânica colonial a partir da própria metrópole, fez com que dezenas de políticos africanos, na fase final do colonialismo, se tornassem deputados na própria Assembleia Nacional Francesa. Líderes como o senegalês Lamine Gueye e o atual presidente da Costa do Marfim, Houphouët-Boigny, foram ministros do governo central de Paris. Léopold Senghor, ex-presidente senegalês, foi secretário de Estado. Atualmente, ele é membro pleno da Academia de Letras da França. Jamais o governo de Sua Majestade britânica teve deputados ou ministros africanos em Londres.

A política inglesa preferia, nos casos e no ritmo que achasse adequados, a descentralização, visando a um futuro *self-government*. Criou para isso os conselhos legislativos e executivos locais, onde os africanos, paulatinamente, iam atingindo neles a maioria em

relação aos funcionários e colonos britânicos. A nosso ver, se a Inglaterra praticou, com igual ou até maior intensidade que a França, a cooptação política das elites locais — preferindo normalmente os chefes tradicionais —, não exerceu sobre elas, por motivos de suas estratégias coloniais, a mesma força de sucção, de absorção cultural, que a França. Esta também criou, substancialmente a partir da *loi-cadre* de 1956, as assembleias e governos locais, mas em convivência com a política centralizadora e assimilacionista — deixamos de lado o integracionismo praticado na Argélia e nos TOM-DOM (territórios e domínios do ultramar) e a prática de administração paralela no Marrocos e na Tunísia. Em suma, o *indirect-rule* britânico não teve tradução francesa na política colonial de Paris.

Quanto ao assimilacionismo, vale a pena destacar alguns trechos de um artigo publicado recentemente na mais importante revista econômica patronal francesa sobre a África, *Marchés Tropicaux*: "Após a Segunda Guerra Mundial, o desejo de assimilação foi levado pela IV República até o ponto de implementar no ultramar os partidos políticos e os sindicatos franceses (...). Esse estado de espírito estava tão enraizado que, em 1959, na hora em que o colonizador abdicava da sua soberania e quando as independências começavam a florir um pouco por toda a parte, vimos um funcionário metropolitano, em missão junto à Comunidade [franco-africana] distribuir, em cada capital, forn. lários já preparados de constituições democráticas e parlamentares, onde só estavam em branco o nome do novo Estado e o do seu presidente." Na página anterior desse artigo, o autor nos dá o alibi da assimilação, dizendo que ela encontra a sua origem "no dogma bíblico da unidade da espécie humana. Já que os povos colonizados têm a mesma origem do colonizador, o dever deste é o de levá-los, de uma maneira ou de outra, à

sua língua, à sua religião e à sua cultura, por definição, as melhores".³

Relações França-África: continuidade na mudança

Para Yves Benot, renomado especialista francês em problemas políticos africanos (uma de suas obras, *Ideologias Políticas Africanas*, está traduzida por uma editora portuguesa), "a política francesa na África ao sul do Saara obedece, desde há vinte anos, a uma linha geral que foi fixada sob o reinado de de Gaulle e cujas variantes ou deformações sob Giscard d'Estaing não se compreendem senão no quadro dessa continuidade. Essa linha deve ser examinada por si mesma, como um elemento essencial da política interna francesa. O neocolonialismo afeta e modifica os dois extremos da cadeia, tanto na potência exploradora quanto no país explorado, e é esta ligação que deveria constituir a base das lutas do movimento operário aqui e lá".⁴

Benot chama também a atenção para um aparente paradoxo da descolonização francesa cumprida entre 1958 e 1960 (15 colônias africanas nesse período, sendo 14 só em 1960; a Guiné "arrancara" a sua em 1958). Esse paradoxo estava no fato de De Gaulle, ao subir ao poder em 1958, com todo o apoio da direita (que veio a perder em 1960, por causa de sua política argelina), ter sabido realizar tão rapidamente a passagem à independência dessas 15 colônias, enquanto que o regime anterior da IV República, submetido a uma pressão muito mais forte da esquerda francesa, havia se recusado obstinadamente a isso. É claro que Benot leva em consideração o movimento nacionalista africano, que acelerou essa descolonização com a intensificação da luta a partir do final dos anos 50, bem como considera importantes os efeitos da derrota francesa na Indochina, em

1954, das independências do Marrocos e da Tunísia, em 1956, e do recrudescimento da guerra de libertação da Argélia, que havia sido desencadeada em novembro de 1954.

O que Benot procura também é chamar a atenção para a profunda reestruturação sofrida pelo capitalismo francês nesse período, quando o grande capital vê abrirem-se novas perspectivas que não poderiam mais estar ao alcance de pequenas e médias empresas francesas em concorrência com as multinacionais.⁵

Por outras palavras, reconstituída e reforçada sobre a base da modernização de seu capitalismo, a burguesia francesa se achava, desde os meados da década de 1950, em pleno vigor. Contudo, ela estava profundamente dividida. A fração do patronato tradicional (têxtil, calçado, mecânica etc.) ficou ligada à tradição do protecionismo, do malthusianismo e do intervencionismo do Estado. Ela usufruía por demais as vantagens do mercado relativamente protegido da Zona do Franco e inquietava-se com as perspectivas de um mercado europeu, mais aberto. De modo contrário, o grande patronato modernizador compreendeu o caráter inelutável da descolonização. Ele estava pronto para jogar a carta da livre troca organizada, da reestruturação da Europa através da CEE — Comunidade Econômica Européia, mas se defrontava com o bloco ainda poderoso do grande capital colonial. Este, mesmo tendo compreendido que a era colonial estava condenada, e tendo desde logo se preparado para a necessária reconversão, insistiu em aproveitar o máximo possível as vantagens da dominação colonial. Além do mais, esse grande capital colonial apoiava-se não só em frações do pequeno e médio patronato metropolitano ou ultramarino, ligado à exploração colonial, bem como sobre as camadas pequeno-burguesas e inclusive as populares que estavam prisioneiras da colonização de povoamento (como na Argélia, por exemplo).⁶

Esse impasse foi resolvido com a subida de de Gaulle ao poder e em benefício do grande capital francês integrado na CEE.⁷

Com as independências das colônias, as estruturas do Estado francês adaptaram-se à nova situação. O Ministério do Ultramar tornou-se Ministério da Cooperação, a Caixa Central da França do Ultramar virou Caixa Central de Cooperação Econômica, multiplicada nos novos Estados pelos bancos nacionais de desenvolvimento. Os institutos de emissão de moeda da AOF-Togo (Federação da África Ocidental Francesa e Togo) e da AEF-Camarões (Federação da África Equatorial Francesa e Camarões) tornaram-se bancos regionais. A moeda, o FCFA, mudou de nome: em vez de Franco das Colônias Francesas da África passou a chamar-se Franco da Comunidade Financeira Africana, mantendo, claro, a velha sigla, F CFA.

Os funcionários coloniais foram substituídos: os de mais alta responsabilidade, por "conselheiros técnicos" franceses, muito influentes ainda hoje nos ministérios da maioria dos países francófonos; e os demais funcionários, por cooperantes, numerosa e diversificada categoria de franceses que, em número aproximado de 12 mil, estão espalhados pelos países do continente, recebendo salários que absorvem por volta de 40% do volume (conselheiros incluídos) dos créditos concedidos pela França a esses países.⁸

As novas relações pós-independência entre a França e as suas ex-colônias não se assemelham às relações normais entre Estados soberanos. Elas não estão todas ligadas, como seria de esperar, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da França mas, na maioria dos casos, ao Ministério da Cooperação, que, depois da ascensão socialista, em 1981, teve o nome acrescentado da palavra Desenvolvimento. Nos primeiros 15 anos após as independências essas relações estavam especialmente ligadas ao importante Secretariado Geral da Presidência para a Comunidade e

Assuntos Africanos e Malgaches, chefiado, de 1958 até 1974, por Jacques Foccart, personagem com fama de fazer e desfazer ministros africanos, e não só... Quando Foccart deixou as suas funções, o jornal *Le Monde*, de 1/6/74, comentou a retirada do homem que "reinou na sombra das relações franco-africanas por mais de 15 anos, com seus fundos secretos e seus agentes". O cargo, com o título modificado, foi ocupado por René Fourniac, falecido em 1980, e no governo atual, por Guy Penne, tido somente como Conselheiro Especial do Presidente para Assuntos Africanos.

Depois da retirada de de Gaulle, em 1969, houve uma ligeira flutuação na política africana francesa, derivada das mudanças na política exterior de Paris. Esta ficou mais "atlantista", isto é, menos independente dos Estados Unidos, e mais preocupada com a CEE. Na verdade, essa flutuação tem sido considerada por alguns como mais aparente que real e, de qualquer modo, passageira. A partir de 1975, tendo como marco a retomada dos *sommets* franco-africanos, a França readquiriu a iniciativa.

Esses *sommets* anuais, os primeiros dos quais em 1973 (interrompidos em 1974), têm o nome oficial de Conferência de Chefes de Estado e de Governo da França e da África, e realizam-se tanto na França como em capitais africanas. É, digamos, a expressão ao mais alto nível da "solidariedade" franco-africana. Inicialmente destinada somente às ex-colônias, a Conferência tem hoje a adesão de países de colonização belga, inglesa e portuguesa (Guiné-Bissau). Na realizada em Vittel, França, em 1983, estiveram presentes, entre as delegações, 26 chefes de Estado africanos. Em dezembro de 1984, em Bujumbura (Burundi, ex-posseção belga), a participação na XI Conferência foi a menor desde a subida dos socialistas franceses ao poder: estiveram presentes somente 17 chefes de Estado e dois chefes de governo.⁹

Esses *sommets* ampliados são um reflexo do alargamento da ação política e econômica francesa em direção às antigas possessões belgas, das quais o Zaire é o exemplo mais expressivo, e portuguesas. Ultimamente a atuação da França tem-se intensificado muitíssimo em Angola, sobretudo no campo petrolífero. Angola e Moçambique já passaram a integrar organizações francesas de ajuda financeira, como o FAC – Fundo de Ajuda e Cooperação. Embora haja um grande avanço na Nigéria, o segundo parceiro econômico africano da França, logo após a Argélia, os países anglófonos ainda mostram-se um pouco reticentes a uma maior aproximação com a França.

Acreditou-se na África que a eleição do socialista François Mitterrand à presidência da República, em 1981, se constituiria numa virada na política africana para o continente, e ela foi celebrada ruidosamente pelos intelectuais e camadas urbanas da África. Por outro lado, os dirigentes africanos ligados à França, “moderados” e/ou “autoritários”, não escondiam as suas inquietações face ao novo governante, reputado como hostil ao neocolonialismo, favorável ao pluralismo democrático e ardente defensor dos direitos do homem. Aqueles que esperavam o “efeito Mitterrand”, isto é, ruptura e inovações, cedo tiveram uma desilusão. Após um curto período de hesitações (o reformista Jean-Pierre Cot acabou sendo substituído no Ministério da Cooperação e do Desenvolvimento por Christian Nucci) e apesar da permanência da retórica terceiro-mundista, o governo socialista retomou quase todas as práticas dos seus predecessores.¹⁰

No entanto, alguns discordam disso. No *sommet* de 1984, em Bujumbura, um ministro africano confienciava a um enviado da revista *Jeune Afrique*, a propósito da discordância de alguns chefes de Estado à atitude de Mitterrand face ao conflito do Chade: “Não podemos contestar abertamente aquele

[Mitterrand] que, no plano da economia e da ajuda faz o máximo pela África. Ele é o nosso melhor defensor junto às instâncias internacionais e aos países industrializados.” É curioso que o artigo desse enviado de *Jeune Afrique* ao *sommet* comece assim: “Certos responsáveis africanos têm, por vezes, reservas, até mesmo críticas a formular face à França de Mitterrand. Mas raros são aqueles a fazê-las diretamente. Preferem passá-las por outras vias (. . .). Eles encontraram nos jornalistas franceses presentes os melhores intermediários para fazer passar as suas mensagens.”¹¹

O papel estratégico da França na África

A França é o único país determinado a desempenhar um papel realmente ativo na proteção dos seus interesses econômicos e políticos no continente. Embora a África não represente, em 1984, mais do que cerca de 11% do comércio exterior da França, esse continente ocupa o 2.º lugar, logo depois da Europa, e antes, portanto, da América do Norte e até da Ásia (esta incluindo o Oriente Médio, portanto, o petróleo).¹²

A Inglaterra, que já foi a potência colonial número um da África, não conservou, apesar da *Commonwealth*, laços tão íntimos com as suas antigas colônias como a França. O número de países africanos da *Commonwealth* é de 14, contra mais de duas dezenas de Estados que participam dos *sommets* e têm acordos, inclusive militares, com a França. É preciso, contudo, levar em consideração que os interesses britânicos estão mais concentrados em outras partes do Terceiro Mundo, como na Índia e no Caribe, por exemplo.

Por outro lado, a entrada britânica na CEE contribuiu para diluir os laços econômicos com as suas antigas colônias africanas, bem como a queda da libra. Aliás, não existe

uma união monetária britânica na África, a exemplo do que ocorre entre a França e a maior parte de suas ex-colônias. Acresce ainda, além das razões de política estratégica inglesa, que as ligações íntimas de Londres com o regime do *apartheid* da África do Sul e as atitudes dúbias que teve face ao regime de minoria branca da antiga Rodésia causaram sérios problemas nas relações anglo-africanas. É de notar que os Estados Unidos têm penetrado econômica, política e militarmente muito mais nas ex-colônias inglesas do que nas antigas possessões ultramarinas da França.

Acrescente-se que a França, na perspectiva que lhe é própria, objetiva defender não somente os seus interesses, mas também os que ela considera como sendo comuns à CEE. Neste quadro, a França representa, pelo menos na sua principal área de influência, o intermediário privilegiado entre a Europa e a África francófona, aí incluindo o Zaire e, talvez em breve, Angola (onde os franceses salientam, como o fazem também com a Guiné-Bissau, que uma boa parte da população desses dois países lusófonos fala francês, por motivo do refúgio e exílio de centenas de milhares de pessoas em países francófonos, durante as suas lutas de libertação).¹³

As intervenções militares francesas no continente têm por objetivo consolidar posições e fazer novos avanços. O apoio político ou militar dado a este ou àquele governo "amigo" não depende somente dos interesses econômicos franceses nesse país, mas pretende igualmente manter a solidez da cadeia no seu conjunto, cuidando dos elos que, porventura, num determinado momento, estejam mais fracos. Ao defender a permanência de Mobutu no Zaire, Paris está defendendo também outros líderes fiéis, seja Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim, ou outro qualquer. O que a França pretende, em última instância, é preservar as alianças neocolo-

niais. A estratégia francesa parece-se, nesse ponto, com a teoria americana do domínio. Aliás, segundo o veterano analista francês de relações internacionais, J. B. Duroselle: "Sutilmente, a carência dos Estados Unidos faz com que a França desempenhe o papel de contrapeso no continente."¹⁴

Por vezes, essas intervenções militares, sobretudo em países de influência francesa mais recente, como o Zaire, têm frequentemente a ver com a disputa com outras potências, inclusive os Estados Unidos. Exemplo: na intervenção no Zaire, em 1978, Giscard d'Estaing colocou os pára-quadristas franceses em jogo para pressionar os americanos a manter Mobutu no poder, pois os africanistas do Departamento de Estado, em Washington, preferiam, na época, substituí-lo por um político mais apresentável, porém, certamente, menos sensível ao charme discreto das empresas francesas.¹⁵ Outro exemplo mais marcante a lembrar foi a reposição quase imediata no poder, pelas tropas francesas estacionadas no Gabão, de Léon M'Ba, presidente do país, quando, em 1964, este foi deposto por militares que ameaçavam afastar-se da influência francesa em benefício da de Washington.

Esse grau de autonomia da França, de preservar os seus interesses em primeiro lugar, não está em contradição com a função que Paris exerce na África de defesa do Ocidente como um todo.

O continente africano constitui, sobretudo a partir das intervenções cubana em Angola, em 1975, e cubano-soviética na Etiópia, em 1977, um terreno de disputa importante entre os dois blocos mundiais. Essa disputa ganha maior relevo com o agravamento atual da situação na África do Sul e Namíbia. Por sua posição estratégica e reservas minerais, a África tornou-se vital para o Ocidente, especialmente para os países da CEE.

Quanto às reservas minerais, o aprisionamento da França pela África era, no final dos 70, de 40% de fosfato (Marrocos, Senegal e Togo), 100% de cobalto (do Zaire e da Zâmbia, mas processado na África do Sul), 16% do ferro (Mauritânia), 91% do manganês (51% do Gabão e 41% da África do Sul), entre outros.¹⁶

O caso da dependência ocidental em relação aos minérios da África do Sul toma dimensões graves no que se relaciona, sobretudo, com os Estados Unidos. Este país, entre 1980 e 1983, recebeu das minas sul-africanas, em relação ao seu consumo: 61% do cobalto, 55% do cromo, 49% da platina, 44% do vanádio e 39% do manganês, metais usados largamente na produção de aço e aviões. (Há, além desses, outros minerais importantes que os Estados Unidos importam da África do Sul.) Os estoques norte-americanos desses citados cinco minerais são suficientes para apenas um ano e se, por exemplo, fosse suspenso o fornecimento de manganês, os aviões da Força Aérea americana teriam, num primeiro momento, que parar.¹⁷

Sobre a questão estratégica africana, numa mesa-redonda realizada na Assembléia Nacional Francesa, em 11 de fevereiro de 1985, versando sobre a política que Paris deve ter face à África, um dos debatedores, o general Méry, começou por sublinhar a importância estratégica do continente africano para a Europa (tráfegos vitais, pontos-chave de controle, situação da rota do Cabo, a importância do Chifre da África face ao Oriente Médio, da Tunísia em relação ao Magrebe e ao Mediterrâneo, e de Dacar no contexto de toda a África Ocidental e do Atlântico), lembrando que Lenine dizia que "o caminho de Paris passa por Dacar". Segundo Méry, os soviéticos estão empenhados em destruir os laços de interdependência euro-africana, e os americanos só recentemente se aperceberam da importância do continente. Quanto à Europa Ocidental, ela

tem-se desinteressado desde há muito do futuro africano, com exceção da França, que assinou, com mais de duas dezenas de países africanos, acordos bilaterais com implicações militares, mantém no continente mais de mil conselheiros militares e tropas num total de cerca de 10 mil homens, forma quadros africanos para os exércitos nacionais e tem intervido em Estados africanos a convite dos governos destes.

O general Méry [a fonte que temos não indica o nome completo nem o cargo] propõe para a França três caminhos a tomar: a) preocupar-se em tornar os Estados africanos mais responsáveis e mais razoáveis, a fim de que não se engajem em ações militares de puro prestígio; b) concentrar melhor os esforços franceses em regiões estratégicas, solicitando a participação de outros governos do mundo livre, onde eles têm maior influência, e cooperar com eles; c) intervir militarmente, mas somente quando não há outra solução e no caso da intervenção ser solicitada.¹⁸

A última participação dessa referida mesa-redonda foi a de Jacques Ferrandi, antigo diretor do FED – Fundo Europeu para o Desenvolvimento. Na conclusão, ele afirmou: "A África continua sendo para a França o parceiro mais antigo (historicamente), o mais próximo (geográfica e culturalmente), o mais seguro (sentimentalmente) e, a médio prazo, o mais útil economicamente."¹⁹

Cooperação sob o neocolonialismo

Em discurso pronunciado na Assembléia Nacional Francesa, em 10 de junho de 1964, George Pompidou afirmava, a propósito da cooperação com a África: "A cooperação tem igualmente razões econômicas e políticas. A França não tem nenhuma razão de esconder que deseja manter uma certa influência, uma certa presença política, moral e cultural", e continuou: "Se nós partirmos,

Estudos Afro-Asiáticos, n.º 13, 1987

outros procurarão substituir-nos e ninguém ganhará nada com isso, especialmente os povos desse continente.”²⁰ No mesmo discurso, ele afirmou anteriormente: “Afinal de contas, e pelo menos no que respeita ao essencial, a política de cooperação é a sequência da política de expansão da Europa no século XIX, que ficou marcada pela criação ou ampliação de vastos impérios coloniais.”²¹

A cooperação franco-africana pode ser abordada através dos acordos bilaterais, dos diversos organismos que ligam Paris aos países africanos (e a outros do Terceiro Mundo) e da ajuda multilateral, bem como da participação em tratados europeus, dos quais o principal é, de longe, a Convenção de Lomé, que reúne os membros da CEE com 66 países ACP (África, Caribe e Pacífico), entre os quais o contingente africano (que não inclui a África do Norte, que tem tratados especiais) foi alargado de 44 para 46 com a entrada de Moçambique, em 1984, e a de Angola, em 1985. Assim, exceto a África do Sul e a Namíbia, toda a África subsaariana está englobada nesta Convenção.

Quanto aos acordos de cooperação, eles remontam ao período compreendido entre 1959 e 1963, quando foram assinados os primeiros deles entre a França e 18 países francófonos: Mauritânia, Senegal, Mali, Guiné, Costa do Marfim, Alto Volta (atual Burquina-Fasso), Togo, Daomé (atual Benin), Níger, Chade, Camarões, Congo, Gabão, República Centro-Africana e Madagascar, além das ex-possessões belgas: Zaire, Ruanda e Burundi. Os países do Magrebe, Marrocos e Tunísia, e Argélia depois, haviam já assinado acordos de cooperação.

Esses acordos, como já comentamos, cobrem as áreas econômica, financeira, cultural, técnica e, geralmente, militar.

Ainda no tempo de De Gaulle, até 1969, e depois com Pompiou na presidência, iniciou-se um clima de crise na cooperação

franco-africana que provocou, a partir de 1971, numerosos pedidos de revisão desses acordos. O governo francês, após muita resistência, resignou-se a atendê-los.

A associação da França à CEE tinha como corolário a generalização aos outros membros do Mercado Comum Europeu dos privilégios outrora exclusivos de Paris, o que colocava os franceses em concorrência com os seus parceiros europeus nos mercados dos países africanos. Estes, por sua vez, procuravam diversificar tanto as ajudas quanto as relações comerciais, assistindo-se então à entrada na África “francesa” de empresas alemãs-ocidentais, italianas etc.

No entanto, a revisão dos acordos, iniciada em 1972 sob pressão maior da Mauritânia e de Madagascar, traduziu-se, na quase totalidade dos casos, em remanejamentos que não modificavam, na época, questões de fundo, o que indica a capacidade de adaptação da França, mas não deixou de revelar um certo recuo de Paris.²² As revisões continuaram depois dessa época, algumas com maiores mudanças, outras com diminuição ou extensão em questões militares, mas os parâmetros gerais continuam praticamente os mesmos.

No que concerne aos organismos que impulsionam, de modo global, a cooperação franco-africana, faremos referência, nos de caráter econômico e financeiro, ao FAC – Fundo de Ajuda e Cooperação e à CCCE – Caixa Central de Cooperação Econômica, e nos de caráter cultural, à ACCT – Agência de Cooperação Cultural e Técnica. Mencionearemos também a Zona do Franco, como união monetária, e a Convenção de Lomé, atualmente sob vigência do terceiro tratado, assinado em 8 de dezembro de 1984 para vigorar a partir de 1985, com o nome de Lomé III.

O FAC é um fundo orçamentário do Estado francês que financia a assistência técnica, os programas de ensino e formação de quadros, a cooperação militar, e que concede

subvenções para o financiamento de infra-estruturas econômicas (estradas, portos, aeroportos etc.) e sociais (como saúde, formação de quadros). Segundo o Cedetim, grupo francês de estudos sobre o imperialismo, as doações do FAC são ao mesmo tempo um instrumento de propaganda da "generosidade" francesa e um auxílio direto da exploração econômica (reequilíbrio do balanço de pagamentos e tomada de encargos de infra-estruturas necessárias para manter a exploração privada das riquezas). Acrescenta o grupo que, com o agravamento da crise, os créditos do FAC têm permanecido estacionários em valor nominal, o que significa uma considerável redução no poder de compra dos africanos. Por outro lado, a parte de cooperação militar e técnica tem aumentado, enquanto que os investimentos propriamente ditos têm-se retraído.²³ O boletim francês *Afrique Informations* n.º 605, de 25 de setembro de 1985, publicou as dotações destinadas ao FAC, dentro do orçamento do Ministério da Cooperação e Desenvolvimento, para 1986. São de 2.269 milhões de FF (cerca de 250 milhões de dólares), o que se traduz numa diminuição de 1,1% em relação ao ano de 1985.

O orçamento geral para 1986 do Ministério de Cooperação e Desenvolvimento é de 6.341 milhões de FF (cerca de 650 milhões de dólares), tendo havido um aumento nominal de apenas 2% em relação a 1985, quando foi de 6.203 milhões de FF (o de 1984 foi de 6.448 milhões de FF).

Globalmente, a APD — Ajuda Pública ao Desenvolvimento da França para 1986 está estipulada em 25,7 bilhões de FF (cerca de 2,8 bilhões de dólares), o que representa um aumento de 7% em relação ao ano anterior. Desta forma, a APD passa a corresponder a 0,56% do PIB francês, em 1986, contra 0,52% em 1985, não atingindo, no entanto, o percentual de 0,7 solicitado pelas Nações Unidas.

Ainda sobre a atuação do FAC, verifica-se que muitos dos seus financiamentos servem, por exemplo, para instalar infra-estruturas destinadas a escoar matéria-prima explorada por uma companhia na qual predominam interesses franceses e que nem sempre são adequadas ou atendem às necessidades do país.²⁴

Aliás, essa ajuda para o desenvolvimento que se efetua através de diversas subvenções ou empréstimos é geralmente designada de ajuda "ligada". Isso obriga a que toda a subvenção ou empréstimo corresponda a um mercado obrigatoriamente ligado a empresas francesas. Ocorre assim que, normalmente, os preços cobrados estão acima do padrão internacional.

Quanto à CCCE — Caixa Central de Cooperação Econômica, ela é um órgão de financiamento público mais autônomo que o FAC. Completa, através de empréstimos a longo prazo (dez a 15 anos) e, mais raramente, por participações em capital, uma complexa rede de ajudas estatais às empresas francesas. Por sua estrutura e atividade, a CCCE estabelece a ligação entre o aparelho de Estado francês com o grande capital. O seu diretor é nomeado pelo Conselho de Ministros. Ele também opera com ajudas "ligadas".²⁵

Cada vez mais, no entanto, o FAC e a CCCE se vêm obrigados a associarem-se a consórcios internacionais, para a realização de grandes projetos, e com bancos estrangeiros ou instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial ou os fundos árabes. É claro que esse tipo de associação dilui o caráter de *chasse gardée* que a França mantém para o seu antigo império africano.

O volume de compromissos da CCCE para 1984 atingiu 6.283 milhões de FF (cerca de 647 milhões de dólares), com um crescimento em relação ao ano anterior de 6%.

A Caixa cobre 40 países, dos quais 34 africanos, sendo a metade deles formada por

PMA (Países Menos Avançados ou *Less Developed Countries*, LDC). O volume de recursos para a África, em 1984, foi de 5,2 bilhões de FF (cerca de 536 milhões de dólares) o que representou um crescimento de 11,3% em relação ao ano anterior. Entre os dez países beneficiados com maior volume de recursos quase não se encontra um PMA. São eles, por ordem decrescente de valor recebido: Costa do Marfim, Camarões, Gabão, Congo, Senegal, Níger, Mauritània, Madagascar, Moçambique e Zaire.

Na repartição setorial dos recursos destacam-se os equipamentos públicos (39,4%), o desenvolvimento rural (25,6%) e a eletricidade.²⁶

O papel da francofonia nas relações culturais

No plano cultural, a cooperação da França com a África é marcada pelo espírito da francofonia. Esta não é somente uma expressão lingüística englobando as pessoas de língua francesa — os francófonos — nem tampouco limita-se a ser um grupo de países onde a língua oficial ou de trabalho seja a francesa.

A francofonia, como aparelho ideológico da influência francesa, especialmente na África, pretende expressar o sentimento de participação em uma mesma comunidade de países situados em todos os continentes, embora, na grande maioria deles, o francês não seja falado senão por uma elite. Em alguns desses países envolvidos na francofonia, o francês não é, sequer, a língua oficial.

Segundo o desejo do ex-presidente francês George Pompidou, é preciso que “os povos de expressão francesa se sintam unidos, para além dos interesses econômicos ou mesmo políticos, por um laço especial que além de intelectual é também sentimental.”²⁷

Para o decano dos presidentes africanos, o tunisino Habib Bourguiba, no poder desde 1956, num discurso pronunciado em 1965, “a língua é um laço notável de parentesco que ultrapassa, em força, os laços da ideologia (. . .). Para vós, como para nós, a língua francesa constitui o complemento do nosso patrimônio cultural, exprime a nossa ação, contribuiu para forjar o nosso destino intelectual e fazer de nós homens por inteiro, pertecendo à comunidade dos homens livres.”²⁸

Léopold S. Senghor, presidente do Senegal de 1960 a 1981, e o maior teórico da Negritude, considera que a língua francesa é “para nós um meio precioso de comunicação com o exterior e de conhecimento dos outros como de nós mesmos. A francofonia é uma vontade humana voltada para uma síntese e sempre se superando a ela mesma para melhor se adaptar à situação de um mundo em constante devenir.”²⁹

Chega-se a considerar a francofonia como “uma obra coletiva para a liberdade”³⁰, mas, mesmo que o conceito contenha uma base mais subjetiva do que objetiva, o fato concreto é que ela é uma realidade política, social e cultural.

A francofonia tem um passado histórico que não cabe aqui traçar. Basta sublinhar que a iniciativa explícita de estruturá-la coube a alguns dirigentes africanos (H. Bourguiba, L. Senghor e H. Diori) que, através da OCAM (Organização Comum Africana e Malgache), de influência francesa, realizaram, em 1969, uma conferência de países inteira ou parcialmente de língua francesa, com a participação de 28 Estados. Daí nasceu a idéia de criar uma organização intergovernamental, concretizada em 1970 com a ACCT — Agência de Cooperação Cultural e Técnica. Esta conta atualmente com 30 membros efetivos, dos quais 20 africanos, e sete Estados associados, cinco deles africanos (Guiné-Bissau incluída).

A ACCT é o principal instrumento, em termos de recursos financeiros e raio de atuação, da estratégia cultural e de assistência técnica da francofonia, tendo como principal fonte financeira o governo francês, embora cada membro tenha estipulada uma contribuição mínima. A sua atuação prática envolve quatro eixos: desenvolvimento da educação (portanto, um aumento do número de francófonos "reais", através do aprendizado da língua francesa), cooperação científica e técnica, desenvolvimento econômico-social (programas de conscientização) e promoção das línguas nacionais dos países membros.

Além da ACCT, existem outros organismos intergovernamentais, como a Conferência dos Ministros dos Países de Expressão Francesa e o Grupo de Delegações de Expressão Francesa das Nações Unidas (Angola e Cabo Verde, além da Guiné-Bissau, são membros; o Brasil é observador) que atua contra o desequilíbrio em favor da língua inglesa expresso no número de funcionários anglófonos da ONU e na predominância do inglês nos textos oficiais desta organização.

Nota-se na francofonia um importante componente de resistência ao avanço do inglês como língua quase exclusiva no campo internacional. Nessa luta, a aliança dos franceses com os países das demais línguas latinas é uma tática utilizada. Outra, mais concernente ao Brasil, é o grande poder de "sucção" da França sobre os países de língua portuguesa, especialmente aqueles vizinhos de países francófonos (é de lembrar que na África, entre os países mais populosos, predominam os anglófonos). Em 1975 a população dos países total ou parcialmente anglófonos somava 264 milhões de pessoas (6,5% da população mundial) e calculava-se em 100 milhões os "locutores efetivos" da língua francesa.

Outro tipo de organizações da francofonia é o das "para-públicas". São numerosas e têm muita eficácia na expansão da francofo-

nia. Entre elas estão a Associação Internacional dos Parlamentares de Língua Francesa, a Associação das Universidades Parcialmente ou Inteiramente de Língua Francesa e muitas outras que envolvem desde prefeitos até radialistas francófonos.

Velando cuidadosamente todas essas instituições estão os órgãos públicos franceses, como o Alto Comitê de Língua Francesa, o Comitê da Francofonia, instrumento de "reflexão e de proposição", e o Serviço dos Assuntos Francófonos do Ministério das Relações Exteriores, de objetivos mais explicitamente políticos.³¹

As relações econômicas

Neste capítulo, em vez de expor os dados mais recentes do comércio franco-africano, de fazer referência à Zona do Franco — poderoso instrumento de ação financeira e econômica da França na África — e de mencionar alguns aspectos da Convenção de Lomé, limitamo-nos a chamar a atenção sobre a evolução das indústrias francesas na África, bem como algumas das transformações sofridas pelas antigas grandes companhias coloniais francesas de comércio.

Um recenseamento de 1970, sobre os ativos industriais estrangeiros nos países africanos outrora unidos nas Federações da AOF — África Ocidental Francesa e AEF — África Equatorial Francesa, indicava que a metade desses ativos ligava-se a indústrias extrativas, dos quais 53% de origem pública (45% de capitais franceses) e 47% de capitais privados (29% deles, franceses).³²

Freqüentemente, o capital privado francês, embora minoritário em filiais estabelecidas ou adquiridas na África, permanece, por razões políticas, com a direção dos negócios.

Um estudo mais recente, do final dos anos 70, mostrava que a parte dos interesses franceses nas indústrias de transformação

dos países africanos é muitas vezes considerável. Para os produtos alimentares ela vai de 100% (Congo) a 72,4% (Gabão), passando por 72,5% nos Camarões e 94% no Senegal. Para os têxteis, temos 82,4% no Senegal até 60% no Congo; para a química e petroquímica, 100% na República Centro-Africana e 73,5% no Senegal.³³

Entre parênteses, lembramos que esses interesses são definidos pela rede de acordos já referida e instrumentalizada por conselheiros técnicos e cooperantes. A França é considerada como o maior exportador de cooperantes do mundo. Na África, por razões de crise econômica dos países receptores e pela necessidade de africanização dos quadros, como resultado da intensificação da formação universitária, freqüentemente feita na ex-metrópole, o número atual é menor que em 1982, quando havia 25.161 cooperantes (27.120, em 1966, e 21.072, em 1961).³⁴ Fora a África do Norte, que concentra a maior parte, dois terços dos cooperantes da África subsaariana concentram-se na Costa do Marfim, no Senegal, no Gabão e nos Camarões,³⁵ países privilegiados nas relações com a França.

Fechado o parêntese sobre os cooperantes franceses na África, retornemos nossa atenção para as velhas companhias comerciais. Há mais de uma década e meia, elas passaram a engajar-se em atividades industriais leves (exportação e substituição de importações) e, por imperativos de expansão, integraram-se em grupos bancários e financeiros franceses. Exemplo: em 1968, o Banco de Paris e dos Países Baixos, conhecido como Paribas, de enorme penetração na África (meses atrás, tornou-se o primeiro banco estrangeiro a implantar-se em Angola), assumiu o controle de uma das três maiores companhias comerciais francesas na África, a SCOA — Sociedade Comercial do Oeste Africano, que empregava na época mais de 30 mil funcionários, dos quais cerca de dois terços na

África. A SCOA dedica-se atualmente, além do grande comércio, à indústria têxtil, agroalimentar, montagem de veículos, farmacêutica etc. As outras duas grandes, a CFAO e a SCAO, bem como a anglo-holandesa Unilever, também se associaram a grupos financeiros franceses e passaram igualmente a expandir seus negócios na indústria.³⁶

Significará isso que os capitais franceses pretendem intensificar as suas aplicações na África não somente em indústrias extrativas (onde mineração e petróleo ocupam a esmagadora maioria dos investimentos) mas igualmente nas de substituição de importações um pouco mais “pesadas” e nas indústrias para exportação?

A resposta parece estar na advertência feita por Giscard d'Estaing, quando na presidência da França: “Se queremos conservar produções de países em vias de desenvolvimento, teremos um nível de vida de país em desenvolvimento.”³⁷ Ao dizer isso, Giscard procurava convencer os industriais seus compatriotas de que a França deveria concentrar-se em certas produções de alta tecnologia e deixar o resto para o Terceiro Mundo. Essa estratégia visa a deslocar indústrias “velhas”, que só sobrevivem com os baixos salários pagos na “periferia”, para países de influência francesa, principalmente os do Magrebe, como o Marrocos e a Tunísia. Mais tarde, para o bem e para o mal, pode chegar a vez da África subsaariana, onde ainda predominam aquelas atrás referidas. A França, no entanto, ainda tem no seu território mão-de-obra barata para essas indústrias “velhas”: os imigrantes, entre os quais há cerca de um milhão de africanos.³⁸

O comércio França-África em 1984 (dados provisórios)

O ano de 1984 apresentou uma novidade nas relações comerciais franco-africanas: pela

primeira vez, desde há muito tempo, a França apresentou-se deficitária nas suas trocas com a África, embora não tenham ainda sido publicados os dados oficiais. O déficit limitou-se, porém, a escassos 800 milhões de FF (cerca de 88 milhões de dólares). Em 1981, a França havia batido um recorde no sentido contrário: um excedente de mais de 23 bilhões de FF (algo à volta de 2,5 bilhões de dólares). Aliás, até 1983, a África era uma das raras regiões do mundo com a qual a França obtinha um excedente comercial.³⁹

Duas das principais explicações para o referido déficit são: o aumento das compras francesas de petróleo e gás na África (35,5% do total comprado, ultrapassando o Oriente Médio), e a redução das importações efetuadas na França pelos países africanos, em grande parte devida à terrível crise financeira que atravessam. Porém, aqui há que atentar também para a concorrência que outros países estão fazendo à França. Adiante falaremos nisso.

As exportações francesas para a África somaram, em 1984, 95,8 bilhões de FF (cerca de 10,6 bilhões de dólares) e as impor-

tações chegaram a 96,6 bilhões de FF (algo equivalente a 10,7 bilhões de dólares).

Para analisar em pormenor as trocas comerciais entre a França e a África, recorremos a um estudo feito pela revista *Marchés Tropicaux et Méditerranéens* n.º 2.041, de 21 de dezembro de 1984, com dados relativos ao período compreendido entre 1981 e 1983.

As importações francesas provenientes da África

Globalmente, as importações francesas provenientes da África aumentaram, em moeda corrente, de 41,3% entre 1981 e 1982, e de 9,9% entre 1982 e 1983; sofreram, portanto, um crescimento de mais de 50% entre 1981 e 1983. Este crescimento, anormalmente forte, deveu-se, em larga medida, ao grande aumento das compras de petróleo e gás.

● *Principais produtos importados da África pela França.* O petróleo bruto continuou sendo o principal produto importado da

Tabela 1
Comércio exterior da França em 1984 — resultado provisório

Em bilhões de francos

| Grupo de países | Importações | | Exportações | | Cobertura (%) |
|------------------------|-------------|-------|-------------|-------|---------------|
| | Valor | % | Valor | % | |
| CEE | 455,1 | 50,3 | 398,1 | 48,8 | 87 |
| Outros países europeus | 129,5 | 14,3 | 123,3 | 15,2 | 95 |
| América do Norte | 76,6 | 8,5 | 74,8 | 9,2 | 98 |
| África | 96,6 | 10,7 | 95,8 | 11,8 | 99 |
| América Latina | 29,8 | 3,3 | 29,8 | 3,7 | 100 |
| Ásia | 101,3 | 11,2 | 83,8 | 10,3 | 83 |
| Oceania | 7,9 | 0,9 | 7,1 | 0,9 | 90 |
| Diversos | 7,3 | 0,8 | 1,1 | 0,1 | 15 |
| Total | 904,1 | 100,0 | 813,8 | 100,0 | 90 |

Fonte: *Marchés Tropicaux et Méditerranéens*, 41^e Année, n.º 2.060, 3 de maio de 1985.

Tabela 2
Os dez principais clientes africanos

Em milhões de francos

| Países | 1983 | 1984 | % em 1984 |
|-----------------|--------|--------|-----------|
| Argélia | 18.591 | 23.633 | 24,7 |
| Egito | 8.435 | 8.297 | 8,7 |
| Nigéria | 7.019 | 7.976 | 8,3 |
| Marrocos | 6.264 | 6.985 | 7,3 |
| Tunísia | 6.453 | 6.613 | 6,9 |
| Camarões | 4.505 | 5.225 | 5,5 |
| Costa do Marfim | 4.394 | 4.517 | 4,7 |
| África do Sul | 3.807 | 4.379 | 4,6 |
| Gabão | 2.616 | 3.335 | 3,5 |
| Senegal | 2.806 | 2.425 | 2,5 |

Fonte: *Jeune Afrique Economie*, n.º 59, 28 de março de 1985.

Tabela 3
Os dez principais fornecedores africanos

Em milhões de francos

| Países | 1983 | 1984 | % em 1984 |
|-----------------|--------|--------|-----------|
| Argélia | 23.447 | 24.809 | 25,7 |
| Nigéria | 15.004 | 19.140 | 19,8 |
| Líbia | 6.457 | 7.136 | 7,4 |
| África do Sul | 4.423 | 5.950 | 8,2 |
| Marrocos | 4.447 | 5.207 | 5,4 |
| Egito | 3.989 | 5.122 | 5,3 |
| Costa do Marfim | 4.058 | 4.849 | 5,0 |
| Camarões | 3.281 | 4.205 | 4,4 |
| Gabão | 2.618 | 3.743 | 3,9 |
| Tunísia | 2.957 | 3.680 | 3,8 |

Fonte: *Jeune Afrique Economie*, n.º 59, 28 de março de 1985.

África pela França. Passou de 40,6%, em 1981, para 46,3% em 1983. Se a ele juntarmos o gás natural (11,7% em 1983), os produtos petrolíferos (5,3%), o urânio (3,9%) e o carvão (1,9%), verificamos que o item geral "energia" representou, em 1983, perto de 70% das compras francesas na África, contra menos de 63% em 1981. O café vem, com perto de 5%, atrás desses produtos citados. Seguem-se-lhe: madeiras, frutas, vestuários,

cobre, cacau, fosfatos, óleos, peixes e crustáceos.

● *Parte da África nas importações francesas.* Globalmente, a parte da África nas importações francesas subiu de 8% em 1981 para 9,8% em 1982 e 10,2% em 1983. Além dos produtos energéticos citados, e que são expressivos no total das importações francesas, salientamos alguns minerais: manganês

(93,2%), cromo (75,2%), bauxita (69,5%), fosfatos (68,4%), titânio (42,8%), chumbo (42,1%), antimônio (34%), zircônio (29,2%), ferro (25,2%), grafite (15,9%). Há ainda matérias-primas ou produtos semitrabalhados: mineral de zinco (2,3%), ouro (2,5%), amianto (4,8%), estanho (5,4%), alumínio (8,6%), prata (9,6%) e níquel (9,7%).

• *Parte da França nas exportações africanas.* Apesar das dificuldades apresentadas pelo atraso e qualidade das estatísticas africanas, é seguro que a França tornou-se, desde 1982, o segundo cliente da África, logo após os Estados Unidos.

As exportações francesas para a África

A parte da África nas exportações francesas caiu de 14,2% em 1981 para 13,5% em 1982 e para 12,5% em 1983. Esse recuo atingiu praticamente todas as categorias de mercadorias, com exceção dos produtos farmacêuticos, dos petrolíferos, do material ferroviário e, em menor medida, do açúcar e dos produtos químicos diversos.

• *Principais produtos exportados pela França para a África.* A composição dos principais produtos não apresentou mudanças sensíveis nos três anos considerados. Na cabeça da lista vêm as máquinas e os aparelhos mecânicos (16,8% em 1983); seguem-se: automóveis (14,7%), material elétrico (8,4%), produtos siderúrgicos (7,4%), farmacêuticos (4,3%) e outros.

A Comunidade Financeira Africana: a Zona do Franco

As relações monetárias que a França mantém com os Estados africanos e malgache no seio da Zona do Franco provêm diretamente, como já referido, do tempo colonial. Se os

mecanismos essenciais permanecem em vigor, a natureza jurídica das relações, no entanto, sofreu modificações. A Zona do Franco CFA evoluiu para um regime contratual, na base de uma adesão livremente consentida pelos Estados participantes (alguns saíram, outros o fizeram também e já retornaram), que dispõem, em teoria pelo menos, de todos os atributos da soberania monetária. Essa evolução traduziu-se em maior participação dos países africanos no processo de decisão dos órgãos da Zona.⁴⁰

No entanto, nenhuma mudança ocorreu que pusesse em jogo o papel preponderante da França na prática monetária e bancária dos países membros. "Mais de trinta anos depois da sua criação, a Zona do Franco continua sendo o cimento que mantém a coesão do velho império francês e reforça o caráter privilegiado das relações que a França entretém com os Estados francófonos da África Negra",⁴¹ afirma Albert Bourgi, em sua tese de doutorado sobre o tema, enfocando o caso do Senegal.

A união monetária da Zona tem como princípios básicos:

- a) a garantia ilimitada concedida pela França ao franco da Comunidade Financeira Africana, F CFA, tendo como corolário a conversibilidade total das moedas nacionais da Zona, a liberdade de transferência dos capitais e a regulamentação das trocas e depósitos em comum dos recursos em divisas;
- b) uma certa descentralização em matéria de emissão e de crédito;
- c) a organização de uma União Econômica entre os países membros da Zona.

Nenhuma restrição é feita às transferências de fundos que são operados por mediação de uma conta de operações aberta junto ao Tesouro francês. As transferências no sentido Estados africanos—exterior são inscritas no crédito da conta e as transferências

no sentido inverso, no débito. Esta liberdade de transferências de fundos, baseada na conversibilidade ilimitada do F CFA em franco francês (FF), pressupõe regras estritas de emissão para evitar todo e qualquer perigo de uma inflação monetária.

Todas as transações internacionais dos países da Zona são feitas por intermédio do Tesouro francês.

Dois bancos centralizam, do lado africano, a funcionalidade da Zona: o BCEAO (Banco Central dos Estados da África Ocidental) e o BEAC (Banco dos Estados da África Central). Eles não são obrigados a conservar em francos franceses a integralidade dos seus haveres exteriores. Têm a possibilidade de converter 65%⁴² deles em dólares, ouro ou qualquer outra moeda que queiram conservar a título de reserva.

É através do débito da sua conta de operações (individualizada) que cada um desses bancos financia suas compras fora da França, utilizando os francos franceses, que eles dispõem, para adquirir divisas. Inversamente, as divisas obtidas pelos exportadores, fora da Zona do Franco, são centralizadas num fundo de estabilização de trocas, em Paris, uma espécie de *pool* comum de divisas.

Há uma absoluta paridade do franco francês em relação ao franco da Comunidade Financeira Africana (1 F CFA = 0,02 FF).

A Convenção de Lomé e as relações euro-africanas

As relações econômicas da África com a CEE foram objeto de regulamentação desde a véspera das independências africanas. O Tratado de Roma, que instituiu a CEE, incluiu uma cláusula associando à Comunidade os "países ou territórios não europeus mantendo relações particulares com a Bélgica, Itália, França e Países Baixos". Essa associação foi confirmada após a independência por

duas convenções com os Estados francófonos (Yaoundé I, 1963 e II, 1969) e outras com mais alguns países africanos, em especial os do Magrebe.

Essas convenções não produziram os efeitos previstos nem no plano do desenvolvimento industrial nem no da garantia de recursos para os países exportadores de matérias-primas.

A Convenção de Lomé I, assinada em 1975 na capital do Togo — daí o seu nome — entre a CEE e 46 Estados ACP (da África, do Caribe e do Pacífico), pareceu apresentar melhoras sensíveis em relação aos acordos anteriores de Yaoundé. Ao lado da cooperação comercial alargada, com base especialmente no livre acesso aos produtos ACP na CEE, a Convenção instituiu uma caixa de estabilização das receitas de exportação (STABEX) destinada a "remediar os efeitos nefastos da instabilidade das receitas de exportação e a permitir assim aos Estados assegurar a estabilidade e o crescimento contínuo das suas economias."⁴³ As transferências STABEX são constituídas tanto de doações para os países mais pobres (PMA ou LDC), quanto empréstimos em condições vantajosas.

Se os diferentes parceiros se congratularam inicialmente com as perspectivas dessa cooperação, as negociações para a Convenção de Lomé II pôs em evidência as críticas dos países ACP: a Convenção os havia tratado desigualmente, beneficiando alguns países (Nigéria e Costa do Marfim, por exemplo) em detrimento da maioria; o STABEX limitava-se a corrigir os efeitos maléficos do mercado sem, contudo, procurar reorganizá-lo.

Lomé II, assinado em 1979, por cinco anos, engajou 57 ACP (42 africanos), melhorou as condições do acordo anterior e trouxe inovações: o número de produtos ao abrigo do STABEX passou de 34 para 44 e surgiu um novo mecanismo de salvaguarda do preço

de minérios ligados a metais não-ferrosos, o SYSMIN.

Lomé III, assinado em dezembro de 1984, para vigorar a partir de 1985 até 1990, aumentou o número de ACP para 66, contando a África com 98% da população desse grupo. Dentre os progressos conseguidos mencionam-se o aumento dos produtos agrícolas para 49 (isentando assim de tarifas

99,6% das exportações ACP desse tipo); o acréscimo, embora de modo insuficiente, dos recursos financeiros e, por fim, o aperfeiçoamento do sistema SYSMIN.

Apesar das críticas feitas, sobretudo pelo quase impedimento de uma adequada industrialização da África, Lomé talvez "seja o 'menos ruim' dos acordos econômicos internacionais de que dispõe a África."⁴⁴ □

NOTAS

1. Ladipo Adamolekun, "France and the Francophone African States: co-operation or neo-colonialism", *Journal of International Studies*, vol. 1, n.º 2, dez. 1975, p. 14.
2. Um indicador disso é a relativa passividade com que têm sido recebidas em quase toda a África, especialmente na Organização de Unidade Africana, as intervenções militares diretas e indiretas da França no de cúpula (*sommets*) do presidente da França com chefes de Estado e de governo africanos.
3. Jacques Latrémolière, "Apports critiques pour une politique subsaharienne de la France", *Marchés Tropicaux et Méditerranéens*, de 21-12-1984, p. 3119 e 3120.
4. Yves Benot, "Vingt ans de 'politique africaine': le couple France-Afrique sous le neo-colonialisme", *Tricontinental. La France contre L'Afrique*, número especial, 1, 1981. Petite Collection Maspero, p. 54.
5. Yves Benot, *op. cit.*, p. 58-61.
6. Caso seja necessária uma explicação didática sobre a colonização de povoamento, ler: José Maria Nunes Pereira, "Colonialismo, Racismo e Descolonização", *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 2, 1978.
7. Michel Beaud, "Unité et diversité du capitalisme français à l'égard du Tiers-Monde", in: Beaud, M., Bernis, G. e Masini, J. (org.), *La France et le Tiers-Monde*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1979.
8. Jean Masini, "La politique de coopération de la France", *La France et le Tiers-Monde*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1979.
9. *Jeune Afrique*, n.º 1251/52, de 26-12-1984, p. 39.
10. Elikia M'Bokolo, *L'Afrique au XX^e siècle. Le continent convoité*. Paris, Ed. du Seuil, 1985, p. 368.
11. *Jeune Afrique*, n.º 1251/52, de 26-12-1984.
12. *Marchés Tropicaux*, de 3-5-1985, p. 1109.
13. Gérard Chaliand, *A luta pela África - a estratégia das grandes potências*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982, p. 75.
14. Jean-Baptiste Duroselle, *Les Relations Internationales de 1968 a nos jours*, Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques, Serviços de Policopia, 1977-78, curso reservado aos alunos do Institut d'Études Politiques de Paris, p. 217.
15. E. R. Braudi, "Place et Perspective de l'imperialisme français dans la conjoncture internationale", *Critiques de l'économie politique*, n.º 6, nova série, jun.-mar. 1979, p. 26-27.
16. Edmond Joue, "L'Afrique, enjeu mondial; le rôle de la France", *Tricontinental, op. cit.*, p. 82.
17. *Jornal do Brasil*, de 27-8-1985.
18. Jacques Alibert, "Quelle politique africaine pour la France?", *Marchés Tropicaux*, de 22-2-1985, p. 433. J. Alibert faz um comentário sobre o que se passou na mesa-redonda onde participaram expressivos representantes de organizações internacionais ligadas à África e africanos ilustres como o ex-presidente do Benin, Emile-Derlin Zinzou e o ex-secretário geral da OUA, Eden Kodjo.

19. *Ibid.*, p. 434.
20. Sally N'Dongo, *La "coopération" franco-africaine*, Paris, Petite Collection Maspero, n.º 107, 1972, p. 22.
21. Yves Fuchs, *A cooperação: ajuda ou neocolonialismo?*, Lisboa, Ed. Estampa, 1974, p. 121.
22. Albert Bourgi, *La politique française de coopération en Afrique – Le Cas du Sénégal*, Paris, Librairie générale de Droit et de Jurisprudence, 1979, p. 310.
23. Cedetim, *L'impérialisme français*, Paris, Petite Collection Maspero, 1980, p. 67. Ver também o número 20 de *Critiques de l'économie politique*, nova série, jul.-set. 1982, sobre o tema geral de cooperação e dependência na França socialista face ao Terceiro Mundo; e François Luchaire, *L'Aide aux Pays Sous développés*, Paris, PUF, Que sais-je?, n.º 1227, 4.ª edição, 1977.
24. Jean Masini, *op. cit.*, p. 188.
25. Cedetim, *op. cit.*, p. 68.
26. *Marchés Tropicaux*, de 26-7-1985, p. 1.863-1.965.
27. Xavier Deniau, *La Francophonie*, Paris, PUF, Que sais-je?, n.º 2.111, 1983, p. 16.
28. *Ibid.*, p. 17.
29. *Ibid.*, p. 18.
30. *Ibid.*, p. 22.
31. Esta parte do trabalho segue muito de perto a *op. cit.* de X. Deniau, o *Almanach Africain 1984*, editado pela ACCT e documentos internos dessa Agência obtidos pelo autor deste texto.
32. Christian Palloix, "Les firmes multinationales d'origine française implantées dans le Tiers-Monde et l'économie du crédit international", *La France et le Tiers-Monde. op. cit.*
33. Edmond Jouve, *op. cit.*, p. 82.
34. *Jeune Afrique Économie*, n.º 58, de 14-3-1985, p. 67.
35. Edmond Jouve, *op. cit.*, p. 82.
36. Dominique Rega, "Les sociétés commerciales en Afrique, ou les tribulations d'un impérialisme mercantile", *Tricontinental. op. cit.*, p. 177.
37. Yves Benot, *op. cit.*, p. 74.
38. Sobre a imigração africana na França, ler o artigo de Claude Meillassou, "Paysans africains et travailleurs immigrés: de la surexploitation au génocide par la faim", *Tricontinental. op. cit.*, p. 38-53.
39. *Marchés Tropicaux*, de 3-5-1985. *Jeune Afrique Économie*, n.º 59, de 28-3-1985, apresenta resultados em parte diferentes (supomos que por diferenças de agregação de dados segundo regiões, pois as listas de principais clientes e fornecedores da França são semelhantes nas duas publicações. Nos casos de discrepâncias, ficamos com *Marchés Tropicaux*: número mais recente e revista de tradicional meticulosidade nos dados que publica).
40. Albert Bourgi, *op. cit.*, p. 155.
41. Albert Bourgi, *op. cit.*, p. 155. Até o final deste capítulo, limitamo-nos a fazer uma síntese do exposto por este autor na *op. cit.*
42. O percentual anterior de 35% foi aumentado, recentemente, para 65%, cf. *Jeune Afrique*, n.º 1251/52, de 26-12-1984, p. 163/XXIII.
43. Elikia M'Bokolo, *op. cit.*, p. 374-375.
44. Mark S. C. Simpson, "Relações Euro-Africanas e a Convenção de Lomé", *Conjuntura Africana*, ano 1, n.º 2, fev. 1985, informativo político-econômico mensal do Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

SUMMARY

France—African Relations: neocolonialism and cooperation

French—African relations are seen by most authors as being neocolonialist, as are the approaches adopted by other major powers. This article highlights two main issues: first, the differing degrees to which African countries individually confront colonialism, and second, the fact that African leaders — not just the so-called “moderates” — tend not to emphasize the neocolonial tint in these relations but rather the positive balance achieved through French—African cooperation. This takes many forms (economic and financial, cultural, political, military, technical) and is performed through a number of agencies and thousands of different action mechanisms.

According to many such leaders, this kind of cooperation is the lesser of two evils against the backdrop of weak African States and for lack of better options in the current world power struggle.

The cooperation afforded by France to African countries reflects the priority assigned by that power to Africa in its foreign affairs policies, the on-going French experience in that continent, and — perhaps uniquely — the importance France gives to the cultural factor.

How that cultural factor is employed is the key to explain the acknowledged success of Paris-based policies in Africa. Such policies manage to engage substantial support among the leading classes of the African continent (especially in French-speaking countries) and acceptance among African leaders of a wide variety of ideological backgrounds, which in fact translates into a French hegemony in Africa. This is not the case with any

other world power, including Great Britain. For example, several African countries not settled by France attend the French—African *sommets* (summit meetings) held each year and chaired by the French Head of State; those same countries have joined the “French franc zone”, a monetary agency sponsored by Paris.

Since the de Gaulle administration, French—African relations have followed a line of “on-going change” which is vital to French domestic policy, whoever may be enthroned in the Elysée Palace.

Agencies in charge of French—African cooperation are for the most part the offspring of a colonial system. The former Overseas Ministry has become a Ministry of Cooperation; the old franc used as currency in former French colonies has been replaced by the African Financial Community franc but retained the same symbol: F CFA. Technical advisors and cooperation experts have replaced the former colonial civil servants.

France is the only country determined to play a truly active role to protect its economic and political interests in the continent, which include western interests in general, especially in the military sector where it has the largest number of bases and cooperation agreements. Although Africa accounts only for 12% of the French foreign trade, it ranks second as a trade partner after Europe.

In cultural relations, the French language is a major asset for French influence and is fostered by hundreds of institutions that cover all five continents, not just Africa.

RESUME

Relations France—Afrique: neocolonialisme e cooperation

Les relations entre la France et l'Afrique sont considérés par la plupart des auteurs comme étant du type néo-colonial, tel que le sont, d'ailleurs, ceux des autres puissances. Tout d'abord, cet article souligne deux aspects: d'un côté, les divers degrés de résistance avec lesquels chaque pays africain affronte le néo-colonialisme; de l'autre côté, il y a le fait que les dirigeants africains — non seulement ceux qui sont considérés comme modérés — préfèrent souligner non l'aspect néo-colonial de ces relations, mais plutôt les aspects positifs de la coopération franco-africaine. Celle-ci s'articule à divers niveaux (économique-financier, culturel, politique, militaire, technique) est mise en oeuvre par d'innombrables organisations et par des milliers de mécanismes d'action.

Plusieurs de ces dirigeants affirment que telle coopération n'est qu'un mal mineur dans le cadre

de fragilité des États africains et du manque de meilleures options dans la “loi de la jungle” qui règne dans l'actuel système mondial de pouvoir.

La coopération entre la France et les pays africains découle de la priorité que cette puissance accorde à l'Afrique sur le plan de sa politique internationale, de l'expérience, continuellement recyclée, qu'elle a de ce continent — et possiblement dû à son “image de marque” — de l'importance qu'elle attache au facteur culturel.

Le mode d'utilisation du facteur culturel est l'une des clés qui expliquent l'efficacité reconnue de la politique africaine de Paris. Elle arrive même à obtenir un degré élevé d'adhésion de la part des classes dirigeants du Continent (surtout de la part des Francophones), aussi bien que l'acquiescement de leaders africains de toutes couleurs idéologiques, ce qui se traduit pratiquement par la reconnaissan-

ce d'une hégémonie française en Afrique. Cela n'est le cas d'aucune autre puissance, même pas d'une ancienne métropole telle que l'Angleterre. Il suffit de rappeler, par exemple, le nombre croissant de pays africains qui, bien qu'ils n'aient pas été de colonies françaises, participent aux sommets franco-africains. A l'heure actuelle, ces sommets se tiennent toutes les années sous la présidence du chef de l'État français. Ces pays font partie de la Zone du Franc, entité monétaire créée sous l'égide de Paris.

Depuis de Gaulle les relations franco-africains ont suivi une ligne de "continuité dans le changement", qui est un élément crucial de la politique intérieure française même, quel que soit le gouvernant qui occupe le Palais de l'Élysée.

Les institutions responsables de la coopération franco-africaine sont, pour la plupart, des héritières du système colonial. Le Ministère d'Outre-Mer est devenu le Ministère de la Coopération; le vieux franc, la monnaie des colonies françaises, a été

"rajeuni" par le franc de la Communauté Financière Africaine sans avoir à changer de sigle: F CFA. Les anciens fonctionnaires coloniaux ont été remplacés par les actuels conseillers techniques et coopérants.

La France est le seul pays qui ait décidé de jouer un rôle vraiment actif dans la protection de ses intérêts économiques et politiques sur le Continent, couvrant ainsi les intérêts occidentaux, surtout dans le domaine militaire. Elle est la puissance qui a le plus grand nombre de bases et d'accords de coopération. Bien que l'Afrique compte pour plus de 12% du commerce extérieur de la France, elle est le deuxième partenaire commercial, venant immédiatement après l'Europe.

Pour ce qui est des rapports culturels, la francophonie est l'instrument le plus visible de l'influence française, étant promue par des centaines d'institutions qui, en plus de l'Afrique, recouvrent les cinq continents.

BRASIL, ATLÂNTICO SUL E O CONFLITO DA ÁFRICA AUSTRAL

*Williams da Silva Gonçalves**

O fim do domínio colonial português sobre Angola e Moçambique, ocorrido em 1975, criou uma situação de crise no conjunto da África Austral, que se prolonga até hoje, sem que haja perspectivas claras de uma resolução por via pacífica.

A incapacidade histórica de Portugal promover em suas colônias africanas um desenvolvimento capitalista minimamente aceitável para as populações locais, a exemplo daquele promovido por Inglaterra e França em suas respectivas colônias, condicionou de maneira definitiva o rumo dos acontecimentos ulteriores. Por não contar com uma estrutura econômica capitalista dinâmica, capaz de fazer reverter para as colônias qualquer forma de benefício sócio-econômico, Portugal fez de sua relação colonial com os países africanos um ultracolonialismo.¹ Isto porque a base da exploração se constituía no uso intensivo de mão-de-obra semi-escrava, através da obrigatoriedade do imposto e do trabalho forçado, sem que houvesse uma preocupação com a criação de uma infraestrutura industrial. Toda a atividade econômica resumia-se na exportação de produtos agrícolas e na extração de matérias-primas, cujos lucros preenchiam as carências do Tesouro metropolitano.

Para que este modelo de máxima exploração com o mínimo de investimento pudesse render os dividendos desejados, as economias coloniais foram conectadas com a economia da África do Sul. Durante a segunda metade dos anos sessenta, chegou-se a pensar num "mercado comum" a ser concretizado através de uma "aliança branca": Aspro — África do Sul, Portugal e Rodésia.²

A despeito da impossibilidade de realização plena do projeto, algumas obras de grande alcance econômico-estratégico foram conseguidas. Entre elas, constam as barragens de Cabora-Bassa, em Moçambique, e Cunene, em Angola.

* Mestre em Filosofia Moderna e Contemporânea pela PUC/RJ. Professor de História Moderna e Contemporânea da UFF.

O objetivo perseguido pelo governo português ao projetar essas obras era um só: criar alicerces seguros para o “bastião branco” na África Austral.

Em primeiro lugar, abrindo as colônias ao capital internacional, visando a comprometer mais ainda as potências ocidentais na luta contra a resistência ao colonialismo, oposta pelos movimentos de libertação nacional.

Em segundo lugar, criando condições favoráveis ao assentamento de população branca em regiões até então vazias, numa tentativa de dificultar os deslocamentos constantes da guerrilha naquelas áreas fronteiriças.

Por último, o mais importante, a construção de corredores por onde pudessem transitar livremente exércitos, armas e munições, consubstanciando um esforço militar conjunto na repressão aos anticolonialistas.³

Sabemos hoje que essas manobras de preservação do *status quo* foram infrutíferas, já que a revolução de 1974, ocorrida em Portugal, reverteu as expectativas, dando um ponto final ao colonialismo português na África. Entretanto, o mesmo não pôde acontecer com a conexão econômico-militar estabelecida pelas classes dirigentes brancas. Passada já uma década, Angola e Moçambique permanecem envolvidos em sérias dificuldades econômicas e militares. Muito embora tenha havido um significativo esforço por parte dos países socialistas do leste europeu e de Cuba no sentido de favorecer uma estabilização desses governos e de dar consecução aos programas socialistas anunciados, a existência de uma guerrilha financiada pelo governo sul-africano e as constantes invasões militares têm exaurido os poucos recursos angolanos e moçambicanos na defesa de suas soberanias nacionais. Por outro lado, em que pese os antagonismos existentes, a dependência econômica *vis-à-vis* a África do Sul continua em vigor, sobretudo por parte de Moçambique. Afinal, os rendimentos provenientes da alocação de mão-de-obra moçambicana

na nas minas sul-africanas⁴ e o escoamento da produção do *heartland* africano através dos portos de Moçambique são vistos como indispensáveis para a vida econômica do país.⁵

Se o planejamento arquitetado pelo domínio branco na África Austral não foi suficientemente consistente para sua própria perpetuação, a ponto de permitir que Portugal fosse alijado de seu poder na área sem compensações, o mesmo não se pode afirmar a respeito da África do Sul. Não obstante o cerco político que sofre e o isolamento internacional que enfrenta, sua capacidade de resistir mais e mais se revela durável.

Uma série de razões explicam essa durabilidade do domínio branco na África do Sul em condições tão adversas, razões que se situam tanto ao nível interno, quanto ao nível externo, sendo muito difícil, senão impossível, conseguir distinguir com nitidez a incidência respectiva destes níveis, pois caracterizam uma articulação sobredeterminada.

Para uma breve análise desse processo, comecemos pela situação geopolítica.

A África do Sul ocupa uma posição singular no Hemisfério Sul. Seu ponto mais extremo — o Cabo — situa-se como o vértice do continente africano, onde confluem os oceanos Atlântico e Índico. Posição estratégica de máxima importância, já que uma percentagem expressiva do petróleo importado pela Europa (mais de 50%), pelos Estados Unidos (cerca de 20%) e pelo Brasil (aproximadamente 40%, incluindo os 30 a 40 mil barris vindos da China e Indonésia),⁶ procedente do Oriente Médio e da Ásia, é transportada seguindo a Rota do Cabo. Mais ainda, o único porto a oferecer boas condições naturais em larga extensão na costa ocidental da África é Walvis Bay, encravado no centro do litoral da Namíbia⁷ e peça importante do complexo conflitivo da região. Para vigiar e proteger essa posição estratégica — “todo

esse complexo intercâmbio marítimo implica num trânsito de aproximadamente 20 a 25 mil navios/ano pela área focal do sul da África⁸ — a África do Sul dispõe em Simons-town de uma rede de detecção Silvermine capaz de atingir a Austrália e a América do Sul.⁹

Além da posição privilegiada que ocupa no universo produtivo-comercial capitalista ocidental, o território da África do Sul abriga uma formidável riqueza mineral: 51% da produção mundial de ouro, 34% da de cromo, 23% da de manganês, 30% da de vanádio, 45% da de platina, 18% da de diamante, 14% da de urânio, entre outros de menor proporção.¹⁰

Tudo isso — posição geográfica e riqueza mineral — talvez não servisse de motivo de tanta preocupação para o mundo capitalista ocidental, não fosse a explosiva situação interna por que passa a África do Sul. A relutância do governo de minoria branca em desfazer o sistema de *apartheid*, sua postura desafiante face às organizações negras e à comunidade internacional, têm feito do país um verdadeiro barril de pólvora.

Não vamos aqui entrar em pormenores acerca da engenharia social do *apartheid*, que cremos já bastante conhecida.¹¹ Para nosso objetivo, basta assinalar que entendemos o *apartheid* como uma segregação racial institucionalizada, construída de modo a permitir à população branca o usufruto dos benefícios de um sistema capitalista razoavelmente desenvolvido, em detrimento da grande maioria negra. A possibilidade de término do *apartheid* significa para a mão-de-obra branca a perda de um mercado de trabalho protegido e o fim dos privilégios sócio-políticos que o sistema garante. A intransigência branca provém não só da visão apocalíptica de uma igualdade de negros e brancos em condições certamente menos confortáveis do que a que gozam hoje, como também de um espesso revestimento ideológico difundido

pela Igreja Reformada, que agrega em seu seio a população bôer, firmemente convicta da superioridade de sua estirpe.

O “exotismo” e o arcaísmo do *apartheid*, bem como as tensões internacionais que acarreta, são fatores que apontam para o seu necessário e inevitável fim. Contudo, as divergências surgem quando se trata de prever em que momento e sob que condições isso se dará. Podemos realmente acreditar que este processo culminará através de uma iniciativa tomada pela minoria branca ao se julgar incapaz para continuar administrando um conflito ininterrupto e crescente? Haverá possibilidade de o movimento negro tomar as rédeas do processo e liquidar o *apartheid* de maneira pacífica, tal como aconteceu no vizinho Zimbábue? Ou a tendência será o aprofundamento do estado de guerra civil, com resultados imprevisíveis? Estas são as principais hipóteses que povoam as discussões, envolvendo especialistas e leigos, acerca do futuro do *apartheid*.

A resposta à primeira questão vem sobretudo de alguns círculos mais “esclarecidos” da minoria branca sul-africana. Segundo estes setores, a fixidez das regras do *apartheid* seriam um empecilho, contribuindo para a condução do capitalismo da África do Sul a um beco sem saída, onde seria jogada a sorte dos brancos. Esta política suicida teria por causa determinante o diferencial crescente de produtividade da mão-de-obra negra em relação à branca, cujo resultado previsível seria o atrofiamiento do mercado interno. O crescimento proporcionalmente maior da população negra, unido às restrições à sua mobilidade geográfica e profissional vertical,¹² limitaria portanto a capacidade de desenvolvimento da economia e, conseqüentemente, levaria a uma baixa dos rendimentos que atingiria também a população branca.¹³

Outro fator de preocupação para os esclarecidos (*verligtes*), seria a progressão constante das despesas militares,¹⁴ visando à ma-

nutenção da ordem interna e a guerra contra a SWAPO, movimento de libertação nacional da Namíbia.¹⁵

Esta tendência, contrária à tentativa de manutenção do *status quo* forçada pelos conservadores (*verkrampters*), teria tido um sucesso inicial com a eleição de P. W. Botha, em 1979. Sua atuação deveria traduzir-se num combate ao pequeno *apartheid*, anulando os privilégios mais mesquinhos dos africanos, com apoio da população branca de origem anglo-saxônica, e, por outro lado, arrefecendo a agressividade da opinião pública internacional *antiapartheid*.

Algumas tomadas de posição públicas demonstravam o caminho a perseguir e os objetivos a alcançar:

"Livre acesso aos serviços para todos, para os negócios prosperarem"

Para os negócios prosperarem, os restaurantes e os locais de distração deveriam ser abertos a todos no centro de Johannesburg. Tal é a opinião dos proprietários de restaurantes de luxo, de cinema e de teatros (...) com relação à reivindicação da Câmara de Comércio de Johannesburg para abolir as barreiras de raça nos lugares de lazer. (...) A maior parte das críticas vem dos pequenos cafés ou dos diretores de sucursais de restaurantes cuja clientela é constituída de brancos das classes baixas ou dos jovens. Mas mesmo essas críticas estão de acordo com que cada um tenha a livre escolha de aceitar uma clientela multirracial, se assim o desejar. (...) M. Ted N. Veenendal, que possui dois restaurantes de luxo no centro da cidade, declara: 'Os tempos são difíceis. Há bastante indianos, mestiços e negros bem pagos na cidade para contribuir para a restauração econômica'.¹⁶

O fundamento desta posição liberal é a de que a arquitetura do *apartheid* incompatibi-

liza-se com a perspectiva de um capitalismo em constante desenvolvimento. Desmontar o *apartheid* significaria franquear as portas a um desenvolvimento econômico acelerado.

A integração plena dos negros na economia de mercado, porém, não poderia ocorrer de modo automático. Considerado o nível das forças produtivas e o tipo de inserção da mão-de-obra negra no processo de produção, ainda segundo os liberais, teria de haver obrigatoriamente um rápido processo de qualificação da mão-de-obra negra, para que a integração se tornasse realidade. Daí, o meio concebido para a integração seria o da educação. Portanto, o expediente mais urgente a ser utilizado na desmontagem do *apartheid* seria o estímulo ao acesso da população negra aos centros de instrução.

"O professor declara: é crucial ajudar os negros"

A formação dos negros deve ser acelerada de maneira radical e imediatamente, se se quer evitar um desastre político, advertiu o professor Kerina. (...) Todos os meios de educação disponíveis devem ser usados. (...) A persistência das restrições sobre a mão-de-obra pode significar que, no ano 2000, 10% da população (brancos) deverão ocupar 60% dos empregos, enquanto 90% da população (as outras raças) deverão se contentar com os 40% restantes. Está claro que esta situação intolerável não poderá vir a acontecer sem a existência de conflitos raciais e sem provocar o caos econômico.¹⁷

As expectativas otimistas daqueles que supunham poder reverter o quadro de radicalização do conflito entre negros e brancos através deste programa, no entanto, foram contrariadas. A forte oposição levada a efeito pelos setores conservadores comprometeu a sua eficácia e praticamente imobilizou os reformadores. A resistência às mudanças, por

seu turno, foi bastante influenciada pela onda conservadora internacional que se levantou após a eleição do presidente Reagan nos Estados Unidos. Ao considerar a África do Sul como uma importante área estratégica no contexto do confronto Leste-Oeste, a ação norte-americana contribuiu para enrijecer a posição dos ortodoxos e, assim, emperrar a caminhada no sentido de uma liberalização controlada pelo sistema. O saldo apurado, portanto, não foi muito compensador: estabeleceu-se uma divisão entre os africanos em torno da questão do esvaziamento do pequeno *apartheid*, a qual acabou por adiar para um tempo indeterminado a resolução do grande *apartheid*.

Retornando às interrogações iniciais, podemos constatar que as dificuldades opostas aos setores da minoria branca empenhados em suprimir parcialmente o *apartheid* impedem, na verdade, que se possa pensar seriamente na segunda questão e revelam a terceira hipótese como quase que inevitável.

Este fracasso dos liberais, a nosso ver, ainda requer uma reflexão mais profunda, uma vez que bloqueia uma via considerada a mais sensata e realista, tanto pelos próprios liberais, como pelos representantes do capital internacional com interesses na economia do país.

A tentativa frustrada de descompressão, em primeiro lugar, tem sua raiz na própria concepção teórica que orientou esta ação política. E, em segundo, numa avaliação superficial a respeito do caráter e da formação ideológica dos africanos.

O equívoco inicial reside na pretensa incompatibilidade existente entre desenvolvimento capitalista e *apartheid*. A história da África do Sul demonstra justamente o contrário. A Constituição da União Sul-Africana (1910), que registrou o nascimento da África do Sul branca, foi montada através da "aliança do ouro com o milho",¹⁸ significando a criação de um ponto de convergência entre

os interesses do capital mineiro inglês com os interesses agrícolas bóeres, após a guerra dos bóeres de 1899-1902. A partir daí, o que se observou foi o desenvolvimento progressivo de uma estratégia de exclusão da mão-de-obra negra dos benefícios do crescimento econômico, em troca de um protecionismo sobre a classe trabalhadora branca, materializado em salários mais altos e ocupação dos cargos que exigiam alguma qualificação técnica. Com a vitória do Partido Nacional, em 1948, houve a consolidação deste processo: o *apartheid* passou a ser sistematizado num código rigoroso de controle da mobilidade da população negra, ao mesmo tempo que criava áreas reservadas para residência (bantustãs), proibindo o trânsito nas cidades brancas, a não ser para trabalhar.

Assim, por intermédio da preponderância política do Partido Nacional, foi viabilizado um caminho bem particular para o capitalismo sul-africano, que se dividiu em três vertentes principais: o capital local, fruto da transferência de investimentos da agricultura para a indústria de bens de consumo, protagonizada pelos africanos; o capital estatal, motor da redistribuição do capital entre a pequena burguesia local e garantia do desenvolvimento nacional "autocentrado"; o capital internacional, investido nos setores que requerem um volume maior de recursos e tecnologia mais avançada e onde a taxa de lucro é mais elevada.¹⁹ Complementando e dando sentido a este quadro, está a utilização do trabalho da mão-de-obra migrante, proveniente dos *homelands* e dos países periféricos da África Austral, contratada a preços ínfimos como forma de contrabalançar os salários dos sul-africanos brancos pobres.

Concomitantemente a este processo, foi se fortalecendo a idéia entre os bóeres (60% dos sul-africanos brancos) de que "o mais elevado dos negros é por definição inferior ao menos elevado dos brancos".²⁰ A língua africâner e a religião protestante calvinista

constituem as bases essenciais da identidade africânder: "Submetidos ao Deus todo-poderoso e à sua Santa Palavra, o povo africânder reconhece que sua vocação nacional, manifestada na história do Grande Trek, é a de orientar o desenvolvimento da África do Sul num sentido cristão (. . .)".²¹ A história para os africânderes tem um sentido muito preciso e especial. O fato de serem os descendentes dos holandeses chegados à África, em 6 de abril de 1652, na frota da Companhia Holandesa das Índias Orientais, dirigida por Jan van Riebeeck,²² faz com que entendam este episódio como uma manifestação da vontade divina, que os teria eleito povo predestinado para a salvação e conservação de sua pureza intrínseca. Esta carga mística, permanentemente cultivada por uma visão histórico-religiosa sectária, representa uma armadura inviolável, capaz de levar ao suicídio, porém jamais a um entendimento com os negros.

Esta posição obstinada dos africânderes tem desesperado aqueles setores ligados ao capital internacional, desejosos de estabelecer um diálogo com as lideranças negras. Um desfalque importante neste diálogo, segundo estes setores, é o do líder do ANC (Congresso Nacional Africano), Nelson Mandela, que permanece preso desde 1964, quando foi condenado pela Suprema Corte em Pretória por atos de sabotagem.

"Neste país a política e os negócios estão inextricavelmente ligados, e frequentemente o empresário descobre-se à esquerda do governo, pedindo que as reformas sejam aceleradas e o *apartheid* seja abolido. É verdade que até mesmo os empresários de língua inglesa estão profundamente divididos (. . .) poucos pedem publicamente a libertação de Nelson Mandela ou a legalização do ANC. Mas pelo menos oito grandes empresários sul-africanos, representando algumas das maiores

empresas do país, pediram a libertação de Mandela."²³

Por outro lado, se a pressão internacional aumenta com as ameaças de boicote econômico e os países da Linha de Frente (Angola, Tanzânia, Botsuana, Zimbábue, Moçambique e Zâmbia) rearticulam-se para apoiar a luta do ANC, a atitude do governo sul-africano é a de entrincheirar-se nas posições políticas norte-americanas. Tendo sempre a preocupação de não isolar o problema sul-africano do contexto mais amplo do contencioso com a União Soviética, a política dos Estados Unidos, após o fracasso dos "direitos humanos" de Carter, vincula uma ação mais enérgica contra o segregacionismo africânder à saída dos cubanos de Angola e ao afastamento dos soviéticos da área. Sendo considerada pelo ANC e pelos países da Linha de Frente como uma proposta que em nada contribui para a solução do problema e que proporciona condições favoráveis a uma resistência mais intensa da África do Sul, conclui-se que o impasse deve permanecer, levando-se a antever um ponto final desastroso.

"O ANC não é a única organização que representa os negros, mas a paz e a estabilidade duradouras nunca serão criadas sem a sua participação. A menos que se faça algo agora, a África do Sul poderá não ter amanhã sequer o luxo de uma escolha entre o presidente Botha e o ANC. Terá que escolher entre afrikaners da extrema-direita e esses meninos de olhar de aço que diariamente enfrentam a polícia nos bairros negros (e que até mesmo o ANC talvez já não possa controlar)."²⁴

As possíveis conseqüências da fatalidade inscrita no quadro sócio-político sul-africano acima esboçado não se encerram, em nosso entender, nos limites territoriais do país. Tendo em vista a importância da África do

Sul nos tabuleiros regional e global do sistema internacional de poder, uma conflagração nesta área do planeta com a participação, ainda que indireta, das duas superpotências mundiais pode implicar mudanças radicais e a criação de situações político-militares para as quais os países e povos ao redor não tenham atentado de maneira séria. Em função deste espectro, consideramos impositiva uma reflexão mais abrangente, envolvendo aspectos geográficos, políticos e militares, não só centrada na própria África do Sul, como também direcionada para o papel que o Brasil poderá ser chamado a desempenhar.

Não pretendemos aqui esgotar os múltiplos fatores que se nos oferecem à análise, mas tão-somente apontar para algumas questões que sirvam de indicativo para uma discussão mais profunda no futuro.

A agudeza da crise da África Austral é uma preocupação presente na agenda da diplomacia do governo brasileiro. Ela tem sido manifestada publicamente em todas as oportunidades, quando se tem externado o repúdio ao *apartheid* e saudado a aliança que une o Brasil a Angola e aos países da Linha de Frente. A declaração do presidente Sarney ao povo de Cabo Verde, em 9 de maio, constitui um tópico significativo dessa linha política:

“Nesta primeira viagem que realizo, como presidente de meu país, além dos limites do continente americano, encontro em Cabo Verde uma ocasião especialmente oportuna para reiterar a prioridade que o Brasil atribui, em sua política externa, às relações com o continente africano. A África, de que Cabo Verde é imagem promissora e atuante, é uma das matrizes do Brasil moderno. A ela nos unem inúmeras afinidades étnicas, culturais, históricas e lingüísticas, além da natural comunhão de interesses em inúmeras matérias internacionais, principalmente aquelas li-

gadas à paz, ao desenvolvimento econômico e social e à cooperação entre os povos.”²⁵

Esta é uma linha político-diplomática que, por certo, além de procurar situar o país como interlocutor válido para os problemas internacionais contemporâneos, sobretudo no âmbito do Terceiro Mundo, sintonizando assim seu nível de desenvolvimento sócio-econômico com as responsabilidades internacionais correspondentes, visa a responder a dois desafios histórico-políticos inquietantes: um, o de se recuperar, através de ações políticas transparentes, de um incômodo e comprometedor apoio prestado historicamente ao colonialismo português; outro, o de preservar o Atlântico Sul como área excêntrica ao confronto Leste-Oeste, trabalhando no sentido de sua não-nuclearização, até pelo menos o momento em que esta possa ser patrocinada pelo próprio Brasil e não por outra potência estranha ao oceano.

Em termos estratégico-militares, a vulnerabilidade do flanco leste brasileiro é uma questão que está na ordem do dia. A gravidade desta carência tornou-se verdadeiramente alarmante com a guerra das Malvinas, em 1982. A tranquilidade com que uma potência do Hemisfério Norte (Inglaterra), contando inclusive com bases de apoio estratégico no Atlântico Sul (Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha),²⁶ atacou um país vizinho ao Brasil (Argentina), situado no extremo sul do continente, sem que nenhum dispositivo de defesa houvesse para ser acionado, serviu de alerta aos militares brasileiros. A fragilidade política da OEA – Organização dos Estados Americanos e a inobservância do TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (assinado no Rio de Janeiro, em 1947) por parte dos Estados Unidos, seu mais poderoso signatário, desfizeram o mundo de sonhos em que viviam nossas forças militares. Ao mesmo tempo, ao nível estrita-

mente militar, constataram-se nossa impotência instrumental (faltam submarinos e mísseis dirigíveis) e energética (os suprimentos de petróleo dependem de nossa capacidade financeira de importar).²⁷

O adensamento da crise da África Austral em torno do *apartheid* e da ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul incide diretamente, quer se queira ou não, sobre a questão da capacidade do Brasil de reverter num curto espaço de tempo esta situação desfavorável. Não obstante o esforço diplomático brasileiro em aplainar o terreno — como o demonstra o recente reatamento diplomático com Cuba, que continua com forças militares estacionadas em Angola, o que constitui um fator de embaraço para nossa diplomacia —, sem uma força militar respeitável, sobretudo naval, permanecerá pelo menos duvidoso nosso ingresso no centro dos acontecimentos como mediadores políticos creíveis.

A razão deste debilitamento deve ser atribuída, por sua vez, à concepção geopolítica que dominou no Brasil até 1974,²⁸ quando então começou a ser modificada. Uma concepção cuja base fundava-se na aceitação da hegemonia norte-americana sobre o continente sul-americano e no papel de sócio menor a ser cumprido pelo Brasil, em troca do reconhecimento dos Estados Unidos de nossa condição de potência regional. De acordo com esta relação assimétrica, a preocupação das forças armadas brasileiras deveria estar exclusivamente dirigida para a repressão aos denominados inimigos internos, enquanto a resolução dos problemas relativos aos inimigos externos ficariam a cargo dos Estados Unidos.

“Com origem imanente nas terras desse hemisfério interior não haverá a temer, em prazo previsível, por bem longo que seja, qualquer ameaça direta à segurança da América do Sul e, pois, também do

Brasil: de um lado, por ausência de potencial de agressão, e, de outro, por excesso desproporcionado de um poder, contra o qual não haveria como opor-se, se antagonismos, muito mais graves, não o mantivessem, de fato, empenhado em focos longínquos de atritos e se — fator não desprezível, sem dúvida — a comum profissão de fé democrática e o ideal pan-americanista sempre proclamado não constituíssem suficiente zona psicológica de amortecimento em que esvaem absorvidos quaisquer ressentimentos mais fortes”.²⁹

Ora o privilégio concedido ao conceito de segurança nacional pela geopolítica do general Golbery acabou, por assim dizer, transformando as forças armadas brasileiras, sobretudo o exército, num aparelho policial antiinsurgente, subtraindo-as de sua função essencial — a de preparação para a guerra.

O advento do processo de transição do regime autoritário para o democrático e a guerra das Malvinas consolidaram a reversão desse quadro, servindo, portanto, para despertar os militares brasileiros de seu sono dogmático. A partir daí, passou a ficar bem claro que a aliança prioritária para os Estados Unidos é a firmada com os outros países da OTAN; as demais, acham-se sujeitas ao encaminhamento dos seus objetivos estratégicos globais. Uma política externa brasileira que se queira, de fato, independente requer necessariamente uma sólida base estratégico-militar em condições de sustentá-la com êxito.

Concluindo, consideramos estes fatores como imprescindíveis a uma reflexão sobre o papel do Brasil na questão África Austral/Atlântico Sul. Afinal, a crise da África Austral é uma realidade e os aliados brasileiros na região não coincidem com os aliados da OTAN e dos Estados Unidos. □

NOTAS

1. Perry Anderson, *Portugal e o fim do ultracolonialismo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. Aqui são discutidas as especificidades do colonialismo português: as razões pelas quais houve a possibilidade de um país capitalista atrasado ter se mantido com sucesso na corrida imperialista-colonialista de finais do século XIX.
2. Eduardo de Sousa Ferreira, *África Austral – o passado e o futuro*, Lisboa, Seara Nova, 1977, p. 102.
3. *Idem, ibid.*, p. 102.
4. "A principal exportação é a força de trabalho: 60 mil moçambicanos trabalham na África do Sul. A capital, Maputo, recebe da África do Sul 90% de sua energia elétrica." *O Globo*, 17/8/86.
5. "A África do Sul é como uma zebra. Se ferirmos as partes brancas, as partes negras morrerão também." A frase é do Secretário de Estado do Lesoto, A. L. Thamalane, referindo-se à conexão econômica que ata as economias dos Estados africanos da África Austral à economia sul-africana. *U.S. News and World Report*, apud *O Globo*, 17/8/86.
6. Mário César Flores, "A importância do Atlântico Sul nas Relações Internacionais", in: *Política e Estratégia*, vol. II, n.º 1, jan.-mar. 1984, p. 98.
7. João Carlos Caminha, "O Hemisfério Sul: Aspectos Geopolíticos da Vertente do Atlântico", in: *Política e Estratégia*, vol. II, n.º 1, jan.-mar. 1984, p. 130.
8. Mário César Flores, *op. cit.*, p. 98.
9. Gérard Chaliand e Jean-Pierre Rugeau, *Atlas Stratégique*, Paris, Fayard, 1983, p. 112.
10. *Idem, ibid.*, p. 112.
11. Para uma análise histórica do *apartheid*, entre outros, recomendamos: René Lefort, *L'Afrique du Sud: histoire d'une crise*, Paris, François Maspero, 1977.
12. a) "De acordo com o censo de 1980, a população sul-africana atingiu cerca de 25 milhões, com a seguinte composição étnica: negros, 17 milhões (68%); brancos, 4,5 milhões (18% do total, dos quais 35% eram anglo-saxões e 65% afrikaners); mestiços, 2,6 milhões (10,5%); e indianos, 800 mil (3,3%)." *Conjuntura Africana*, abril de 1985. b) "A fraqueza demográfica da minoria branca permanece como a falha essencial do sistema. Esta minoria é a cada ano proporcionalmente menos numerosa. A estratégia racial de Pretória consiste no momento em cooptar as minorias não-negras (indianos, mestiços, mulatos) isolando os negros e reforçando suas divisões tanto no plano étnico quanto no plano jurídico." *Atlas Stratégique, op. cit.*, p. 112.
13. "A relação dos salários brancos/negros atingiram uma desproporção sem precedentes: a relação era em 1922 de 1 a 11,2; elevou-se em 1946 a 12,7, em 1956 a 14,7, em 1969 a 20." In: Catherine Coquery-Vidrovitch, *Afrique Noire – permanences et ruptures*, Paris, Payot, 1986, p. 308.
14. Marianne Cornevin, *Afrique du Sud en sursis*, Paris, Hachette, 1977, p. 215.
15. O orçamento militar atingiu 3,5 bilhões de dólares em 1984, representando um acréscimo de 21,4% em relação a 1983, cerca de 17% dos gastos estatais. "África do Sul: O Dilema de Botha", in: *Conjuntura Africana*, abril de 1985.
16. *Rand Daily Mail* 12/8/77, cit. Claude Meillasoux, *Les derniers blancs*, Paris, François Maspero, 1979, p. 221.
17. *Star*, 6/7/77, *ibid.*, p. 218.
18. René Lefort, *op. cit.*, p. 40.
19. *Idem, ibid.*, p. 70.
20. Marianne Cornevin, *L'apartheid: pouvoir et falsification historique*, Paris, Unesco, 1979, p. 23.
21. *Idem, ibid.*, p. 34.
22. *Idem, ibid.*, p. 50.

23. "Um De Gaulle na África do Sul?", A. H. Bloom (presidente do Premier Group, uma das cinco maiores empresas industriais sul-africanas), in: *Jornal do Brasil*, 5/8/86.
24. *Ibid.*
25. Mensagem dirigida à Assembléia Popular de Cabo Verde, in: *Jornal do Brasil*, 10/5/86.
26. "As três ilhas permanecem em mãos inglesas e, ressalvadas uma ou outra situação de extrema singularidade, como foi o caso das Malvinas, não há porque esperar que elas sejam usadas em detrimento dos países regionais. Contudo, é preciso acompanhar com ativo interesse a evolução de longo prazo, já que seria lastimável que elas viessem alguma dia a servir de apoio a ameaças à segurança marítima regional, destacando-se, nesse quadro, a posição de Ascensão relativamente ao Brasil", in: Mário César Flores, *op. cit.*, p. 104.
27. Hélio Jaguaribe, *Novo cenário internacional*, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1986, p. 222.
28. Williams da Silva Gonçalves, *Pensamento estratégico brasileiro – o discurso de Golbery*, dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia da PUC-RJ, em julho de 1984.
29. Golbery do Couto e Silva, *Conjunta política nacional – o poder executivo – geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1981, p. 183.

SUMMARY

Brazil, The South Atlantic and the Southern African conflict

The article discusses two controversial issues: one is a prospective analysis of the likely development of South African apartheid policies; another deals with the current Brazilian political-military environment and its ability to cope with any major crisis in the South Atlantic. Both issues are connected to emphasize how important it is for the Brazilian Foreign Office to keep close tabs on the Southern Africa conflict in general and on apartheid in particular because of the potentially destabilizing impact that section of the African continent may cause to the entire international community.

Analysis of apartheid policies highlights the system's stronger and more vulnerable points. The key point of resistance lies in an Afrikaner population obstinately trying to preserve their social, political and economic privileges backed by institutionalized apartheid practices. These interests are legitimized and made consistent under the protective cover of an ideology fostered by the Reform Church which states racial segregation to be both natural and legitimate.

The key weakness lies in the growing isolation of South Africa caused by a rejection of a apartheid practices. Rejection is most keenly felt in neighboring countries – through the Front Line they have spared no effort to put an end to the system.

On the Brazilian approach to the long-standing South African crisis and the likelihood of open war, the article tries to correlate the recent diplomatic policy strategies of past military administrations and the problems Brazil is now facing.

Starting from the premise that before 1974 Brazil fully supported Portuguese colonialism and automatic aligned with overall American policies, the article notes that the diplomatic about-face set in motion as of that date in our relations with African countries still needs some time to geltime perhaps not available given the fast development of events. The key concern in Brazil is the weakness of the Brazilian naval force if confronted with the need to keep South Atlantic waters free from the threat of nuclear war between the superpowers, a probability no longer remote since the 1982 precedent set during the Falklands War.

RÉSUMÉ

Brésil, l'Atlantique Sud et le conflit de l'Afrique Australe

Cet article traite deux questions polémiques: l'une, est l'analyse prospective des probables dédoublements de l'*apartheid* sud-africain; l'autre, est celle de la situation politique et militaire du Brésil à l'heure actuelle au cas où une possible crise

de grandes proportions dans la région de l'Atlantique Sud se produirait. Les deux questions s'articulent et mettent en relief l'importance d'un suivi dynamique, de la part des diplomates brésiliens, du conflit de l'Afrique australe en général et de

l'apartheid en particulier, vu le potentiel élevé de destabilisation du système international que recèle cette partie du continent africain.

L'analyse de *l'apartheid* cherche à montrer les points forts et les vulnérabilités du système. Comme point fort principal nous pouvons mentionner l'obstination de la population blanche pour ce qui est de la préservation de ses privilèges sociaux, politiques et économiques que la pratique institutionnalisée de *l'apartheid* consacre. L'idéologie diffusée par l'Eglise réformée selon laquelle la ségrégation raciale est naturelle et légitime s'y ajoute, uniformisant et donnant de la cohérence à la défense de ces intérêts.

La vulnérabilité fondamentale réside dans l'isolement croissant de l'Afrique du Sud dû à la répulsion que suscite le maintien de *l'apartheid*. Cette répulsion est plus aiguë dans les pays voisins qui, à travers la Ligne de Front, ont recours à tous les moyens dont ils disposent pour précipiter la fin du système.

Quant à la position du Brésil face à la crise permanente en Afrique Australe et face à une conflagration qui ne pourrait pas être écartée, l'article cherche à établir un rapport entre les stratégies politique et diplomatique adoptées par les gouvernements militaires jusqu'à une époque récente et les difficultés à faire face à l'heure actuelle.

Partant de la constatation du fait que la période jusqu'à 1974 a été marquée par le soutien au colonialisme portugais et par l'alignement automatique avec la politique nord-américaine en général, il fait remarquer que la volte-face diplomatique qui a eu lieu à partir de 1974 dans les rapports avec les pays africains a besoin de temps pour se consolider et que la vitesse des événements ne pourra peut-être pas concéder ce temps. Son principal souci est la fragilité militaire-navale du Brésil lorsqu'il s'agirait d'éviter que les eaux de l'Atlantique Sud deviennent la scène d'un conflit nucléaire protagonisé par les superpuissances. Cette hypothèse n'est plus rémote après le précédent créé par la Guerre des Malouines, en 1982.

ESTADO-NAÇÃO E PLURALIDADE ÉTNICA NA ÁFRICA NEGRA

*Jacques d'Adesky**

Introdução

A emergência do Estado-Nação, processo particular que se estende por vários séculos e atinge seu apogeu nos séculos XVIII e XIX, foi marcada, na Europa, pelo triunfo definitivo da burguesia sobre o poder feudal. Particularmente na França, a nação teve origem num ato revolucionário, na ruptura com a comunidade histórica que a precedeu, caracterizado pela luta da burguesia contra a aristocracia feudal e o rei. A revolução francesa, a partir dessa ótica, deve ser considerada como o renascimento do Estado que esvazia o monarca de toda a centralização e faz da nação soberana o centro do poder, o referencial obrigatório, fonte e norma de toda a política.¹

Consolidando o princípio da soberania do povo, de forma na verdade teórica mas não obstante definitiva, a burguesia irá impor sua lei à sociedade civil, desviando a revolução de seu caminho, confiscando-a em proveito próprio. A burguesia se dotará de um aparelho central de Estado, de uma constituição e de um projeto político em acordo com seus interesses econômicos.²

Apesar das contradições entre os interesses de classes, o Estado moderno conseguirá, no plano da questão nacional, transcender os antagonismos inerentes. Burgueses e proletários pertencem à mesma nação, e mesmo com uma situação sócio-econômica diferenciada, o fato nacional é inegável, está acima das classes, nem que seja porque falam a mesma língua (não a mesma linguagem), compartilham certos valores "comuns" e defendem um mesmo território.³

Apesar da existência de muitos movimentos comunitários não legais, como o dos corsos na França, dos bascos na Espanha e dos negros nos Estados Unidos, estes têm, sobretudo, um caráter cultural, não colocando fundamentalmente em questão a unidade nacional. Assim, nem os Estados Unidos, nem

* Professor do CEAA.

os países europeus têm, realmente, necessidade de se defender contra os eventuais irredentismos ou espasmos seccionistas de suas minorias étnicas.

Plurietnismo e identidade nacional

Na África subsaariana, comumente denominada África Negra, a estruturação das nações seguirá um processo diferente: ao contrário das nações europeias, onde a burguesia foi o agente da construção nacional antifeudal, o agente desse processo será o movimento de liberação anticolonial, em cuja liderança se encontrará, juntamente com os representantes da tradicional classe dirigente autóctone, os elementos de uma burguesia nascente. Portanto, o moderno Estado africano nascerá do combate anticolonial e não da luta contra o feudalismo autóctone.⁴

A lenta tomada de consciência de uma identidade comum nacional, que a presença colonial favorecerá num primeiro momento, logo aparecerá como um dos objetivos prioritários das novas classes dominantes africanas oriundas da descolonização. O Estado nacional será concebido como a emanção de todo o povo, na medida em que, segundo a concepção mais generalizada, as populações colonizadas eram vistas como vítimas de uma forma indiferenciada de dominação estrangeira. O Estado devia encarnar o povo vitorioso em sua luta contra o colonialismo.⁵ Mas, paradoxalmente, enquanto o plurietnismo era erigido como princípio de governo desde as suas origens até os impérios dos séculos VIII ao XIV no Sudão do oeste africano e mantido durante os reinos dos séculos XVIII e XIX,⁶ as novas elites africanas recorrerão às formas unitárias e centralizadas de Estado, fazendo prevalecer, como na Europa, a identidade nacional sobre as etno-grupais.

Esta visão jacobina de Estado conduzirá à implantação de regimes autoritários que des-

prezam as diferenças culturais e as características mais profundas desses países. As elites justificam a não inclusão das diferenças étnicas ou regionais nas estruturas políticas, argumentando que o "tribalismo" ou o "regionalismo" são produtos da dominação do imperialismo decidido a reinar e, portanto, a dividir.⁷

Essa posição rígida em relação à questão étnica baseia-se na heterogeneidade das populações, que cresceram muito durante o período colonial. Realmente, salvo raras exceções, o colonizador obrigou a convivência, no espaço de um mesmo território, de várias etnias e até mesmo raças diferentes e, às vezes, inversamente, dividiu uma mesma etnia entre diversos países. Esse despedaçamento é encarado como um freio à emergência de uma identidade nacional e constituiu-se, no mínimo, como fonte de instabilidade do Estado ante a possibilidade de movimentos seccionistas (Biafra, Eritreia, Katanga), de rebeliões (Chade, Sudão, Camarões) ou de movimentos irredentistas (ewés, somalis).⁸

Considerar que a questão étnica é uma criação pura e simples dos poderes coloniais, como fazem alguns, é uma posição simplista, sem nuances.⁹ Sem dúvida, uma postura tão linear sobre realidade tão complexa deve ser aceita com muitas reservas. Aqui não entraremos no mérito da questão, mas deve ser levada em consideração a existência de muitos conflitos tribais anteriores ao estabelecimento do colonialismo, o que em alguns casos facilitou a penetração dos colonizadores no fim do século XIX, constituindo-se, como no Chifre da África, no Sudão e no Chade, uma das raízes da crise ou dos problemas atuais.¹⁰ Faz-se também necessário lembrar que outros conflitos nasceram ou agudizaram-se com a intrusão da política europeia nessas sociedades, o que contribuiu, como em Ruanda e no Burundi, para enrijecer o sistema político existente, fixando-o

nas práticas e nas consciências segundo um esquema hierárquico de tipo feudal.¹¹

Assim sendo, a existência ou não de conflitos étnicos antes ou durante a era colonial não justifica, segundo nossa percepção, o escamoteamento, no debate político, das diferenças étnicas ou regionais. A continuidade de levantes comunitários no mundo comprova que um modelo de organização política, social e cultural que correspondeu a um projeto eficiente durante dois séculos está em contradição com os conjuntos políticos atualmente constituídos. Às vésperas do ano 2000, embora a unidade nacional e territorial não esteja em questão, as solidariedades étnicas estão sendo retomadas no Líbano, na Índia, no golfo da Espanha, no Canadá, em Chipre etc. segundo linhas de fragmentação ligadas à religião, à língua, à história. Este retorno universal aos valores étnicos não poupa os mais antigos Estados unificados da Europa Ocidental, como a França e a Inglaterra.¹² Isso comprova a necessidade de repensar as estratégias de unidade nacional segundo parâmetros culturais endógenos que melhor captem a diversidade das sociedades africanas. O modelo exógeno jacobino, a partir do qual o Estado-Nação africano é, em parte, concebido, desemboca na perda da identidade e se arrisca a fazer dessas sociedades excrescências caricaturais e inacabadas das sociedades ocidentais.

Descolonização e soberania nacional

Percebe-se, entretanto, que a idéia de nação serve para assegurar uma maior integração de mercado, principalmente no que se refere à centralização monetária da sociedade e à circulação das riquezas, fazendo prevalecer a identidade nacional sobre as etno-grupais. Da mesma forma que na Europa, esta unidade econômica e esta consciência comum em relação às aspirações nacionais

(uma história, um destino, um povo) servirão para aumentar o poder da nova classe dominante. Esta caminhada forçada para as formas de Estado-Nação não terá, ao final, outro objetivo que os interesses dessa classe que com ela se identificará.¹³

Assim, a nível externo, a construção do Estado-Nação na África distinguiu-se da experiência européia, na medida em que o traço mais marcante das relações internacionais mostra que os Estados periféricos encontram-se inseridos em um sistema de dependências econômicas, políticas etc. que os impedem de se autodeterminarem livremente. Observa-se que a autodeterminação como projeto de existência torna-se objeto de uma luta sem fim, uma vez que o alcance à independência formal sequer permitiu estancar, magicamente, o perverso processo de trocas desiguais desenvolvido durante o período colonial.

O Estado que surge não escapa à articulação centro-periferia, cujas relações se traduzem por uma transferência de riquezas da periferia para o centro. Essa forma de hegemonia apresenta desdobramentos internos através da servidão econômica e social das massas e da constituição de uma sólida rede de interesses entre a emergente burguesia local e o capital estrangeiro. Esta é uma situação instável porque reforça o domínio das potências e mostra que os governos que não conseguem adotar uma política que se inspire, essencialmente, nos verdadeiros interesses do país não podem pretender atingir a descolonização em sua totalidade. Melhor dizendo, esses Estados não poderão subsistir como unidade soberana a não ser que consigam resistir à sujeição da nação pelo capital internacional e às instituições que privilegiam sua estratégia — e isso refere-se a preservar a liberdade de escolha, isto é, fazer sua própria história em vez de sujeitá-la, a fim de atingir a verdadeira autodeterminação nacional.¹⁴

Partido único e integração nacional

Ainda que nos primórdios das independências os regimes africanos tenham vivido um período de democracia pluralista, o sistema de partido único logo será visto pelos governantes como o meio ideal para promover a integração nacional e a mobilização das massas.¹⁵ Uma das tarefas prioritárias das novas lideranças será a de transcender a consciência tribal e regional para criar uma consciência nacional. O partido deverá suscitar em toda a população, reconhecidamente heterogênea, o sentimento de um destino comum mais mobilizador que os particularismos existentes. Não se encontrará nenhum discurso oficial em que essa idéia não seja repetida à exaustão.

Apresentado como um partido-nação ou como o partido do povo onde se fundem todas as etnias, o partido único será o reflexo de uma sociedade supostamente unitária que exclui, por definição, a existência de maiorias e minorias. Porém, em diferentes graus, na maior parte dos países africanos, o Estado usará e abusará de seu poder, privilegiando o reino da arbitrariedade, onde as etnias e os indivíduos serão as principais vítimas. Fortalecidos por sua situação no seio do partido, os donos do poder não admitirão, facilmente, discutir os privilégios adquiridos. Eles procurarão assegurar sua fortuna material, criando entre os cidadãos uma total falta de confiança no funcionamento da máquina estatal.

Preocupada em se perpetuar no poder, a elite exclui a participação das massas no processo decisório — contradição extrema com os direitos do cidadão e com o projeto de construção nacional oriundo da descolonização. O Estado, privado das práticas democráticas de mediação e de sustentação popular, rapidamente reencontra os atributos repressivos que haviam caracterizado o período colonial. A burocracia e a centralização admi-

nistrativa são impostas como forma de controle e força contra a população.¹⁶

Mal concebido, o partido único tomará um caráter mutilador, sendo praticamente confundido com o Estado. O secretário geral do partido é, geralmente, também o chefe do Estado — principal peça das instituições. Segundo Ahmed Mahiou, o partido único oferece, assim, a imagem de uma pirâmide instável tendo por base o seu ápice, isto é, o seu líder que é, ao mesmo tempo, o chefe do Estado.¹⁷ Raros são os Estados em que o partido único conseguirá assegurar a integração nacional. Julius Nyerere, que preconiza uma outra perspectiva sobre a África, especificamente a tese da possível continuidade entre tradição e modernidade através da implantação das aldeias comunitárias Ujamaa, nascida da Declaração de Arusha, reconhece o fracasso do partido único, que, segundo ele, engendra complacência, sinônimo de incompetência.¹⁸

A instabilidade do partido único encontra-se reforçada pela situação da oposição, que não podendo agir na legalidade vai aparecer, paradoxalmente, no seu interior, sob a forma de facções difusas, e no quadro das instituições estabelecidas, como os sindicatos e os movimentos estudantis. A presença da oposição no interior do partido único africano torna possível a união contraditória entre as forças mais modernizantes e as mais tradicionais, entre os elementos mais revolucionários e os mais reacionários. Esse emaranhado de contradições no seio do partido único africano apresenta uma diferença fundamental com o partido único europeu, onde a oposição não tem qualquer direito, nem fora nem no interior do partido.¹⁹

A irrupção do exército na via política, sob o pretexto de dominar uma revolta popular ou com a justificativa da incapacidade do partido em organizar instituições estáveis, consagra, em nossa opinião, o fracasso irremediável do partido único africano. Levan-

do-se em conta que, em julho de 1963, um único país da África Negra — o Sudão — era governado por um militar e que cinco anos mais tarde, em julho de 1968, já eram oito e hoje somam 21, pode-se dizer que, sem contar com os fracassados golpes de Estado militares, a África parece estar caminhando para uma gradual militarização.

Enquanto força bem estruturada e disciplinada que reúne todas as camadas da sociedade, o exército se apresenta como alternativa à fraqueza do partido e, principalmente, como solução para a concretização da unidade nacional. Da mesma forma que o poder civil, o exército encobre as lutas partidárias latentes, fazendo prevalecer a identidade nacional sobre as etno-grupais. Mas, com raras exceções, o exército não conseguirá realizar o que os partidos únicos também não conseguiram, porque as divisões partidárias e a questão étnica, geralmente, também vão aparecer, o que concorre para acentuar a instabilidade política em vez de solucioná-la.

Diversidade cultural e diálogo de civilizações

Percebe-se que a pluralidade cultural não combina com as veleidades totalitárias do partido único, sob a égide de militares ou de civis, principalmente quando esses assumem função de condutores da construção nacional. A identidade cultural africana é composta de uma múltipla heterogeneidade, o que a torna rica. Pretender ignorar essa dimensão cultural é negar as lições da história recente, que demonstraram ser a cultura um dos mais fortes elementos de resistência à dominação colonial.

Com exceção da África dita anglófona, que geralmente apresenta um certo respeito às especificidades regionais e às diversidades culturais, na maior parte dos casos o autoritarismo inibe por completo a verdadeira dis-

cussão sobre a heterogeneidade étnica. Por outro lado, o Estado, que se vangloria de ser o protetor do patrimônio cultural nacional, é o principal difusor das influências externas. Os espetáculos, os filmes, os programas de televisão, sem esquecer a informação cotidiana, são produtos, em sua maioria, impregnados da cultura ocidental. O resultado é que se aceita a folclorização dos dados culturais étnicos sob a forma de conjuntos musicais, balés nacionais etc.²⁰ O espaço da criatividade étnica acaba por se encontrar cada vez mais circunscrito ao mundo camponês, seu meio de origem, marginalizado da mídia moderna e, portanto, condenado ao desaparecimento enquanto expressão moderna da cultura nacional viva.

Sem que se perceba, a morte atinge o vivo — a cultura, que permanece como o instrumento-chave de que dispõe todo um povo para definir sua identidade, empobrece-se. A afirmação da identidade nacional no plano cultural acaba correspondendo a parâmetros exógenos de nível pretensamente universal, meros instrumentos de destruição por imporem modelos de produção e de consumo de origem estrangeira.

Evidentemente, não pretendemos negar os valores culturais ocidentais, pois tratando-se da África ou da Ásia, o fechamento em torno de si mesmas num diálogo estéril conduz, cedo ou tarde, ao empobrecimento cultural. O diálogo entre as civilizações deve ser o eixo em torno do qual o intercâmbio cultural é construído. A própria cultura ocidental, através de relações hegemônicas desiguais, enriquece-se e regenera-se, graças a contribuições de países do Terceiro Mundo. O que se coloca em discussão é a valorização da diversidade cultural no plano endógeno. É o reconhecimento de que a cultura em sua pluralidade étnica foi, na África Negra, um dos elementos de resistência à dominação colonial. É necessário enfatizar que o Estado-Nação africano permanece fraco e mal

integrado porque não reconhece, em sua totalidade, o contexto das sociedades pluralistas ou poliétnicas no qual está inserido.

Legitimidade legal X legitimidade tradicional

Faz-se necessário ressaltar que num continente em que 80% da população é analfabeta e mais de 75% é formada por camponeses, aos quais se somam os milhares de desempregados das grandes cidades, a inserção étnica ou tribal não é uma simples questão de rótulo. É lago profundo e permanente, enraizado num tipo físico, numa língua, numa forma de pensar e num passado certamente glorioso. Daí ser a consciência do africano multifacetada, como afirma o historiador Ki-Zerbo. Melhor dizendo, o indivíduo, na procura de uma nova identidade, não consegue ultrapassar o conflito que o divide dolorosamente entre a enraizada consciência tribal e a recém-nascida referência nacional.²¹

Por essa razão, a adesão das massas a um partido permanece fundamentalmente marcada, na África Negra, pelas relações étnicas, pessoais e, às vezes, até mesmo religiosas. As palavras de ordem como democracia, socialismo e nacionalismo continuam vazias de sentido como meio de mobilização. Tomando como exemplo o Senegal, onde os camponeses (80% da população) vivem ainda em um sistema eminentemente feudal, as duas grandes confrarias religiosas – os Mouridas e os Tidjanes, respectivamente 30% e 50% dos senegaleses – continuam mantendo marcante influência nos seus seguidores e, por isso, a própria cúpula política sempre se esforçou para conquistar as suas boas graças através da figura de seus dirigentes, detentores das chaves do poder político pelo controle do voto de seus fiéis. O presidente Léopold Sédar Senghor, católico, seguiu a política de conciliação da antiga administração francesa; seu

sucessor, Abdou Diouf, depois de tentar se liberar, também não escapou. Na realidade, o voto não é individual e sim coletivo, devido à solidariedade religiosa, a qual transcende os interesses dos partidos.²²

Dessa ambivalência entre as instituições tradicionais e as novas formas de ação e de pensamento político resulta conflitos na divisão e na natureza do poder. Daí a dificuldade para os novos dirigentes em assegurar a sua legitimidade, baseada no carisma do líder nacional ou na legalidade do Estado, o que se opõe à legalidade tradicional, essencialmente de caráter étnico. A confrontação dessas legitimidades provoca a permanente instabilidade que impera em todas as sociedades africanas contemporâneas. O tribalismo, princípio ordenador das sociedades africanas tradicionais, representa o centro de gravidade dessa crise de legitimidade que se desenvolve, principalmente, por causa da polarização entre etnia e nação.

Privado da sustentação tradicional e, portanto, de uma sólida legitimidade, a nova elite não se inibe em usar maciçamente a força para garantir a sua hegemonia, deixando pouco espaço à liberdade de expressão crítica e à criatividade. Instauram-se regimes “revolucionários”, “socialistas” ou “moderados” que, com uma polícia e uma censura hiperatrofiadas, mais se aproximam da ditadura que da democracia.²³

É o reino do centralismo autoritário de Estado que garante, como já foi mencionado, os interesses adquiridos e, também, a manutenção do poder da classe dominante. Isto explica porque a ideologia da unidade nacional seja uma verdadeira obsessão para essa classe dirigente, que teme o pluripartidarismo por ser o caminho inquestionável para a construção de uma sociedade menos centralizada. Na verdade, ela percebe que assumindo objetivamente a realidade de um Estado pluripartidário colocaria em risco a sua própria permanência no poder. Melhor dizendo, o triunfo do modelo Estado-Nação unitário e

centralizado deve, segundo sua concepção, concorrer para reforçar a autoridade da classe dominante e para dismantelar as bases da legitimidade tradicional.

Ao mesmo tempo, embora o Estado denuncie o regionalismo e o tribalismo como forças centrífugas, não deixa de usar a questão étnica para reforçar seu poder. Assim, evoca o espírito da unanimidade consensual característica no passado para estruturar a existência do partido único na atualidade. Além do contexto ser totalmente diferente, é necessário reconhecer que os partidos únicos no poder rejeitam os processos autônomos de democratização que as sociedades tradicionais continuamente desenvolviam.²⁴ No universo camponês, o Estado apoiará a estrutura do partido único nas estruturas sociais tradicionais, como as sociedades secretas, as seitas religiosas e as de magia, ocupando também um lugar importante os ritos e os símbolos do poder tradicional. É um exemplo desses símbolos o gorro de pele de leopardo usado pelo presidente Mobutu Sese Seko, do Zaire.

Acontece também que os regimes monolíticos, com a pretensão de conjurar o espectro do tribalismo, na realidade o cultivam, como se observa de forma especialmente aguda no momento das "sucessões" presidenciais ou por ocasião da distribuição dos cargos políticos entre as diferentes etnias, no interior do aparelho de Estado. Quando o Estado organiza a hegemonia de uma etnia, a divisão de cargos pode ser feita de forma aberta e arrogante, como afirma Siradiou Diallo. Esse favoritismo, fonte de descontentamento das etnias preteridas, é o principal responsável pelas tensões políticas que afetam os Estados.²⁵

Algumas conclusões

O constante reaparecimento de levantes étnicos revela a força das instituições tradi-

cionais. Mesmo que na idéia de etnicidade que subentendem perpassa uma certa ambivalência, com as novas formas de ação e de pensamento contidas no referencial Estado-Nação, esta ambivalência não se constitui em um obstáculo à emergência de uma identidade cultural nacional. Ao contrário, a herança étnica e o enraizamento histórico constituem-se em componentes essenciais ao desenvolvimento de uma cultura endógena.

O papel do Estado não deve ser o de desintegrar, mas o de manter e preservar a diversidade, que pode ser considerada como a espinha dorsal da cultura nacional, o baluarte mais seguro contra a dominação cultural estrangeira.

Um retorno aos sistemas tradicionais é, evidentemente, uma idéia carente de objetividade e não se constitui de forma alguma em uma solução, por ser uma alternativa inexequível, dado que a realidade, tanto interna quanto externa, não é mais a mesma existente no período pré-colonial.

É necessário criar instituições que permitam a cada um desenvolver sua própria criatividade. Aceitando-se esta idéia primordial, a construção nacional passará por uma escolha democrática que implica o reconhecimento da existência de um conjunto de etnias e a rejeição de um Estado fortemente centralizado, onde o poder se encontra concentrado nas mãos de uma minoria.

O federalismo aparece como a estrutura mais flexível quanto à forma de Estado descentralizado. O exemplo da federação nigeriana que conseguiu sobreviver à ameaça de "balcanização", enfrentar diversos golpes de Estado sangrentos e uma violenta guerra civil, prova que países tão diversificados geográfica e culturalmente como os da África Negra só podem atingir o desenvolvimento num quadro político de estruturas pouco rígidas e descentralizadas. Incontestavelmente, o federalismo concilia a unidade nacional

e a necessidade de autonomia, baseado na coexistência de populações de características diferenciadas.

Esse federalismo, acompanhado da livre circulação de informações, sem a qual a população não conseguirá ter uma clara compreensão das alternativas oferecidas, poderá levar à experiência da democracia pluralista, conhecida por esses Estados no início do processo de suas independências. O caráter democrático implicaria a existência de um aparelho de Estado suficientemente descentralizado que permitisse à população uma

participação ativa na tomada de decisões políticas. Dessa forma conseguir-se-ia um distanciamento do modelo centralizador jacobino para reencontrar, talvez, uma parte das tradições de unanimidade consensual do passado quanto ao exercício do poder. Isto representaria uma radical mudança no continente africano que poderia anunciar a aurora de uma nova era nas relações entre os Estados e suas populações, favorecendo um excepcional clima de exaltação, propício ao debate sobre a unidade nacional e a pluralidade étnica. □

NOTAS

1. Gérard Mairet, "Peuple et Nation", in: *Les Idéologies*, Paris, Éditions Marabout, 1981, p. 51-73, vol. 3.
2. Jean Ziegler, *Retournez les fusils*, Paris, Éditions du Seuil, 1981, p. 116-117.
3. Jean Ziegler, *op. cit.*, p. 119.
4. Jean Ziegler, *op. cit.*, p. 150-153.
5. Elikia M'Bokolo, *L'Afrique au XX^e siècle, le continent convoité*, Paris, Éditions du Seuil, 1985, p. 334-335.
6. Joseph Ki-Zerbo, "Les identités culturelles africaines", in: *Revue Genève-Afrique*, vol. XXIII, n.º 1, 1985.
7. Elikia M'Bokolo, *op. cit.*, p. 334-335.
8. P. F. Gonidec, *L'État africain, évolution, fédéralisme, centralisation et décentralisation*, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1984, p. 105-107.
9. Para exemplo, ver Antoine-Marie Aissi, "Racisme, tribalisme et identité culturelle négro-africaine", in: *Cahiers congolais d'anthropologie et d'histoire*, vol. 8, p. 59-75, 1983.
10. Elikia M'Bokolo, *op. cit.*, p. 339-341.
11. Jean-Pierre Chrétien, "Hutu et Tutsi au Rwanda", in: *Au coeur de l'ethnie, ethnies, tribalisme et Etat en Afrique*, Paris, Éditions la découverte/Textes à l'appui, 1985, p. 139-150.
12. Régis Debray, *La puissance et les rêves*, Paris, Éditions Gallimard, 1984, p. 141-145.
13. Yves Person, "L'État-Nation et l'Afrique", in: *Le mois en Afrique*, out.-nov. 1981, p. 190-191.
14. Jean Ziegler, *op. cit.*, p. 152.
15. Atualmente, a adoção do partido único é um fenômeno global que ultrapassa toda questão ideológica ou doutrinária, atingindo a totalidade da África Negra, exceto o Senegal, a Ilha Maurício e o Zimbábue.
16. Ben Yacine-Touré, *Afrique: l'épreuve de l'indépendance*, Paris, PUF, 1983, p. 48-50.
17. Ahmed Mahiou, *L'avènement du parti unique en Afrique Noire*, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1969, p. 289-296.
18. *Jornal do Brasil*, 17.7.1986.

19. Lanciné Sylla, *Tribalisme et parti unique en Afrique Noire*, Costa do Marfim, Université Nationale de Côte-d'Ivoire, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977, p. 282-286.
20. Joseph Ki-Zerbo, *op. cit.*, p. 18-19.
21. Joseph Ki-Zerbo, in: *Jeune Afrique*, n.º 1271, 15.5.1985.
22. Lanciné Sylla, *op. cit.*, p. 275-276.
23. Ben Yacine-Touré, *op. cit.*, p. 117.
24. Lanciné Sylla, *op. cit.*, p. 263-265.
25. Siradiou Diallo, "Le règne du grand silence", in: *Jeune Afrique*, n.º 1303-1304, 25.5.85, p. 68-69.

SUMMARY

The State-Nation and ethnic pluralism in Black Africa

The emergence of State-Nation was a peculiar process that took several centuries and reached its peak in the 18th and 19th centuries. In Europe it meant the final victory of the bourgeoisie over feudal power. In sub-Saharan Africa the modern State was born out of an anticolonial struggle rather than from a rebellion against indigenous feudalism.

While ethnic pluralism was established as a government principle from early times through the 8th to 14th century empire in West African Sudan and the 18th and 19th century kingdoms, the new African elites chose to form united and centralized States where a national identity prevailed over ethnic group identities.

The rationale of the leaders for not including ethnic or regional considerations in the new political frameworks was that "tribalism" or "regionalism" were by-products of imperialism. The ethnic issue would be just a device created by colonialist powers and, as such, a simplistic approach. It is important to note that a number of confrontations had taken place before colonial times. And that many other differences were further enhanced by the introduction of European-style policy in African societies.

The formation of States-Nations in Africa was quite unlike its European counterpart in that it happened under a system of economic, political and other types of dependence ties which are an obstacle to free development.

Though early in their independence African countries did go through a stage of pluralistic democracy, the one-party system shortly appealed to government leaders as a means for national inte-

gration. Ill-conceived, the single-party system took on some mutilating characteristics and came to be confused with the State itself. While they are strong in their single-party system, those in power have tended to exclude the people from all policy-making decisions — in glaring contradiction with the free exercise of citizenship and the building of a nation.

Except for English-speaking Africa which to some degree acknowledges regional peculiarities and cultural diversity, most often an authoritarian government stifles the true issue of ethnic heterogeneity. The State, once the protector of a national cultural heritage, has become the key channel open to foreign influence. Ethnic creativity has ultimately been pushed to rural peasant environments where they originated. The main issue here is to what extent this cultural variety is appreciated at home: it is known that in Black Africa an ethnically pluralistic culture was a key element in resisting cultural colonialism, but African States-Nations are still weak and ill-integrated precisely because they fail to acknowledge the nature of those pluralistic or polyethnic societies of which they are made up.

A return to traditional systems is obviously impractical because reality, both domestically and abroad, has changed since pre-colonial times. Institutions must be created to allow each individual to develop his or her own creativity. As far as the most flexible form of State is concerned, this would seem to lie in a decentralized federalist regime. A federation would no doubt achieve national unity while enhancing self-reliance, all based on the coexistence of several unique population groups.

RÉSUMÉ

L'État-Nation et la pluralité ethnique en Afrique Noire

Si l'émergence de l'État-Nation est un processus particulier qui s'étend sur de nombreux siècles et

trouve son apogée aux XVIII^e et XIX^e siècles, il sera, en Europe, le fruit du triomphe définitif de la

classe bourgeoise sur le pouvoir féodal. En Afrique sub-saharienne, l'État moderne naîtra du combat anti-colonial et non de la lutte contre la féodalité autochtone.

Alors que le pluri-ethnisme était érigé en principe de gouvernement depuis ses origines jusqu'aux empires du VIII^e au XIV^e siècle dans le Soudan ouest-africain, jusqu'aux royaumes du XVIII^e et du XIX^e siècle, les nouvelles élites africaines recoururent aux formes unitaires et centralisées de l'État et feront prévaloir l'identité nationale sur les identités ethno-groupales.

Les élites justifient la non-inclusion des différences ethniques ou régionales dans les structures politiques sous le prétexte que le "tribalisme" ou le "régionalisme" étaient des produits de la domination de l'impérialisme. Considérer que la question ethnique est une création pure et simple des pouvoirs coloniaux est une position réductrice. Il a lieu de s'accorder que beaucoup de conflits existaient déjà avant la période coloniale. On conviendra également que d'autres conflits sont nés ou ont été aiguisés de façon décisive par l'intrusion de la politique européenne dans ces sociétés.

La construction de l'État-Nation en Afrique se distingue de l'expérience européenne dans la mesure où elle se trouve insérée dans un système de dépendances économique, politique etc., qui l'empêche de se déterminer librement.

Bien qu'au début des indépendances, les régimes africains connaissent une période de démocratie pluraliste, le système de parti unique apparaîtra vite aux yeux des gouvernants comme le moyen idéal de réaliser l'intégration nationale. Mal conçu, le parti unique prendra un caractère mutilant. Il sera pratiquement confondu avec l'État. Forts de

leur situation au sein du parti, les tenants du pouvoir excluent la participation des masses à la prise de décisions politiques en contraction extrême avec l'exercice du droit du citoyen et du projet de construction nationale.

Excepté l'Afrique dite anglophone qui manifeste souvent un certain respect des spécificités régionales et des diversités culturelles, l'autoritarisme, dans la plupart des cas, inhibe tout véritable débat autour de l'hétérogénéité ethnique. L'État qui se prévaut d'être le protecteur du patrimoine culturel national est le principal véhicule des influences extérieures. L'espace de créativité ethnique finit par se trouver de plus en plus circonscrit au monde paysan, son milieu d'origine. Ce que l'on discute, c'est la valorisation de la diversité culturelle sur le plan endogène. C'est la reconnaissance que la culture dans sa pluralité ethnique a été en Afrique noire l'un des éléments de résistance à la domination coloniale. C'est souligner que l'État-Nation africain demeure faible et mal intégré parce qu'il ne reconnaît pas pleinement le contexte des sociétés plures ou poly-ethniques dans lesquelles il s'insère.

Un retour aux systèmes traditionnels n'est certainement pas une conclusion objective, car toutes les données aussi bien internes qu'externes ne sont plus ce qu'elles étaient avant la période coloniale. Il faut créer des institutions qui permettent à chacun de développer sa propre créativité. Il apparaît que la structure la plus souple, quant à la forme de l'État, soit la solution fédérale décentralisée. Le fédéralisme constitue incontestablement un moyen qui concilie l'unité nationale et le besoin d'autonomie, fondé sur la coexistence de populations diverses.

O JOGO DURO DO DOIS DE JULHO: O "PARTIDO NEGRO" NA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA*

João José Reis**

"Menino,
É 2 de julho
Menino,
É jogo duro"

(*Reggae da Independência*,
C. Evangelista, J. Alfredo, A. Risério)

I

No dia 2 de julho de 1823, as tropas brasileiras que derrotaram os portugueses entraram triunfantes em Salvador, até então ocupada por forças adversárias. Os baianos celebram todos os anos este acontecimento como verdadeira festa nacional. A Bahia tem a personalidade de um país e o Dois de Julho é seu principal mito de origem.

Hoje o Dois de Julho é uma mistura de festa da ordem com festa popular. No início, a festa era só do povo, mas aos poucos as autoridades foram se apropriando de partes dela.¹ A disputa pelo mito nunca foi decidida, é como se o mito estivesse irremediavelmente impregnado de sua origem histórica: o conflito.

A história das lutas da Independência na Bahia não foi apenas a história de um conflito entre brasileiros e portugueses. Se estes últimos formavam um grupo de interesses relativamente coeso, entre os primeiros havia divisões étnicas, ideológicas, políticas e sociais. Essas diferenças refletiram sobre as atitudes de maior ou menor radicalismo frente ao colonialismo português e sobre a escolha do regime político que deveria sucedê-lo.

Neste artigo discutimos sumariamente o desenrolar dos acontecimentos da Independência na Bahia, destacando o posicionamento das várias forças sociais. Em seguida nos detemos na análise das atitudes dos negros e pardos, livres ou escravos, diante dos acontecimentos, e discutimos os temores da elite frente ao que se chamou na época "partido negro" da Independência.

* O autor contou com o apoio do CNPq para a pesquisa do material utilizado neste artigo.

** Professor do Curso de Mestrado em Ciências Sociais e do Departamento de História da UFBA.

II

A revolução liberal do Porto, de agosto de 1820, criou uma monarquia constitucional em Portugal e estabeleceu as Cortes, o parlamento português, como órgão supremo de administração da metrópole e seus domínios. Foram as Cortes que solicitaram o retorno de D. João VI à Europa, e ele partiu do Brasil deixando seu filho Pedro na função de príncipe regente. Entre as transformações que atingiram a estrutura do Estado colonial, criaram-se nas províncias brasileiras as juntas provisórias, que substituiriam os governadores coloniais. Na Bahia uma junta se formou a partir do movimento de 10 de fevereiro de 1821, quando houve luta entre soldados portugueses e brasileiros, com cerca de 20 baixas. O governo de sete membros resultou de um acordo entre o último governador da Bahia, o tolerante Conde de Palma, "cidadãos de bem" e oficiais brasileiros. Entre seus membros havia dois coronéis portugueses, mas o comando das armas da Bahia — além de uma posição na própria junta — passaria a um brasileiro, o novo brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, um dos principais líderes do movimento constitucionalista em Salvador.²

Inicialmente, a revolução constitucional do Porto criou expectativas entre os coloniais de que a periferia do Império seria agraciada com um grau maior de autonomia. Em setembro de 1821, a Bahia elegeu nove deputados para representá-la nas Cortes, todos brasileiros, entre eles o revolucionário de longa data Cipriano Barata. Em 31 de janeiro do ano seguinte foi eleita uma nova junta com apenas um filho de Portugal, o comerciante Francisco Martins da Costa Guimarães. Os outros seis membros representavam as classes ricas da província, o clero, a magistratura e os militares. Presidia o novo governo o "doutor em leis" e senhor de engenho Francisco Vicente Vianna. O

brigadeiro Guimarães não foi incluído nesta junta, mas permaneceu como comandante das armas.

A 15 de fevereiro de 1822 terminava a efêmera ilusão de autonomia colonial vivida pelos baianos. Nesta data chegou a Salvador uma carta régia que promovia a brigadeiro o coronel português Ignácio Luiz Madeira de Mello, nomeando-o para o comando das armas e colocando-o sob a autoridade direta de Portugal. A junta baiana não havia sido consultada ou sequer informada sobre o assunto. Madeira recebeu o decreto de nomeação e o levou ao governo e ao homem que ele deveria substituir.

A situação era delicada. Freitas Guimarães tinha ambições, era um líder entre os militares brasileiros e ganhara notoriedade popular por seu destacado papel no movimento que derrubara o governo português na Bahia. Os baianos consideraram a nomeação do militar português um retrocesso inaceitável.

Enquanto a Junta, a Câmara Municipal e Madeira de Mello debatiam a legitimidade da nomeação, a população da Bahia acentuava sua divisão em campos adversários. Do lado português contavam-se as tropas (1.700 homens) e os civis de Portugal, que controlavam a quase totalidade do comércio na província. Uma combinação de armas e negócios. A banda brasileira era bem maior e mais heterogênea. Dela faziam parte militares, o povo pobre urbano, os proprietários médios, os profissionais e a alta elite representada pelos endividados senhores de engenhos e uns poucos grandes comerciantes baianos. Também escravos podem ser incluídos, embora de maneira periférica, neste rol, pois, como veremos adiante, a questão nacional também lhes tocou de algum modo. Segundo muitos observadores da época, eles na verdade formavam um terceiro "partido" — ao lado do português e do brasileiro —, o "partido dos negros".

Não havia objetivo definido ou unidade estratégica dentro do chamado "partido brasileiro". Havia desde os que queriam a conciliação da colônia com a metrópole em bases tradicionais até os que propunham uma ruptura republicana para o Brasil. As divergências políticas com frequência equivaliam às clivagens de cor e classe.

Os brancos ricos e/ou em posições de poder e prestígio temiam que uma guerra contra um adversário estrangeiro viesse desorganizar o comércio, controlado pelos portugueses, e produzisse internamente conflitos de proporções e resultados incalculáveis. Temiam, por exemplo, que a Independência com o tempo se transformasse num movimento mais profundo, caso o discurso de libertação nacional alcançasse as senzalas e aí recebessem dos escravos uma interpretação libertária (im)própria. Por outro lado, as classes dominantes nativas em todo o Brasil queriam o controle do Estado nacional, não mais conformadas com a posição de sócio menor dos negócios brasileiros. Aliás, em termos da conquista do Estado, elas teriam até sido revolucionárias e a Independência poderia ser vista como uma verdadeira revolução, argumenta Florestan Fernandes. Quer dizer, se a Independência pudesse chegar para os "homens de bem" sem risco das suas propriedades — entre elas, seus escravos — e posições sociais, eles não só a receberiam de braços abertos, como lutariam por ela, e na seqüência acrescentariam mais um privilégio — no caso, poder político — aos muitos que já possuíam. "Revolução conservadora" — foi assim que F. W. O. Morton definiu muito apropriadamente o processo de Independência na Bahia. Escrevendo sobre os líderes aristocratas da Independência do Recôncavo, Joel Rufino se refere a "patriotas conservadores", e acrescenta: "Eram patriotas porque lutavam pela nossa Independência; e conservadores porque lutavam só por ela".³

Mas os grupos privilegiados da Bahia se mantinham vacilantes lá pelo início de 1822. Seus possíveis aliados (e competidores) numa frente antiportuguesa se encontravam entre os setores remediados e pobres da população — militares, profissionais liberais, padres, artesãos etc. —, gente livre, com certa educação, algum poder de comunicação e representatividade e, não raro, mulata. Pessoas que haviam emergido pela primeira vez na história política baiana em 1798 com a Conspiração dos Búzios, ou dos Alfaiates, apenas para terem suas cabeças cortadas. Após outra tímida tentativa em 1817, elas agora retornavam propondo medidas secessionistas imediatas e renovando o sonho democrático de 98.

O desenrolar dos acontecimentos logo definiria a natureza não pacífica da solução para a questão nacional na Bahia. A 19 de fevereiro de 1822 estourou um conflito entre tropas nacionais e portuguesas. Os soldados lusos atacaram objetivos militares e civis, inclusive invadiram o convento da Lapa em busca de franco-atiradores e aí assassinaram a abadessa Joana Angélica. Os soldados brasileiros se refugiaram no forte de São Pedro, onde receberam adesão de muitos civis que para lá se dirigiram entre 19 e 20 de fevereiro. O forte foi imediatamente cercado pelos homens de Madeira, mas este, cauteloso, evitou o confronto direto. Na verdade foi generoso e permitiu que os sitiados deixassem São Pedro aos poucos. Os que insistiram em ficar, acabaram se rendendo na tarde do dia 21. Após este primeiro *round*, o chefe militar português decidiu encerrar as negociações com as autoridades civis baianas e ocupar militarmente a cidade. Em março do mesmo ano Madeira enviou preso para Lisboa seu principal rival, o ex-comandante Freitas Guimarães, que se envolvera na ocupação do forte de São Pedro junto com outros oficiais.

Os militares que escaparam em fevereiro

rumaram para o Recôncavo. Em Abrantes eles acamparam em terras do poderoso clã dos Albuquerque que, inclusive, estava representado na junta de governo na figura de Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque. Mas por enquanto a aristocracia do açúcar ainda queria evitar a guerra. Prevalencia a política de compromisso, apesar da junta continuar sendo desmoralizada cada dia mais por Madeira, seus homens e os demais portugueses de Salvador.

Com o avançar de 1822, a cidade se transformaria num teatro de intolerância entre baianos e portugueses. Estes formavam o que aqueles rotulavam popularmente de "partido da praia", uma alusão à freguesia da Conceição da Praia, a praça comercial de Salvador. Com essa designação o povo baiano marcava as diferenças cotidianas que tinha com os comerciantes de Portugal. Garantidos por um razoável braço militar, os "praístas" insultavam os baianos como podiam. Frequentemente organizavam piqueniques e jantares étnicos, onde copos de vinho do Porto eram levantados em louvor à pátria ibérica e em desprezo ao Brasil.⁴ Nos discursos e palavras de ordem de suas concentrações e passeatas, os portugueses chamavam a junta de "governo de cabras", uma ofensa pesada para senhores de escravos bem situados na vida que se consideravam brancos puros.⁵ Cerca ocasião, um grupo de chauvinistas portugueses forçou um compatriota a demitir-se dos serviços de um baiano rico, branco da terra, porque considerava aquele papel indigno para um europeu. Incidentes dessa natureza se multiplicaram.⁶

Os baianos respondiam na mesma moeda os maus modos dos praístas. No dia 19 de março, dia de São José, uma procissão exclusivamente européia que descia a Ladeira da Conceição da Praia foi saudada por uma chuva de pedras desaguada por um grupo de negros, segundo Madeira a serviço de "alguns malvados", como se negro não pudesse agir

por conta própria. Soldados e civis que acompanhavam o cortejo, e as próprias imagens de santos, saíram feridos. Tornaram-se comuns os confrontos entre tropas portuguesas e a juventude negra ("moleques") da cidade. Já nas sessões da Câmara Municipal, reduto patriótico, podia-se ouvir gritos zangados de "morte aos europeus". Quando o filho do príncipe Pedro nasceu no Rio, em abril, os baianos iluminaram as janelas de suas casas com tochas e velas (afinal, nascera um príncipe brasileiro!), mas um português que ousou fazer o mesmo foi atacado por uma vigilante turba lusa que lhe apedrejou a casa, destruindo os copos de velas e ferindo um caixeiro que ali morava. Alguns dias depois os portugueses celebraram animadamente o aniversário da rainha-mãe de Portugal com uma parada militar cadenciada aos gritos de "mata caibra".⁷ Cada lado na disputa festejava a parte da família real portuguesa que se encontrava do lado certo do Atlântico. A ritualização do conflito e a primitiva guerra de símbolos e pedras precederam a guerra real de tiros e mortes entre baianos e portugueses.

Na troca de insultos frequentemente se lançava mão da linguagem racial como dispositivo de combate. Para os portugueses, todos os baianos eram cabras, "indignos da Costa de África", conforme queixava-se o ofendido branco baiano Bento de França, filho do deputado às Cortes, senhor de engenheiro e marechal-de-campo Luis Paulino.⁸ "Cabra" significava, no vocabulário racial da época, alguém de pele mais escura que um mulato e mais clara que um negro. Brancos reais, brancos sem dúvida, só eles portugueses. Talvez por isso os manifestantes baianos os chamassem de "caitados", gente exageradamente branca como a cal. Ser branco demais virava assim um estigma no discurso patriótico popular, e caitado seria, mesmo após a Independência, o insulto racial predileto de negros contra brancos.⁹

A animosidade entre os “brancos da terra” e os “brancos da Europa” preocupou alguns espíritos ordeiros da época que conseguiram manter a cabeça fria. Foi o caso de um almirante francês que se encontrava na Bahia, o Barão Albert Roussin. Ele considerava precipitada e perigosa a desunião da minoria branca numa cidade tão abundantemente povoada por negros e mestiços, a maioria dos quais escravos.¹⁰ Escapou a esse comentarista, no entanto, que a questão racial também entrava como fator de divisão entre os brancos. Os brancos de Portugal se entendiam superiores aos de cá, da mesma forma que estes ao resto da população. “Sentimentos inatos de desprezo pelas castas de cor” não eram exclusividade dos portugueses, como sugeriu Roussin.¹¹ Por isso, aliás, ao chamarem de cabras todos os habitantes da Bahia, os praístas não poderiam ter escolhido uma linguagem mais adequada para ofender a elite. Foi um raro momento em que a elite baiana sofreu a experiência do desprezo racial, ela que cotidianamente depreciava o povo baiano, livre ou escravo, pela cor de sua pele.

Desde os acontecimentos de fevereiro os baianos começaram a emigrar em grande número para o Recôncavo, principalmente aqueles que lá possuíam propriedades ou parentes e amigos que os recebessem. Em Salvador a repressão portuguesa aumentava. Uma reunião na Câmara Municipal, marcada para o dia 12 de junho, a fim de discutir as recomendações a serem enviadas aos deputados baianos em Lisboa, foi impedida pelas tropas de Madeira, que cercaram o prédio, barrando a entrada dos vereadores. Em agosto a capital já se transformara num enclave de portugueses, agora reforçados por tropas de Portugal expulsas do Rio de Janeiro e que lá foram aportar. Mais portugueses chegaram a Salvador fugidos da perseguição patriótica no interior.

No Recôncavo, as preparações para um

confronto militar se desenvolviam desde março, ao lado de decisões políticas importantes. Em meados de junho a Câmara Municipal de Santo Amaro reuniu representantes do “clero, nobreza, milícias e povo” — a hierarquia social do *ancien régime* santamarense — e decidiu aconselhar os deputados da Bahia nas Cortes de Lisboa a apoiarem um governo autônomo para o Brasil, com D. Pedro à frente.

Outras vilas da região seguiram a trilha aberta por Santo Amaro. Os acontecimentos mais decisivos tiveram lugar em Cachoeira, onde o príncipe D. Pedro foi promovido à categoria de “Regente e Defensor Perpétuo do Reino do Brasil”, após o que pipocou um tiroteio entre portugueses, apoiados por um barco plantado no rio Paraguaçu por Madeira, e o povo da vila, tendo à frente as milícias locais. No dia 26 de junho foi aí constituída uma Junta de Conciliação e Defesa, órgão de direção no enfrentamento contra os portugueses; também foi fundada uma Caixa Militar, para financiar as despesas de guerra; e finalmente foi lançado um apelo de mobilização armada aos habitantes do Recôncavo.

Esse conjunto de ações não deixou dúvidas de que uma guerra de verdade se aproximava. A “nobreza” baiana aos poucos reconhecia a impossibilidade de um compromisso com os praístas. O Recôncavo se encontrava nas mãos dos senhores de engenho, que controlavam a quase totalidade de suas milícias, municipalidades e, claro, sua economia. No segundo semestre de 1822 estava definitivamente configurada a geografia do conflito luso-baiano: Salvador em mãos portuguesas, o Recôncavo em mãos baianas.

A 7 de setembro a separação do Brasil foi oficialmente confirmada no Sul. O novo governo ordenou pela segunda vez — a primeira fora em junho — a saída de Madeira. Consta, inclusive, que José Bonifácio teria tentado comprar a fidelidade do brigadeiro

português, mas este recusou a oferta. Pelo contrário, pediu reforço militar a Lisboa.¹²

A essa altura, as forças do Recôncavo já sitiavam as tropas portuguesas em Salvador. O controle que os baianos mantinham das regiões produtoras de alimento no interior terminou por reduzir à penúria os residentes na capital. Os preços aumentaram violentamente com o desaparecimento de produtos básicos de alimentação dos armazéns e feiras.¹³ Esta a situação encontrada na Bahia em outubro pelas tropas enviadas do Rio de Janeiro.

As tropas do Rio estavam sob o comando do aventureiro francês general Pedro Labatut, que, tão logo chegou, iniciou a formação de um exército unificado, com a absorção das milícias do Recôncavo. Ao final da guerra o chamado "Exército Pacificador" contava com quase 14 mil homens em armas. O desenrolar do conflito já foi descrito por vários autores e não vamos cuidar disso aqui. De um modo geral os combates foram de pequena monta, escaramuças em que os baianos foram favorecidos pela superioridade numérica. O maior e mais decisivo dos encontros foi a batalha de Pirajá, que se deu nos arredores da capital a 9 de novembro de 1822. Mas a paz só veio mesmo no início de julho de 1823, com a evasão para Portugal de todas as tropas portuguesas e um grande número de civis.

III

A guerra permitiu a formação de uma espécie de ampla aliança entre baianos das mais variadas origens de classe, cor e visão política, mas não conseguiu desativar as tensões, as divisões que minavam o campo brasileiro. No próprio calor da luta, os senhores de engenho tiveram disputas com líderes mais radicais, como o tenente Joaquim Sátiro da Cunha e o cadete João Primo — per-

sonagens que após o Dois de Julho continuariam na oposição aos novos governantes da Bahia. Outro que deu trabalho às lideranças senhoriais foi Francisco Sabino da Rocha Vieira, futuro líder da mais bem-sucedida revolta liberal-federalista na Bahia, em 1837. Este mulato de olhos azuis, médico e político destemido, servira como ajudante de campo em Itaparica e, acusado de radicalismo, fora preso por Labatut em 1823.¹⁴

Aliás, foram esses agitadores que despertaram a elite baiana da inércia. Ela decidiu abraçar completamente a causa da independência em parte para evitar que o movimento caísse em mãos erradas, radicais. E não fez segredo quanto a isso. O coronel de milícias Gaspar de Araújo Azevedo Gomes Sá, de tradicional família baiana, defendeu na Câmara de Santo Amaro a conveniência de se proclamar a autoridade regencial de D. Pedro imediatamente para "prevenir que algum espírito mal-intencionado mova o povo a se pôr em excessos anárquicos".¹⁵ Quer dizer: que a "revolução" fosse feita antes que o povo a fizesse. E assim prevaleceram os excessos monárquicos da elite . . .

Os negros e pardos livres que serviram nas forças patrióticas eram considerados, nem sempre com razão, prontos seguidores de líderes radicais. Realmente muitos deles concluiriam que uma independência capitaneada pelos brancos de uma elite conservadora não iria sequer arranhar as práticas vigentes de discriminação racial e privilegiamento de classe. A senhora do engenho Aramaré, Dona Maria Bárbara Garcez Pinto, se referia aos descendentes de africanos como "aves altivas por natureza", o que ela via como um defeito. Em sua versão das coisas, negros e mulatos livres estariam prontos para dar o golpe sobre os brancos portugueses e brasileiros divididos.¹⁶

Na verdade, os negros e mulatos não queriam barbarizar a Bahia, como cogitava Dona Bárbara. O comportamento deles diante da

situação de conflito apenas mostra-os como combatentes persistentes e duros contra o colonialismo português, ao contrário da elite à que pertencia a senhora de engenho. E tinham razão de sobra para serem assim. A maioria da população livre pobre era negra e mestiça e odiava os portugueses porque estes monopolizavam a venda e especulavam com os preços de certos produtos básicos de subsistência, além de serem racistas. A discriminação contra os soldados negros e pardos por parte dos militares portugueses era uma outra fonte antiga de tensão social. Foram as chamadas "tropas de cor" que formaram o contingente principal dos envolvidos nas lutas contra os portugueses em fevereiro de 1822, e com a queda do forte de São Pedro tiveram de fugir da cidade. Foram também principalmente os paisanos negros e mulatos que organizaram a resistência em Salvador, enfrentando quase sozinhos as forças portuguesas depois que os respeitáveis cidadãos escaparam para o Recôncavo. Madeira prendeu pelo menos 30 pardos por ocasião da manifestação baiana contra a procissão de São José, em 19 de março de 1822.¹⁷

No Recôncavo a presença de negros entre os patriotas levaria um observador militar, o capitão José Antonio de Fiuza e Almeida, a escrever em abril de 1822: "Nesta vila [Cachoeira] e seus distritos há três partidos revolucionários, a saber, um de brasileiros, outro de europeus, e o terceiro de negros, e que breve aparece a triste cena de guerra civil." Meses depois, em carta à junta, Madeira dizia estar o Recôncavo rebelde "recheado de castas perigosíssimas". Durante o conflito armado, os senhores da região, que dirigiam a luta, procuraram reduzir a ameaça potencial desse "partido negro". É o que revela o seguinte episódio da guerra: Labatut encaminhou ao Conselho Interino de governo e este às câmaras da região o pedido de que os proprietários libertassem alguns de seus escravos para servirem nas forças baianas. Os

vereadores negaram, argumentando que havia homens livres de sobra para serem recrutados e que, de qualquer forma, consideravam um risco armar ex-escravos. Afinal, que garantia teriam eles de que o recém-adquirido poder de fogo dos libertos não seria colocado a serviço dos parceiros ainda cativos?¹⁸

Muitos escravos não esperaram que seus senhores os liberassem para a luta e fugiram para se unir às forças brasileiras. Mais tarde o governo imperial os recompensaria instruindo o governo da província que recomendasse aos senhores sua alforria gratuita e, caso estes se recusassem, que os aforriasse com recursos da Junta Provincial da Fazenda.¹⁹

Os negros livres e libertos preocuparam os observadores do ocaso do império português no Brasil, mas foi sobretudo pensando nos escravos que eles distinguiram a atuação de um "partido negro". Um anônimo informante da coroa portuguesa escreveria numa data entre 1822 e 1823:

"... embora havendo no Brasil aparentemente só dois partidos [portugueses e brasileiros], existe também um terceiro: o partido dos negros e das pessoas de cor, que é o mais perigoso, pois trata-se do mais forte numericamente falando. Tal partido vê com prazer e com esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos, os quais dia a dia têm seus números reduzidos."

Esse informante era francês e como tal atormentava-o o que acontecera com a ex-colônia francesa de Saint Domingue, atual Haiti. Lá os pardos livres se chamavam *gens de couleur* ou pessoas de cor, e muitos constituíam um setor de prósperos escravistas que se viam como herdeiros naturais daquele domínio da França. Em meio ao clima de divisão e conflito entre as *gens de couleur* e os *blancs* franceses e da terra, os escravos

sublevaram-se em massa, destruíram a escravidão e a economia de *plantation* e, no processo, definiram a ruptura colonial. O autor francês recomendava às pessoas de cor do Brasil que seus interesses estavam em se aliar aos escravistas brancos para evitar que os escravos pusessem tudo a perder:

“Finalmente: todos os brasileiros, e sobretudo os brancos, não percebem suficientemente que é tempo de se fechar a porta aos debates políticos, às discussões constitucionais? Se se continua a falar dos direitos dos homens, de igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte. Então toda a revolução acabará no Brasil com o levante dos escravos, que, quebrando suas algemas, incendiarão as cidades, os campos e as plantações, massacrando os brancos e fazendo deste magnífico império do Brasil uma deplorável réplica da brilhante colônia de São Domingos.”

Era um aviso *sobretudo* aos brancos, mas ao falar de “todos os brasileiros” o francês também incluía as pessoas de cor livres, proprietárias reais ou potenciais de escravos. Estes, em especial os africanos, representavam em última análise o inimigo principal, o núcleo potencialmente explosivo do “partido negro”.²⁰

Testemunha dos primeiros momentos do processo de Independência na Bahia, Sierra y Mariscal também fez um prognóstico alarmante para os *blancs* baianos diante da guerra e do êxodo dos portugueses. Inicialmente o campo antibranco é definido amplamente: “Calculo que a Raça branca acabará às mãos das outras castas, e a província da Bahia desaparecerá para o mundo civilizado.” Em seguida ele especifica quem seria o coveiro do branco e as circunstâncias da

morte: tendo sido o comércio português “o dique que continha as Revoluções”, em sua ausência o senhor de engenho não mais teria como produzir ou comprar alimento, “e neste estado a disciplina conclui, os escravos se sublevam e a Raça Branca perece sem Remédio”.²¹ Obviamente Sierra y Mariscal subestimou a capacidade de controle social dos senhores baianos. Subestimou também a inteligência dos escravos, pois não é principalmente à fome que se deve atribuir a rebelião por eles esboçada no tempo da independência. Estava talvez mais certo o autor anônimo antes citado quando apontou a possível influência subversiva das idéias liberais. Além disso, havia a longa tradição rebelde, de caráter étnico, dos que vinham da África. Rousin colocabem a questão quando inclui os escravos como um dos atores centrais no cenário revolucionário da Bahia da época. Após arrolar as várias tendências e opções político-ideológicas entre portugueses e brasileiros, ele conclui (em junho de 1822):

“As divergências de opiniões não pararam aí; forma-se uma oposição muito mais temível que qualquer outra e que, se não prontamente reprimida, trará a perda total e irreparável do Brasil: é a insurreição dos escravos, da qual os mais pavorosos sintomas já se manifestaram.”²²

Para o barão francês os escravos representavam uma corrente de opinião entre outras, constituíam um grupo específico e, o mais temível, de “oposição”.²³

Com efeito, os escravos, sobretudo os crioulos e pardos nascidos no Brasil, mas também os africanos, não testemunharam passivamente o drama da Independência. Muitos chegaram a acreditar, às vezes de maneira organizada, que lhes cabia um melhor papel no palco político em vias de ser montado com a vitória baiana. Os sinais desse desejo dos negros são claros. Escrevendo a

seu marido em Portugal, a 13 de abril de 1823, a Sra. Maria Bárbara informava-o em sua pitoresca linguagem: "A crioulada da Cachoeira fez requerimentos para serem livres." Em outras palavras, os escravos negros nascidos no Brasil (crioulos) ousavam pedir, organizadamente, a liberdade! Segundo a mesma fonte, eles contavam inclusive com a simpatia de pessoas livres, talvez até brancas, que encaminhavam suas petições às Cortes em Lisboa. É importante notar que aparentemente os escravos crioulos não pediam liberdade para os de origem africana, o que refletia a tradicional inimizade entre os dois grupos. Mas a classe senhorial nem de longe pensava em ver seus escravos, brasileiros ou não, fora das senzalas. Sua resposta à reivindicação dos crioulos foi bem expressa por Dona Bárbara: "Estão tolos, mas a chichote tratam-se!"²⁴

O pacto paternalista entre crioulos e senhores brasileiros ameaçava ruir. Comparados aos africanos, os escravos nascidos no Brasil eram melhor tratados – tinham certos privilégios ocupacionais, podiam mais facilmente constituir família, adquiriam a alfândica em maior número. Além disso, eles tinham algum trânsito nos modos de ser, idéias, costumes, idioma e anseios dos homens livres da Bahia. Sentiam-se, eram brasileiros, e por isso achavam natural que pudessem se libertar junto com o país. Afinal, seus senhores não falavam tanto em liberdade? Foi a questão levantada pelo autor francês anônimo. Aliás, o próprio Madeira de Mello argumentava, a 2 de julho de 1822, que a falta de punição aos senhores patriotas só aumentaria "a imoralidade dos escravos, seguindo-se a rebelião destes".²⁵ Na metáfora predileta dos periodistas e oradores patrióticos representava-se o Brasil como escravo de Portugal. Os escravos parecem haver compreendido a hipocrisia do discurso patriótico. Se era para libertar o país da figurada escravidão portuguesa, por que não

libertá-los também da autêntica escravidão brasileira? Com certeza não era a fome o combustível principal da insatisfação. Os crioulos ansiavam por coroar seus pequenos privilégios na escravidão com a conquista final da liberdade e oportunamente da cidadania no Brasil independente.

Com o passar do tempo, além de crioulos e pardos, escravos nascidos na África também se contagiaram das novas idéias e procuraram se comportar de acordo com elas. A 22 de maio de 1822, o cônsul francês na Bahia, Jacques Guinebeau, escreveu preocupado:

"As idéias de liberdade continuam a fermentar entre os escravos crioulos e pardos. (. . .) Os africanos ainda não pedem liberdade, mas agem com independência (. . .) recusando obedecer ao feitor e ao senhor."²⁶

Em junho do mesmo ano, os africanos iam além. Foi o que observou nosso já conhecido Barão de Roussin em correspondência para o ministro da Marinha francesa:

"É já certo que não somente os brasileiros livres e crioulos desejam a independência política, mas mesmo os escravos, nascidos no país ou importados há vinte anos, pretendem-se crioulos brasileiros e falam de seus direitos à liberdade."²⁷

Essa crioulação ideológica dos africanos ladinos – "importados há vinte anos", segundo Roussin – representava um fenômeno inteiramente novo. Os africanos eram apegados a suas raízes e tendiam ao isolacionismo político. Em geral não participavam dos movimentos sociais predominantemente brasileiros, até porque eram por estes rechaçados. Fizeram suas próprias revoltas antes, durante e após a Independência. Mas não descartavam um projeto de integração à co-

munidade brasileira, desde que esta os aceitasse como pessoas livres.

A inquietação entre os escravos inquietou a elite baiana. É o que revelam as palavras de José Garcez Pinto de Madureira, irmão de Dona Bárbara: "Os que não são nada e que querem pilhar o bom buscam a anarquia. (...) Se faltasse a tropa eram outros São Domingos."²⁸ Nessa ilha do Caribe, como vimos, três décadas antes os escravos haviam se rebelado, vencido os senhores e acabado com a escravidão. Os senhores baianos temiam que "o Haiti fosse aqui".

Embora de maneira tímida, os escravos da Bahia tentaram participar do projeto político de libertação nacional, mas foram barrados. E a despeito dos pesadelos da elite baiana, eles não criaram um novo Haiti aqui. Aparentemente não tentaram, por exemplo, um levante em massa durante o conflito luso-brasileiro, momento em que os homens livres se encontravam mais divididos. Não conseguiram organizar-se para tal, e ademais eles também achavam-se divididos em diversas etnias africanas adversárias, além da secular e difundida animosidade entre crioulos e africanos.

Os escravos fizeram, no entanto, algumas poucas rebeliões localizadas. Estas, estamos certos, foram produzidas pelos escravos de origem africana, que prosseguiam com seus movimentos rebeldes iniciados quase duas décadas antes. Desta forma, estas revoltas não podem ser estritamente consideradas como ideologicamente ligadas ao discurso liberal do momento — como, por exemplo, a petição dos crioulos de Cachoeira —, mas sem dúvida seu aparecimento beneficiou-se do clima de divisões da Independência. Os africanos que delas participaram não eram os ladinos a que se referia Albert Roussin. Eles representariam uma outra "facção" no interior do "partido negro".

Em maio de 1822, antes do início da guerra mesma, os 280 escravos do engenho

Boa Vista, na ilha de Itaparica, recusaram a indicação de um novo feitor pelo proprietário, o comerciante José Inácio Acciavoli Brandão e Vasconcelos. Conta Roussin:

"O proprietário, sem levar em consideração este motim, até então sem par, insistiu e o capataz foi imposto. Quatro dias depois, foi morto com tamanho sangue frio e em tais circunstâncias, que ninguém duvidou da existência de uma organização. Nisso, queixas dos habitantes da ilha e pedidos para que sejam enviadas tropas para dominarem os revoltosos. O brigadeiro Madeira, cuja salvação depende da reunião de seus corpos e que sente o abuso que se poderia fazer de tais pretextos para dispersá-los e destruí-los, recusou-se a mandar gente, e na qualidade de Governador das Armas, ordenou às milícias da ilha que marchassem. Obedeceram e mataram 32 negros, feriram 80 e a ordem foi momentaneamente restabelecida. Mas eis a guerra dos escravos começada e seus resultados incalculáveis."²⁹

Segundo Dona Maria Bárbara, amiga de Acciavoli, apenas 25 escravos teriam sido mortos e 18 presos, mas ela acrescentaria a morte do administrador do engenho — além da do feitor — entre as baixas provocadas pelos rebeldes. É também de interesse que ela, acostumada a tratar com escravos, discordasse de Gouveia Osório, coronel da Legião Lusitana, que, tal como Roussin, viu no incidente o início da grande sublevação: "E o sovina Osório quer fazer deste caso coisa grande, dizendo: — já se principia. Por mais que se lhe diga: — muitas vezes têm acontecido fatos desta natureza —, teima a fazer bulha com isto."³⁰ Para Dona Bárbara, o perigo vinha dos pardos e crioulos livres, não dos escravos africanos. Neste ponto ela divergia da maioria dos observadores dos acontecimentos da época.

Algum tempo depois, lá pelo mês de setembro, na vila de São Mateus, os “pretos forros e cativos se levantaram contra brancos e pardos”, segundo um relato policial. Nessa época o termo “preto” era utilizado para designar o negro nascido na África. Como em muitas outras rebeliões, escravos e libertos africanos aliavam-se contra os nascidos na terra, aqui excetuando os crioulos, o que nem sempre ocorria. O movimento foi sufocado e há notícia da prisão de dois libertos, um deles acusado de se proclamar rei — prova de que não só os brancos, mas também os escravos africanos, tinham seus projetos de monarquia para o Brasil.³¹

Um outro levante ocorreu em plena guerra, quando um grupo de cerca de 200 escravos africanos atacou as forças brasileiras estacionadas em Mata Escura e Saboeiro, imediações de Pirajá, a 19 de dezembro de 1822. Esta foi a única ocasião em que parece ter havido influência dos portugueses na decisão dos escravos de se levantarem. Segundo Braz do Amaral, houve “um combate muito disputado”, em que os soldados brasileiros sofreram várias baixas. Repellido o ataque, muitos escravos foram presos, Labatut ordenou a execução sumária de 52 deles e o açoitamento do resto. A lição de sangue não passou despercebida. Os escravos em geral entenderam não ser uma boa idéia rebelarem-se num momento em que seus senhores se encontravam tão bem armados.³²

IV

Embora poucas, as revoltas do período de guerra refletiram a indisciplina que invadira as senzalas. A guerra realmente enfraqueceu o controle sobre os escravos. Descrente da capacidade do Conselho Interino provincial de dar conta do problema, um grupo de proprietários se queixou em fevereiro de 1823 ao governo imperial dos “males suscitados

pela fuga dos Escravos”.³³ Manoel José Freire de Carvalho conta, alguns anos após a guerra, as peripécias do seu escravo Manoel Muniz, que em 1826 pediu ao governo do Império que garantisse sua liberdade pelos serviços prestados à causa da Independência. Segundo Freire de Carvalho o escravo lhe desobedecera,

“deixando-se ficar na Cidade, sem o acompanhar para o Recôncavo, onde lhe determinara que o procurasse, e os serviços que alega ter prestado foram mais em proveito seu do que da Província, pois que recebia paga avultada de tudo quanto se propunha fazer; e depois da entrada para a Cidade do dito seu Senhor nunca mais ele o procurou, e nem o reconheceu como tal, conservando-se como forro.”³⁴

Aparentemente o escravo Manoel se valeu da reputação de combatente da Independência para subtrair-se ao domínio do senhor. Este, com certeza para evitar a fama de impatriótico, acabou cumprindo o desejo de Sua Alteza Imperial de libertar oficialmente o meritório escravo.

Entretanto, a maioria dos escravos não teve a sorte de Manoel Muniz. Diante do quadro de fugas generalizadas, uma vez reconquistada Salvador e vencida a guerra, o novo regime logo tratou de colocar a escravaria nos eixos. A 31 de julho de 1823, o recém-formado governo provisório da Bahia emitiu uma ordem, em cujo preâmbulo lê-se:

“O Governo Provisório desta Província, querendo acautelar, como é de seu dever, os graves prejuízos que resultam, tanto aos particulares, como geralmente a toda a Província, da dispersão dos escravos que andam vagando fora da companhia de seus Senhores pela povoações, lugares e matas do Recôncavo e alguns retidos em poder estranho . . .”³⁵

Daí passa a enumerar uma série de providências para a captura de escravos fugidos e sua devolução aos legítimos donos. Uma das medidas orientava o retorno à cena da odiada figura do capitão-do-mato. Para escravos e senhores, tudo voltava a ser como antes, ou pelo menos parecia.

Na verdade, a vitória na guerra não signi-

ficou a conquista da paz pelos senhores. Além das dificuldades econômicas que passaram a enfrentar após 1822, tanto a gente pobre livre quanto os escravos da Bahia tiraram-lhes o sono com repetidas rebeliões ao longo de duas décadas. A Independência havia liberado energias coletivas de difícil controle. □

NOTAS

1. Segundo informações do historiador Cid Teixeira.

2. A menos que indiquemos o contrário, os relatos dos acontecimentos na Bahia são todos baseados em Luís Henrique Dias Tavares, *A Independência do Brasil na Bahia*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/MEC, 1977; Braz do Amaral, *História da Independência na Bahia*, 2.^a edição, Salvador, Progresso, 1957; F. W. O. Morton, "The Conservative Revolution of Independence", tese de Doutorado, Universidade de Oxford, 1974. Ver também o interessante relato de Joel Rufino dos Santos, *O dia em que o povo ganhou*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, onde o autor discute em várias passagens a participação dos afro-baianos nas lutas da Independência na Bahia.

3. Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975, cap. 2; Morton, *ibid.*; Santos, *ibid.*, p. 93. O termo revolução foi amplamente usado na época, sobretudo pelos reacionários, para definir a ruptura do Brasil com Portugal.

4. Arquivo Nacional (AN), IJJ9 331, fol. 29.

5. Ver as cartas de Maria Bárbara Garcez para seu marido Luis Paulino d'Oliveira Pinto de França, deputado pela Bahia nas Cortes de Lisboa: *Cartas baianas, 1822-1824*, editadas e anotadas por Antonio de B. Pinto de França, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1980, p. 45, 48 e 73-75. Essa coletânea de cartas é um testemunho inestimável sobre o conflito luso-baiano, evidentemente de uma perspectiva da elite baiana.

6. Presidente Francisco Vianna para o ministro do Império, 15 de abril de 1825, AN, IJJ9 331, fol. 163v.

7. Braz do Amaral, *História da Independência*, p. 159-160, 169-170; *Cartas baianas*, p. 35, 44, 48-49.

8. *Cartas baianas*, p. 45 e 72 por exemplo. O irmão de Bento, Luis, relata ao pai que um jornal da Praia chamara textualmente o governo de "junta facciosa, protetora dos 'mescrados'" (p. 74-75).

9. Em 1838 um jovem branco agrediu um "moleque" escravo por chamá-lo de caiado: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), *Polícia*, maço 3109 (4/6/1838). Sobre os "mata-caiados" em Sergipe, ver Luiz Mott, *Sergipe del Rey: população, economia e sociedade*, Aracaju, Fundesc, 1986, p. 27-28.

10. Roussin calcula exageradamente o número de escravos de Salvador em 55 mil: ver Katia Mattoso, "Albert Roussin: testemunha das lutas pela Independência na Bahia (1822)", *Anais do APEBa*, vol. 41 (1973), p. 140. É difícil um cálculo preciso, mas a capital da Bahia tinha talvez cerca de 60 mil habitantes nessa época, aproximadamente 25% brancos; dos 45 mil negros e mestiços, 59% eram escravos: ver João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 16. Estimamos os números de 1822 baseados nos de 1835.

11. Mattoso, *ibid.*, p. 129.

12. Braz do Amaral, *História da Independência*, p. 242 e segs.

13. Kátia Mattoso, "Sociedade e conjuntura na Bahia nos anos de luta pela Independência", *Universitas*, n.º 15-16 (maio/dezembro, 1973), p. 12-18; Tavares, *A Independência*, p. 125.

14. Sobre Sabino, ver Paulo César Souza, "A Revolta da Sabinada", tese de Mestrado, UFBa, 1984, p. 23-26.

15. Tavares, *A Independência*, p. 96.
16. *Cartas baianas*, p. 20, 36, 39, 55 e *passim*.
17. Braz do Amaral, *História da Independência*, p. 40 (sobre racismo entre os militares portugueses); *Cartas baianas*, p. 49 (prisão dos mulatos); segundo Roussin, em fevereiro de 1822 "os brasileiros de cor foram desarmados na cidade": Mattoso, "Albert Roussin", p. 127.
18. Braz do Amaral, *ibid.*, p. 189, 272, 291; Santos, *O dia em que o povo ganhou*, p. 119; Marton, "The Conservative Revolution", p. 267.
19. Braz do Amaral, *ibid.*, p. 292; José J. C. de Campos ao governo da Bahia, 30/7/1823, APEBa, *Avisos Imperiais*, livro 754, fol. 110.
20. O documento citado foi publicado na íntegra, introduzido e traduzido por Luiz Mott, "Um documento inédito para a história da independência", in: C. G. Mota (org.), *1822: dimensões*, São Paulo Perspectiva, 1972, p. 465-483. As partes aqui citadas se encontram na p. 482.
21. Francisco de Sierra y Mariscal, "Idéias Geraes sobre a Revolução do Brazil e suas consequências", *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 43/44 (1920/1921), p. 65 e 66.
22. Mattoso, "Albert Roussin", p. 128. Adiante, escreveu Roussin: "Mesmo os partidos os mais exasperados terão sempre um motivo de inquietação que enfraquecerá seus meios de opposição: é a presença dos escravos e a necessidade mútua e de todos os dias de impedir sua terrível irrupção" (p. 130).
23. É verdade, porém, que um mês depois, em julho de 1822, ele também iria temer os efeitos da escassez de alimentos numa Salvador sitiada: "Sentem-se já bastante grandes privações, e as mais vivas inquietações para o futuro, apesar de que a metade dos habitantes livres retirou-se da cidade. Mas o que sobretudo é objeto das mais vivas inquietações é uma população de 55 mil escravos nas vésperas de faltar-lhe comida e cuja irrupção inevitável, em caso de fome, carrega os espíritos de temores e terrores" (*ibid.*, p. 140). Já vinus (nota 10) que Roussin exagerou em sua estimativa do número de escravos em Salvador.
24. *Cartas baianas*, p. 36. Eu discuti as diferenças entre crioulos/pardos e africanos em *Rebelião escrava no Brasil*, p. 171-179.
25. Santos, *O dia em que o povo ganhou*, p. 120.
26. Barbara Lasocki, "A Profile of Bahia (1820-1826) as Seen by Jacques Guinebeau, French Consul General", tese de Mestrado, Universidade da Califórnia, Los Angeles, 1967, Apêndice.
27. Mattoso, "Albert Roussin", p. 129.
28. *Cartas baianas*, p. 42.
29. Mattoso, "Albert Roussin", p. 128.
30. *Cartas baianas*, p. 60.
31. APEBa, *Revoltas*, maço 2845.
32. Braz do Amaral, *História da Independência*, p. 284-285; Morton, "The Conservative Revolution", p. 280 (dá a cifra precisa de 52 escravos executados por Labatut).
33. João Severiano Maciel da Costa ao governo da Bahia, 3/2/1823, APEBa, *Avisos Imperiais*, livro 754, fol. 92.
34. Manoel da Cunha Menezes ao ministro do Império, 21/10/1826, APEBa, *Correspondência para o Governo Imperial*, livro 676, fol. 160.
35. Zélia Cavalcanti, "O processo de independência na Bahia", in: Mota (org.), *1822: dimensões*, p. 249-250; e o texto completo desta ordem em Braz do Amaral, *A Independência da Bahia*, p. 293-294.

SUMMARY

The rough-playing of the July 2nd: the "Black Party" in Bahian Independence

The article discusses the independence movement in Bahia with emphasis on the "black party". Afro-Bahian freedmen and slaves as well as native Africans took advantage of local disputes and confrontations to negotiate or rebel individually or in groups and to gain further grounds in Bahian society. The ruling class feared something like the

Haitian revolution. During and after the war control over the slaves was lost but the "black party" never did manage to bring all its many segments under a single banner. Lighter and darker mulattos and African natives tended to act separately although at some points they shared common concerns.

RÉSUMÉ

Le pari dur du 2 Juillet: le "Parti Noir" à l'Indépendance de Bahia

Cet article discute le processus d'indépendance à l'état de Bahia, mettant en relief l'action du "parti noir". Les Afro-Bahiens libres et esclaves, aussi bien que les Africains ont profité de l'atmosphère de divisions et de conflits pour négocier ou pour se rébellier à niveau individuel ou collectif, visant à la conquête d'un plus grand espace au sein de la société de Bahia. L'élite a craint que

quelque chose de semblable à la révolution haïtienne se produise. Pendant et après la guerre, l'hégémonie sur les esclaves s'est affaiblie, mais le "parti noir" n'a jamais réussi à unir ses divers segments. Les Noirs, les Mulâtres et les Africains, bien qu'ils aient des inquiétudes semblables à certains moments, en général ils agissaient séparément.

O NEGRO PAULISTANO ENQUANTO FOLIÃO CARNAVALESCO E SUA LONGA TRAJETÓRIA EM BUSCA DA CIDADANIA*

*Olga R. de Moraes von Simson***

Comunicação apresentada no Grupo de Trabalho "Temas e Problemas da População Negra no Brasil" durante o 10.º Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Campos de Jordão,
21 a 24 de outubro de 1986.

* Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla: "Memória do Carnaval Popular Paulistano – 1915/1980", em realização no CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos, com financiamento da FINEP.

** Mestre em Sociologia pela USP e pesquisadora do CERU.

Neste trabalho tentaremos examinar a evolução histórico-sociológica dos folguedos carnavalescos realizados pela população de origem africana da cidade de São Paulo, focalizando principalmente a relação dos foliões com as instituições públicas e com as autoridades constituídas.

Para o período referente ao século XIX e primeira década do século XX nos baseamos em dados secundários: documentos oficiais, livros de memorialistas e cronistas da cidade, além de obras de historiadores, folcloristas e estudiosos da cultura popular. Para o século XX, entretanto, nos valem de depoimentos pessoais colhidos junto aos fundadores dos primeiros grupamentos africanos e da análise de fotos antigas coletadas junto aos informantes.

As relações entre carnavalescos e autoridades constituídas se estabeleceram sempre de forma dialética, com aceitação temporária dos folguedos, homenagens mútuas, repressão policial e atitudes de submissão e revolta, alternadas ao longo do tempo, chegando na atualidade a um tímido processo de reivindicações extracarnavalescas dirigidas ao Estado, mas ainda sob forma muito individualizada. Conseguimos, entretanto, perceber fases distintas nessa caminhada que tentaremos caracterizar.

Fase de aceitação consuetudinária dos folguedos (1890 a 1968)

Esse período se inicia com a gênese dos folguedos populares carnavalescos realizados pela população negra de São Paulo ligada aos caiapós, primeira manifestação de caráter lúdico dos "negros crioulos" daquela cidade. Esse folguedo, surgido ainda no período colonial, já trazia, entretanto, em seu bojo um caráter de denúncia da forte repressão sofrida pela população pobre e de cor, na São Paulo de então.

Dança dramática realizada pelos “negros crioulos”, os Caiapós eram, na verdade, um auto que narrava a história da morte de um pequeno cacique indígena, atingido pelo homem branco. O curumim conseguia voltar à vida, graças às artes do pajé, para alegria e regozijo da tribo.

Nossa hipótese explicativa é a de que os negros da São Paulo dos séculos XVIII e XIX, na impossibilidade de enunciar a repressão sofrida por eles próprios, de parte dos brancos escravocratas, elaboraram um auto dramático onde o caráter repressor dos portugueses ficava evidenciado e era até sobrepujado pelas artes dos próprios dominados. Vestindo-se com uma roupa de malha grossa bege e levando enfeites de penas coloridas na cabeça e na cintura, colocavam na rua de forma didática a dominação sofrida por outro contingente populacional ainda mais reprimido do que eles mesmos: “os negros da terra”, como então eram denominados os indígenas, vítimas, de longa data, de apreensão e escravidão pelos bandeirantes paulistas. Dentre os vários grupos tribais, também é significativo o fato de os caiapós terem sido os escolhidos, pois tais silvícolas se notabilizaram como um dos grupos mais rebeldes que muita dificuldade interpôs aos paulistas, nas minerações de Minas Gerais e Goiás, e sempre apresentou muita resistência à dominação bandeirística.¹

Essa dança foi realizada ao longo do século XVIII e início do XIX, durante as pomposas procissões coloniais, ocasião em que a população normalmente dispersa do burgo paulistano se reunia na cidade para assistir aos cortejos, que, por essa época, possuíam um caráter misto profano-religioso.

A dança dos Caiapós, apesar de ser realizada pela população pobre e negra, era aceita nesses cortejos solenes e colocada como abertura dos mesmos, porque funcionava como atrativo reunindo a população para assistir e acompanhar as procissões.

Em meados do século XIX, entretanto, seguindo orientação vinda da Metrópole (onde também danças de negros costumavam abrilhantar as procissões solenes), banindo tais divertimentos dos cortejos religiosos como não mais condizentes com o espírito de tais manifestações, os Caiapós foram proibidos de desfilar nas procissões paulistas. Inconformados, os organizadores da dança tentaram obter permissão da Câmara Municipal para realizar o folguedo nos adros das igrejas, depois que a procissão já tivesse se recolhido ao templo. Essas permissões eram ora concedidas, ora negadas, mas, nas últimas décadas do século passado, a dança foi completamente banida do âmbito religioso e passou a ser encarada como coisa de “gente ruim”, tendo de buscar um novo espaço no calendário festivo da cidade.

Roger Bastide em *Sociologia do folclore brasileiro* já explicava que o Carnaval com sua abrangência e caráter de liberalidade funciona como um ímã, atraindo as manifestações folclóricas que já não encontram ressonância na sua data tradicional. Assim, os “negros crioulos” da paulicéia transferiram sua dança, a partir da década de 1890, para o período carnavalesco. Dionísio Barboza, fundador do primeiro cordão carnavalesco paulistano nos contava, em depoimento concedido em dezembro de 1976, um mês antes de sua morte, que o Carnaval no tempo de seu pai era Caiapó. Afirmava ele: “Eu ainda vi os últimos Caiapós que saíram no Carnaval, isso foi em 1905 ou 1906.” Jorge Americano, em *São Paulo naquele tempo*,² relata que, aproximadamente até 1910, os Caiapós desfilaram durante o Tríduo de Momo.

A simplicidade de sua apresentação, com disfarces muito pobres e dança sem música, somente acompanhada de rústica percussão, além da pecha de “dança de gente ruim”, os colocava em grande desvantagem quando comparados com os préstitos luxuosos das grandes sociedades, então no apogeu. Seus

integrantes passaram então a ser ridicularizados, perseguidos e até agredidos pela população paulistana, ávida de novidades de sabor europeu.

Por volta de 1910 o folguedo desapareceu da cidade, que crescia e se modernizava rapidamente, mas permanece até hoje em centros urbanos das zonas mais pobres do Estado, como em Ilhabela, durante o Carnaval, ou nas Festas de Natal, Reis, Divino Espírito Santo e Sábado de Aleluia em Ubatuba, Piracaiá, Mairiporã, Itapetininga ou São José do Rio Pardo.³

Mas a população de origem africana da cidade de São Paulo não se conformou em ficar alijada dos folguedos de Momo, funcionando somente como público dos préstitos e cursos burgueses. Utilizando suas experiências anteriores em cortejos religiosos e tomando como modelos os ranchos pastoris cariocas, então em pleno florescimento, e também os desfiles militares, como o dos Batalhões Navais, criou, orientada por Dionísio Barboza (um cafuso, filho de antigo dançarino de Caiapó, que durante quatro anos havia trabalhado como marceneiro no Rio de Janeiro), o primeiro cordão carnavalesco com o nome de Grupo Carnavalesco da Barra Funda. Essa denominação, entretanto, logo seria substituída pela de Camisa Verde, designação que a população cunhou, baseada na vestimenta dos integrantes do folguedo.

Analisando depoimentos do fundador e de alguns participantes desse importante cordão, pudemos visualizar o relacionamento entre os foliões e as autoridades sob dois aspectos diversos.

Sob o aspecto formal, seguindo as orientações vigentes desde o século XIX para as agremiações de camada elevada, os cordões logo se viram obrigados a registrar-se na Secção de Divertimentos Públicos da Prefeitura Municipal, preenchendo ficha, definindo as cores a serem usadas pelo grupamento e pagando a respectiva taxa.

Para um controle mais efetivo, no próprio dia do desfile era preciso ir até a Prefeitura para carimbar o estandarte, forma de garantir que todas as agremiações presentes aos desfiles estivessem fichadas e registradas.⁴

Além desse controle formal havia, sob o aspecto informal, todo um ritual de homenagem às autoridades estabelecidas que concediam uma espécie de alvará para que o agrupamento pudesse se apresentar nas ruas do bairro de origem e nos espaços do Triângulo Central. Assim, a primeira etapa do desfile do Camisa Verde, saindo de sua sede na Rua Vitorino Carmilo, era dirigir-se “diretamente ao Largo das Perdizes, tinha lá um general, ou um tenente-coronel, não sei bem o que é, que fazia questão que fosse lá, então ia. Ia todo mundo lá. De lá a gente pegava a Rua das Palmeiras a pé e ia, em primeiro lugar, ia lá na Central” . . . “Não podia deixá de passá na Central . . . antigamente a Central . . . de Polícia . . . no Pátio do Colégio. Ali nós tinha que passá, ali . . . Então as autoridades saía tudo pra fora, pra apreciá a negada passá. Então a negada passava ali . . . Passava ali e tar (sic) e os home batiam palma, aquele negócio todo. Passava e ia embora . . .”⁵

Encarando o processo de surgimento e crescimento dos folguedos populares de origem remota africana na cidade de São Paulo, sob o ângulo da atuação das autoridades, podemos notar que até 1930, como o número dessas agremiações era muito reduzido, cada uma delas não representando mais do que 60 ou 70 pessoas desfilando e, desde que seguissem as orientações controladoras formais e informais acima expostas, a polícia não interferia, nem mesmo quando havia disputa física entre os cordões.

Mas, dançar samba fora do período carnavalesco era atividade malvista e reprimida pela polícia, tanto que Seu Zezinho do Morro da Casa Verde, sambista que vivenciou todo esse processo que ora analisamos, relata

em um dos seus depoimentos: "Antigamente, quando eu aprendi a tocá, eu era vagabundo. Não podia pegá no violão que era vagabundo. Só vagabundo que tocava, não é? Não se podia formá . . . cordão ou bloco . . . Então era tudo vagabundo e a polícia chegava e arreava o pau . . . Então a gente corria. A polícia aparecia lá, tinha que debanda todo mundo. Se deixasse os instrumentos eles rasgavam . . . Os cordões, os blocos eram exclusivamente negro. O branco não podia entrá porque eles ficava afetado . . . a própria polícia, quando via um branco no samba ficava olhando o branco de lado, já premeditando que o branco . . . quer dizer é ladrão, é vagabundo, essas coisa toda . . . Então nós corria. Mas tinha um lugar que eles não ia, que era justamente na Vitorino Carmilo, lá no fim . . . com a Conselheiro Brotero. Lá era tudo esburacado, então era lá que nós fazia samba, lá que nós fazia tudo aqueles negócio."⁶

Mesmo durante o período carnavalesco, os desfiles só eram realizados no domingo e terça-feira gorda, pois a segunda-feira de Carnaval era dia normal de trabalho. Além disso, não havia um espaço definido para a realização dos folguedos da população negra da cidade. Eles saíam dos seus bairros de origem (Barra Funda, Bexiga e Baixada do Glicério) e andavam pela cidade, buscando os locais onde a brincadeira estivesse mais animada, o que lhes garantia uma certa segurança de que podiam desfilar sem sofrer repressão policial. Assim, no período vespertino, a Avenida Paulista era o local buscado, porque o curso burguês, que se realizava no leito carroçável da avenida, trazia grande animação carnavalesca a esse logradouro. Os cordões para lá se dirigiam, mas só andavam pelas calçadas, porque o centro da rua era reservado aos automóveis que levavam as famílias ricas, com policiamento impedindo o acesso ao espaço central de populares e de comerciantes de artigos carnavalescos.

Ao entardecer os cordões desciam a Avenida Brigadeiro Luís Antônio em direção ao Triângulo Central, porque à noite ali se realizava o desvile dos Préstitos das Grandes Sociedades Carnavalescas (Democráticas, Tenentes do Diabo e Girondinos), estando, nesse período, o espaço do centro-histórico aberto à folia carnavalesca. Faziam uma parada no Largo do Café, onde a colônia sírio-libanesa os esperava para assistir às evoluções do cordão. Dali se dirigiam à Delegacia Central para homenagear as autoridades, recebendo uma espécie de "bênção dos delegados", e então começavam a visitar os "salões da raça", isto é, os numerosos salões de baile freqüentados pela população de cor da cidade de São Paulo.

Esses eram os espaços mais receptivos e seguros, pois o cordão era recebido pela diretoria do salão de baile, fazia uma apresentação com músicas e evoluções especialmente preparadas para homenagear os sócios do clube e, em seguida, a orquestra retribuía tocando uma valsa, para que os integrantes do cordão dançassem "com seus preferidos". O grupamento carnavalesco visitava em média de cinco a oito "salões da raça" por noite de desfile, atividade que se prolongava até uma ou duas horas da madrugada, só então retornando ao bairro de origem.

Como podemos notar, havia uma aceitação oficiosa, perfeitamente controlada, por parte das autoridades, da existência dos grupamentos negros, não havendo entretanto um reconhecimento formal dos mesmos e nem a concessão de um espaço na cidade especialmente reservado para a apresentação dos cordões, como existia para os préstitos e os cursos da Paulista e do Brás. Os grupamentos de origem africana tinham que obter de maneira informal o seu espaço, só se sentindo realmente seguros nos "salões da raça", entre seus iguais.

Essa situação de insegurança, gerada pelo não reconhecimento formal dos folguedos

africanos e pela ameaça sempre presente de uma possível repressão policial, geravam dois mecanismos de defesa entre os organizadores e participantes dos cordões. Por um lado eles passaram a exigir um esmero exagerado no traje dos membros dos blocos e cordões, fato que prontamente os diferenciava dos negros "vagabundos" que não poderiam vestir-se tão caprichosamente. Passaram também a exercer um estrito controle interno, afastando imediatamente qualquer elemento que se dedicasse a atitudes marginais. Como relata Seu Zezinho do Morro da Casa Verde, explicando a formação, em 1927, do Cordão Flor da Mocidade, uma evolução do setor infantil do Camisa Verde: . . . "Nóis tinha aquela turminha de cinco ou seis . . . Andava vestidinho direito, que foi ansim que foi formado o Flor da Mocidade. Porque nós andava tudo bonito, então nós formemo aquilo ali. Tudo trabalhava, tudo trabalhador, não tinha ladrão de galinha no meio. Porque outra coisa, se por uma infelicidade a gente soubesse que o cara fez qualquer coisa errada, nós afastávamos. Aquele não ficava mais com nós. De jeito nenhum!"⁷

A partir de 1934 ou 35, com o aumento do número de agremiações carnavalescas negras (em 1936 já existiam, além de dois cordões, de uns 12 a 15 blocos desfilando pela cidade),⁸ como também com o aumento do número de integrantes em cada grupamento, a polícia passou a ter uma atuação mais rigorosa em relação a esses folguedos.

Nos depoimentos coletados há menção a vários tipos de repressão sofridas da década de 30 a de 60 por essas agremiações:

1) Nesse período, como os folguedos de origem africana não eram reconhecidos oficialmente pelo poder público, não havia qualquer tipo de subvenção ou ajuda financeira por parte da prefeitura ou outro órgão público. Para reunir os recursos necessários à montagem do desfile, os grupamentos carna-

valescos criaram dois tipos de atividades semelhantes: o "passar bandeira" e o "bater taça". Ambas consistiam em reunir um pequeno grupo de integrantes da agremiação que, munidos de alguns instrumentos de percussão e uma taça, já conquistada pelo grupo nos concursos promovidos por jornais, emissoras de rádio e firmas comerciais, saía desfilando. Na falta da taça, levavam o estandarte da entidade e saíam a percorrer o centro da cidade, nos fins de semana do período pré-carnavalesco, angariando contribuições financeiras para cobrir os gastos do Carnaval.

Toniquinho, sambista famoso, integrante de cordões e blocos, relembra o que às vezes acontecia, na década de 40, quando eles estavam "batendo taça": "Então, de vez em quando, a polícia chegava e debelava aquilo à cacetada . . . Qué dizê, a paulada, porque tava atrapalhando o trânsito, ou então vinha aquele grupo de pessoal, subindo a calçada, mas aí eles não vinha pedindo, 'batendo taça', ou seja ajudá a escola. Já vinha encostando naqueles gringo, sabe? Reunia quatro cara, encostava o gringo, quando largava, o gringo táva 'depenado' [risos]. Não tinha nem dinheiro pra condução. Qué dizê, tinha que pô de qualquer jeito [pôr na taça]. Então [havia] muita bronca com a polícia, a polícia vinha, qué dizê, tem lá as razão dela também."⁹

2) O controle sobre os grupamentos negros foi, com o tempo, se tornando mais rígido, o que obrigou os líderes organizadores dos mesmos a empreenderem frequentes consultas aos delegados responsáveis pelos bairros de origem das agremiações, quando pretendiam realizar atividades de rua, fora do período carnavalesco. Uma descrição, feita por Seu Zezinho, de seu relacionamento com o delegado da Casa Verde, denota bem essa situação de dependência ao beneplácito da autoridade: . . . "Porque eu acho, muitas coisa na escola de samba vem da própria diretoria, da própria administradora daque-

la, . . . daquela escola. Nunca tive nada, nunca levei uma *pancada* da polícia, nunca a polícia chegou e rasgou um instrumento meu. Eu num dava *um passo* que eu num fosse na delegacia falá: — Doutor posso fazê isso, assim, assim? — Doutor, isso assim, assim? *Nunca, nunca fiz nada ilegal* que era pra mim num cair nessa. Quantas vezes esse carro da . . . RUDI vinha: ú, ú, ú, ú, ú que nem louco! Chegava atrás, quando dava cum nós assim, nós vinha subindo a Casa Verde ali, ele dava cum nós, ele diminuía assim, nós abria, eles passava. Fazia isso c'os outro? Eles punha o carro em cima. Mas, porque eles punha o carro em cima? Nós tivemos uma época aí, que você não podia ter um bar aberto. Tinha um bar aberto, os cordões ia lá, roubava tudo e começou assim.”¹⁰

3) Quando o tema apresentado pela agremiação no desfile carnavalesco tinha um caráter de crítica política, o próprio cortejo carnavalesco podia ser disperso com espancamento de seus integrantes, como relembra Seu Zezinho, sem grandes mágoas: “Olha, vou dizer uma coisa pra vocês, eu não posso me queixá da polícia, porque eu acho que a polícia tá tudo na própria pessoa. E eu posso prová isso pra vocês. Eu *nunca* fui espancado. Uma vez só, pela polícia, porque eu entrei numa que eu não sabia. Fui espancado na polícia com o Bloco das Caprichosas [década de 30]. Tinha um carioca que trabalhava cum nós, que saía cum nós lá, que fazia alegoria. Ele trabalhava na prefeitura. E ele teve uma discussão lá dentro da prefeitura, negócio de político, de Getúlio Vargas com num sei quê, cum num sei que lá. Mas nós não sabíamos de nada, professor. Então ele fez uma política, num sei o que ele fez, que ele pôs: ‘Braço é braço!’ Fez uma mão. Mas nós não sabíamos de nada. Sabe o que é inocente? É *inocente*. E o Carnaval . . . o Carnaval era ali na Líbero Badaró e a prefeitura era na Líbero Badaró. Quando nós des-cemos a São João, que entremo na Líbero

Badaró . . . O pau comeu. Foi a única vez, o mais, nunca, nunca.”¹¹

4) Essa repressão exercida em relação aos grupamentos negros era, como se percebe nos relatos aqui citados, em parte entendida pelos líderes, mas quando os policiais exacerbavam, tomando atitudes repressoras infundadas, havia pronta reação por parte dos integrantes das agremiações, gerando até situações graves que ainda hoje são lembradas pelos sambistas: “Quem arrumô a encrenca, a maior encrenca com a polícia? Aquela escolinha lá, lá da Liberdade? Como é que chamava ela? Era . . . Que botô fogo no carro lá . . . Ah, não. Essa aí é o ‘Unidos da Garvão’ [Unidos da Galvão Bueno]. . . . Aí, aí também o cara era curpado, né? A escola tava desfilando na Praça João Mendes e um cara lá, porque num gostava de Carnaval, tocô o carro no meio da escola e atropelô uma garota, filha de alguém que estava desfilando. A primeira vez que aconteceu viraro o carro e metero fogo . . . Até aí eles tinham razão.”¹²

Resumindo, nessa primeira fase de conquista de um espaço urbano para seus desfiles carnavalescos, as agremiações negras tiveram que:

- perceber qual era o tipo de atividade carnavalesca culturalmente bem aceita pela sociedade — o desfile processional — e elaborá-lo valendo-se de experiências anteriores;
- identificar os espaços “mais carnavalescos” dentro do traçado da cidade para poderem se apresentar sem sofrer muita repressão policial;
- adequar-se às exigências burocrático-controladoras, registrando-se na prefeitura e carimbando os estandartes antes do desfile;
- cultivar a boa-vontade das autoridades constituídas, homenageando-as com

apresentações especiais e buscando sua aprovação para as atividades da agremiação; e

- controlar a própria repressão policial, reagindo quando esta repressão exacerbava certos limites.

Constatamos que foi um processo de conhecimento mútuo que exigiu dos grupos negros uma resistência cultural, social e mesmo física considerável, fazendo com que eles fossem aos poucos construindo suas próprias identidades em contraposição aos demais folguedos carnavalescos, melhor aceitos pelo poder público, conquistando benevolências, sofrendo repressões e até reagindo a elas.

Para tentar compreender a continuidade desse processo de luta e resistência, somando pequenas conquistas que levaram à oficialização dos folguedos negros, já sob a forma de escolas de samba, tentaremos reconstruir a história de uma dessas agremiações paulistanas, cujo líder teve papel decisivo na obtenção do reconhecimento oficial do Carnaval de origem africana: a Escola de Samba Nenê de Vila Matilde.

Essa agremiação foi criada no final de 1948 e realizou seu primeiro desfile de Carnaval em 1949, ainda de forma um tanto improvisada, contando somente com 15 elementos, mas já recebendo uma certa aceitação por parte da população dos bairros de Vila Matilde e Vila Esperança, bairros vizinhos, afastados da zona central da cidade de São Paulo e separados somente pela linha da Estrada de Ferro Central do Brasil.

A Vila Esperança, talvez devido ao seu grande contingente de descendentes de espanhóis, já possuía por essa época alguma tradição carnavalesca: um animado Carnaval de salão realizado em vários clubes e algumas tentativas de organização de atividades de rua, como as batalhas de confete pré-carnavalescas e os desfiles de rua vesperti-

nos. Esses cortejos encerravam as matinês e, além de alegrar a população do bairro, funcionavam como propaganda e chamariz para os bailes *soirées* realizados logo mais à noite.

Durante o ano de 1948, um grupo de operários, em sua maioria de origem africana remota, passou a aproveitar uma maior disponibilidade de tempo livre, surgida com a introdução da semana inglesa,¹³ jogando capoeira, brincando tiririca¹⁴ ou cantando sambas, em frente ao Bar Madeira, no Largo do Peixe, em Vila Matilde.

Esse grupo animado, liderado por Nenê do Pandeiro,¹⁵ iria enfrentar, nos últimos meses do ano, a pressão de algumas moças do bairro, para que deixasse os jogos violentos e se dedicasse mais à música e à dança, a fim de que elas também pudessem participar das brincadeiras, surgindo assim a idéia da formação de um agrupamento carnavalesco.

Além de desfilar pelo bairro, a Escola de Samba do Nenê, desde seu início, fez questão de participar, pelo menos em um dos três dias dedicados a Momo, dos desfiles que eram realizados no centro da cidade, sob a promoção das emissoras de rádio e dos jornais mais populares. Nesses eventos a escola buscava demonstrar sua real existência como agremiação carnavalesca, além de medir suas forças, embora ainda pequenas, com as de outras entidades mais antigas, como os cordões Vai-Vai, Príncipe Negro e Paulistano da Glória, ou ainda com a única escola de samba até então existente: a Lavapés da Madrinha Eunice.

Como um pequeno grupamento carnavalesco, surgido num subúrbio tão afastado da cidade, pôde, desde seu primeiro ano de desfile, se integrar ao Carnaval da zona central da cidade?

Como vimos, desde a década de 20 existiam na cidade os bailes de gafieira ou "sa-lões da raça", reunindo durante todo o ano a

População negra dos vários bairros da cidade, numa convivência semanal, em locais situados na zona central de São Paulo.

Era durante esses bailes que os rapazes e moças negros se conheciam, travavam amizades e acabavam formando pequenos grupos que podiam sair dos bailes para irem se divertir no Parque Shangai, organizar romarias a Pirapora do Bom Jesus ou, por ocasião do Carnaval, sair dançando nos cordões ou na Escola de Samba Lavapés.

Esse lazer em comum, realizado na zona mais central da cidade de São Paulo, fornecia à população negra jovem, não importando o bairro ou subúrbio em que ela residisse, um sentimento de pertencer a algo mais amplo do que a própria comunidade de origem.

Os fundadores da Escola de Samba Nenê de Vila Matilde eram frequentadores assíduos dos bailes de gafieira, conheciam e tinham amizade com outros negros de bairros diversos da cidade e já haviam acompanhado os desfiles carnavalescos de outros grupos no centro da cidade. Assim, embora economicamente fossem mais limitados do que seus vizinhos descendentes de espanhóis, possuíam, em termos de vivência carnavalesca, maior experiência e riqueza, o que lhes permitiu criar algo diferente e ousar, logo de início, uma integração ao universo mais amplo da folia momesca do centro urbano paulistano.

Essa independência em relação ao bairro de origem, logo demonstrada pela escola, exteriorizando a existência de uma consciência de pertencer a um todo mais amplo, teve uma dupla consequência: permitiu à escola crescer e se organizar segundo modelos que ultrapassavam aqueles existentes no próprio bairro e criar outros pontos de apoio fora do núcleo original, mas acarretou também ciúmes e hostilidades veladas por parte dos clubes locais que, de início, a apoiaram. Seus dirigentes logo perceberam que a Escola de Samba do Nenê não seria apenas um outro

conjunto musical de negros que, com um pequeno apoio, animaria as atividades carnavalescas do clube, mas poderia se tornar um adversário perigoso nas disputas das batalhas de confete locais e era capaz de competir, em concursos carnavalescos de nível municipal, aos quais tais clubes ainda não tinham tido a ousadia de adentrar.

Essa capacidade de agir com maior flexibilidade e independência deu à nova escola um potencial de crescimento considerável, pois no terceiro ano em que desfilou (1951) já contava com 39 elementos, sendo 12 mulheres e 17 homens, em sua grande maioria de origem africana remota, todos devidamente fantasiados. Portavam dois estandartes bordados, vários instrumentos de percussão e contavam com um baliza corretamente fantasiado, este um elemento fundamental dos desfiles carnavalescos de então.

Um outro apoio local, com que a escola contou nos seus primeiros anos de vida, foi o auxílio concedido pelas firmas comerciais do bairro (principalmente vendas e botequins), através de contribuições financeiras registradas no Livro de Ouro. Como a escola era ligada a uma comunidade formada por duas seções (Vila Matilde e Vila Esperança), uma em cada lado da Estrada de Ferro Central do Brasil, e como firmas comerciais às vezes espacialmente afastadas ajudavam a agremiação, depois de algum tempo começaram a surgir problemas. Todos os bares e vendas que contribuía para o desfile carnavalesco exigiam que a escola passasse por sua rua, trazendo assim muito povo e freguesia e permitindo que o proprietário tivesse um lucro às vezes maior do que o auxílio concedido.

Para cumprir tais exigências a escola se via obrigada a percorrer um trajeto sinuoso, longo e cansativo. Ao se recusar a fazê-lo, Seu Nenê teve que enfrentar reclamações e negativas de novos auxílios por parte dos comerciantes locais.

Como alternativa, os dirigentes da escola optaram pela promoção de bailes mensais e passaram a alugar os salões dos clubes locais, principalmente o 5 de Julho e o Vila Esperança, para realizar tais festas. Durante dez anos esse esquema funcionou porque, em contrapartida, a escola animava o bloco do clube durante as batalhas de confete.

Mas alguns fatores novos vieram interromper esse bom relacionamento:

- os membros do clube, na sua maioria descendentes de espanhóis, começaram, graças ao seu trabalho mais especializado em indústrias da região, a ter ascensão no seu padrão de vida;
- os bailes mensais da escola se caracterizavam como festas de negros e começaram a surgir durante a realização dos mesmos algumas brigas entre elementos mais exaltados;
- por um outro lado, a escola já obtinha sucesso nos desfiles realizados durante o Carnaval na zona central da cidade, sendo campeã em 1958, 1959 e tri-campeã em 1960. Foi então convidada a participar de um programa de televisão semanal nos domingos à noite.

Os dirigentes dos clubes locais começaram a encarar as festas de negros, com suas brigas constantes, como um fator depreciador do nome da associação e julgaram que a escola, com o sucesso alcançado extrabairro, podia dispensar o auxílio concedido até então. Decidiram que o grupamento negro, já recebendo cachê em programas televisivos, estava em condições de construir, comprar ou alugar uma sede própria, passando assim, a partir de 1959, a negar o aluguel de suas instalações para os bailes mensais que constituíam a principal fonte de renda da escola. Negaram também a cessão de seu campo de futebol para os ensaios dos desfiles carnavalescos.

Assim, num curto espaço de tempo, com a negativa de um clube após outro, a Escola de Samba Nenê de Vila Matilde se viu relegada à rua, não podendo contar com nenhum espaço regularizado para o desenvolvimento das atividades recreativas de meio de ano, além de ter, em consequência, sua receita drasticamente reduzida.

Durante quatro ou cinco anos essa escola, que havia sido tri-campeã e participara de uma série de *shows* televisivos, foi obrigada a ensaiar na rua, em frente à casa de seu dirigente, sofrendo muito com as pesadas chuvas de verão, guardando seus instrumentos em casa de Seu Nenê e buscando a maior parte dos meios financeiros para os desfiles entre os próprios membros da agremiação.

Esses foram tempos muito difíceis porque, apesar da população do bairro continuar aplaudindo e entusiasmando a sua escola, esta teve de enfrentar, além da rejeição da elite local, uma administração municipal que ignorava e não auxiliava as manifestações de Momo. O prefeito Prestes Maia, na década de 60, concentrava seus esforços na reurbanização da cidade, construindo grandes avenidas e viadutos e se negava a desviar recursos para promover as manifestações populares de cultura e lazer.

Nesse período, Seu Nenê, com outros dirigentes camavalescos paulistanos, pensou muitas vezes em desistir da tarefa de levar adiante sua agremiação, tais as vicissitudes encontradas: eram obrigados com frequência a pagar, do próprio bolso, as despesas do desfile e, não fosse o apoio e compreensão das suas esposas, que entendiam as dificuldades e até concordavam em vender seus pertences domésticos para cobrir os déficits pós-carnavalescos, talvez esse aspecto tão importante da folia de Momo paulistana tivesse se extinguido na década de 60.

Um outro fator importante na permanência desses grupamentos camavalescos mais populares foi o apoio encontrado fora dos

círculos governamentais municipais. Algumas firmas industriais, como por exemplo a Companhia Antártica Paulista, ou o setor comercial de bairros paulistanos como Lapa ou Belém, ou mesmo as prefeituras de cidades próximas, como Jundiaí, Santo André ou Santos, ante a ausência de desfiles realizados na zona central da cidade de São Paulo, passaram a oferecer taças e prêmios em dinheiro às agremiações carnavalescas que realizassem desfiles locais.

Esses foram apoios fundamentais, pois permitiram a superação de uma fase crítica da história da vida dos grupamentos carnavalescos mais populares. Mas, sendo concedidos de forma esporádica e imprevisível, não permitiam uma organização de mais longo prazo e, conseqüentemente, impediam um crescimento significativo desses folguedos.

Mas, se as dificuldades chegaram às vezes a desanimar os líderes sambistas, elas funcionaram também como um fator catalisador. Levaram-nos a se reunir, para em grupo tentar pressionar as autoridades no sentido de aumentar os auxílios e oportunidades concedidos aos cordões e escolas de samba.

Foram novamente as velhas amizades dos tempos dos "salões da raça", consolidadas através das lides carnavalescas, que permitiram uma primeira agregação dos líderes sambistas paulistanos, criando uma Coligação de Entidades Carnavalescas em 1964.

Essa primeira organização, que reunia os mais importantes cordões e escolas de samba de São Paulo, foi entretanto liderada, nos anos de 1965 e 1966, por um elemento de fora do mundo carnavalesco, proveniente da vida noturna da cidade, que, aproveitando-se da ingenuidade e confiança dos sambistas, explorou-os e melhorou, com o dinheiro concedido à realização do Carnaval, sua casa de *shows* folclóricos.

Ante tal situação de desorganização e conflitos internos, os poderes públicos continuaram negando seu apoio aos sambistas,

que se viram completamente desacreditados junto às autoridades municipais.

Em fins de 1966, a Coligação foi extinta pelos próprios sambistas que, no início de 1967, criaram a Federação de Entidades Carnavalescas e começaram a enviar cartas ao prefeito solicitando auxílio.

Não confiando numa entidade com novo nome, mas reunindo os mesmos sambistas, a prefeitura continuou adiando seu apoio. Os líderes do samba paulistano perceberam então a necessidade de uma liderança fora do mundo carnavalesco que fosse capaz de recuperar o prestígio do samba junto às autoridades municipais. Mas onde buscá-la?

O fim da década de 60, por outro lado, se caracterizava como um período de grande prestígio da música jovem tipo "yê, yê, yê", passando o samba por uma fase de desprestígio na sociedade global. Um único radialista, Moraes Sarmento, continuava insistindo em divulgar, em seu programa diário, música brasileira tradicional, principalmente os velhos sambas. Foi ouvindo por acaso, no mês de maio, o programa desse radialista, que Seu Nenê e sua mulher, Dona Teresa, tiveram a inspiração de buscar, junto a esse homem de rádio, o prestígio de que necessitavam para recuperar a imagem do samba paulistano diante dos poderes públicos.

Conversando com Inocêncio Tobias, seu velho amigo e sócio numa banca de jornal na Barra Funda, Seu Nenê encontrou amplo apoio do dirigente do Cordão Camisa Verde e descobriu que o sogro do radialista, cuja ajuda buscavam, residia próximo ao lugar de trabalho dos dois sambistas. Resolveram então solicitar a intercessão do vizinho e, três dias depois, já estavam conversando com Sarmento, que concordou em apoiá-los, aceitando o cargo de presidente da Federação, desde que eles se organizassem institucionalmente. Começou por ensiná-los a elaborar um livro de atas que registrasse as reuniões dos líderes do samba paulistano.

Em setembro de 1967, já devidamente estruturados numa federação que contava com uma diretoria, constituída por elementos ligados às rádios e jornais mais populares da cidade, e com um conselho, integrado pelos sambistas de velha cepa (Seu Nenê, Inocência Tobias, Dona Eunice, Bitucha e Pé-Rachado), foram, em comitiva, solicitar ao prefeito Faria Lima (um carioca que compreendia e simpatizava com os folguedos carnavalescos populares) o apoio e a ajuda financeira necessários para a realização dos desfiles carnavalescos de 1968.

O prefeito concordou em auxiliar financeiramente a nova Federação, com a condição de que seu presidente ficasse responsável pela utilização da verba para os desfiles carnavalescos. Moraes Sarmiento buscou então, como uma forma de garantia, o apoio de firmas comerciais que já patrocinavam seu programa radiofônico e, tendo conseguido, concordou em assumir a tarefa de promover os desfiles de Momo daquele ano. Realizou-se então o primeiro Carnaval oficialmente financiado pelos poderes públicos paulistas.

Fase de reconhecimento oficial dos folguedos de origem africana (de 1968 à atualidade)

Mas o processo de oficialização do Carnaval paulistano, desenvolvido sob o patrocínio de um prefeito carioca, teve como consequência a imposição, às entidades carnavalescas de São Paulo, do modelo bem-sucedido no Rio de Janeiro. Como não havia, por parte das autoridades, um conhecimento do fenômeno carnavalesco paulistano e como o poder público necessitava estabelecer um estatuto que regulamentasse o funcionamento dos desfiles populares, foi contratado um "carnavalesco" carioca para elaborá-lo.

Foi então estabelecida uma série de regras a serem obedecidas pelas entidades carna-

lescas paulistanas, todas elas baseadas no modelo de escola de samba carioca, o qual em quase nada correspondia à estrutura das poucas escolas existentes em São Paulo e muito menos à dos numerosos cordões — a manifestação mais antiga e autêntica do Carnaval de influência africana na cidade.

Essa imposição oficial, se acabou criando uma série de dificuldades para as entidades carnavalescas paulistanas, levando até ao rápido desaparecimento dos cordões, trouxe, por outro lado, um certo benefício à Escola de Samba Nenê de Vila Matilde. Sendo a Escola de Samba de Seu Nenê o segundo grupamento desse gênero a se fundar em São Paulo, foi, entretanto, o único que, já em sua fase de organização, tomou como modelo as congêneres cariocas devido:

- à influência familiar sofrida por Seu Nenê e irmãos que, sendo filhos de um carioca do Morro de Santa Teresa, possuíam nítida preferência pelo ritmo e visual carnavalescos típicos do Rio de Janeiro;
- à freqüente e entusiástica assistência, por parte de seu dirigente e familiares, aos *shows* e revistas teatrais que na década de 30 e 40 traziam muitos artistas populares cariocas aos palcos de São Paulo, como Paulo da Portela e suas pastoras da Escola de Samba do Morro, Aracy de Almeida, Francisco Alves, Trio de Ouro e muitos outros;
- à busca de um *know-how* carioca muito cedo empreendida por Seu Nenê, através da contratação de "carnavalescos" que conhecessem o fenômeno do Rio de Janeiro e também através de viagens esporádicas a essa cidade.

Já em 1959, nove anos antes da oficialização do Carnaval de São Paulo, toda essa ligação com o Carnaval da então Capital Federal fez com que a bateria da Escola de Samba

Nenê da Vila Matilde introduzisse no desfile paulistano o ritmo e batidas cariocas, que haviam sido captados por Seu Nenê em visita ao Morro da Mangueira e, durante dois anos, penosamente ensinados aos ritmistas paulistanos. Estes encontraram grande dificuldade em entender a batida mais leve e o ritmo mais rápido do samba carioca, acostumados, como estavam, há muito tempo, à batida mais pesada e ao ritmo mais lento dos cordões, pois esse som, mais paulistano, tinha suas raízes na tradição do jongo, dança religiosa muito difundida na zona rural do Estado de São Paulo.

O passado, rico de influências cariocas, da Nenê de Vila Matilde acabou dando à escola a possibilidade de se adequar, com maior rapidez e propriedade, à nova realidade de desfile exigida pelo regulamento oficial. O fato de ela ter sido campeã nos três primeiros anos do desfile oficial (1968, 1969 e 1970) comprova nossa observação.

A dificuldade encontrada pelas entidades carnavalescas paulistanas para se transformar em escolas de samba, segundo o estilo carioca, foi tão grande que elas solicitaram ao prefeito Faria Lima, em 1969, que promovesse a vinda de uma agremiação de renome do Rio, para que os sambistas paulistas pudessem ver de perto o tipo de manifestação que lhes competia apresentar nos desfiles de Momo.

O prefeito entendeu as dificuldades dos sambistas e promoveu um desfile, pela Avenida São João, da escola carioca que havia sido campeã naquele ano. Dessa forma houve uma transferência mais concreta das influências do Rio para São Paulo.

Seu Nenê, que tinha um bom trânsito nas rodas carnavalescas cariocas e cuja agremiação, por essa época, já contava com uma quadra de ensaios, promoveu um churrasco em homenagem à escola de samba visitante. Foi durante essa confraternização informal, segundo o relato de Seu Nenê, que os sam-

bistas de sua escola puderam trocar idéias com os cariocas, fazer perguntas e absorver um *know-how* indispensável para a montagem do desfile carnavalesco em novo estilo.

O sucesso, comprovado pelo tri-campeonato conquistado em 1970, veio mostrar o acerto do expediente utilizado pelo líder da Nenê de Vila Matilde.

Realmente, o fato de possuir uma quadra de ensaios, já nos idos de 1968, foi um outro aspecto diferenciador da Escola de Seu Nenê, em relação às suas congêneres paulistanas. Dois foram os fatores determinantes na obtenção dessa sede própria: a necessidade premente de um local adequado para ensaiar e a incorporação da experiência de outros sambistas.

Como já foi relatado anteriormente, os clubes dos bairros de Vila Esperança e Vila Matilde passaram, a partir da década de 60, a discriminar a Escola de Seu Nenê, encarando-a como divertimento de negros, e se negaram primeiro a ceder seus salões para bailes de meio de ano e, depois, seus campos de futebol, anteriormente utilizados para os ensaios carnavalescos.

Os ensaios passaram então a ser feitos na Rua Júlio Rinaldi, em frente à casa do dirigente da escola. Um grande cartaz, contendo a letra do samba-enredo, era fixado no alto do muro fronteiro à casa de Seu Nenê, e os integrantes da agremiação dançavam na rua, aproveitando para memorizar o samba. Depois saíam, já em formação, cantando e dançando pelas ruas próximas.

Mas os ataques discriminatórios não cessaram e, no dia de Natal de 1967, à tarde, quando um grupo de integrantes da escola estava ensaiando em frente à casa de Seu Nenê, a perua de um vizinho "bucheiro" (vendedor de miúdos de boi na feira) começou a perturbá-los, passando em alta velocidade, buzinando, quase atropelando os sambistas. Na primeira passagem não houve maiores reações, além de um grande susto,

mas quando o carro retornou, os integrantes da escola agrediram verbalmente o motorista. Quando este parou, vindo tomar satisfações, um dos sambistas mais exaltados enfiou-lhe um chocalho pela boca a dentro.

Amedrontado, o "bucheiro" desceu até a Cangaíba, local onde residiam os "feirantes brancos endinheirados", e, lotando o carro com dez ou 12 rapazes armados de revólveres e facões, voltou para atacar a turma da escola. Pararam o carro e já saíram dele dando tiros para o alto, coronhadas e ameaçando com os grandes facões usados na feira. Os sambistas correram apavorados e, então, os atacantes brancos aproveitaram para destruir, aos chutes, todos os instrumentos da escola.

Os integrantes da Nenê de Vila Matilde não se conformaram e, à noite, num grupo de mais ou menos 200 sambistas, desceram até a Cangaíba, ameaçando atear fogo à casa do líder "bucheiro". Seu Nenê tentou acalmar seus liderados e, buscando apoio policial, deu queixa contra os rapazes brancos, que acabaram sendo levados até a presença do delegado do bairro.

Esses fatos magoaram profundamente o líder da Nenê de Vila Matilde, porque exteriorizavam um antagonismo entre a população branca de mais dinheiro da região e sua agremiação, que reunia a facção mais pobre da população do bairro, predominantemente negra e mulata, mas também com alguns brancos.

Lembrando-se dos relatos ouvidos no Simpósio do Samba, a que ele havia participado nesse mesmo ano de 1967, quando o filho de Juvenal da Mangueira contara as dificuldades iniciais da escola carioca e de como haviam construído sua primeira quadra num terreno ocupado, sem prévia regulamentação, Seu Nenê resolveu tomar uma atitude. "Com aquilo na idéia", Seu Nenê decidiu ocupar um terreno existente, quase em frente à sua casa, na Rua Júlio Rinaldi,

provavelmente reservado para a futura construção de uma praça, mas até então abandonado. Liderados por ele, os sambistas levantaram uma quadra provisória em madeira para, mais tarde, melhorá-la, construindo instalações em alvenaria. Como concluiu nosso informante, "por causa da discriminação do pessoal de Vila Esperança, eles mesmos forçaram a gente pra uma situação melhor" . . . Talvez, se eles tivessem prestado . . . não tinha feito nada."

Três anos depois, em 1970, a prefeitura reagiu, abrindo um processo de despejo contra a escola, o qual deveria se efetivar por volta de 1973 ou 74. Mas, Seu Nenê, valendo-se de amigos que possuía nos órgãos municipais, conseguiu ir adiando a decisão judicial.

Uma grande conjugação de esforços por parte dos membros da escola, reunindo recursos financeiros, apoios políticos e muito trabalho efetivo, conseguiu levar à construção em alvenaria da quadra de ensaios da escola, já no início da década de 70. Mas o pagamento das dívidas contraídas e a luta pela regulamentação da posse da quadra iriam prejudicar a *performance* da agremiação durante toda a década, impedindo-a de ser novamente campeã, embora a Nenê de Vila Matilde tenha conseguido se manter sempre entre as melhores de São Paulo.

Em 1976, quando Armando Simões Lopes dirigia a Secretaria de Esportes e Turismo, os apoios político-burocráticos de Seu Nenê, a nível do executivo municipal, perderam influência e a escola foi legalmente despejada da quadra de ensaios. Mas, temendo a destruição do seu local de funcionamento, os sambistas resistiram, recusando-se a sair, e buscaram ajuda de muitos vereadores paulistanos, não importando o partido a que pertencessem, mas sim sua simpatia à causa da agremiação, no sentido de obter a regulamentação da posse de sua quadra.

Finalmente, após mais de dois anos de

lutas e tensões, o prefeito Olavo Setúbal concedeu, a título precário, por noventa anos, a posse da quadra à Escola de Samba Nenê de Vila Matilde. Estava finda a longa luta pela obtenção de um espaço legalmente reconhecido onde a agremiação carnavalesca pudesse desenvolver seus ensaios e realizar suas rodas de samba.

Um outro fator que veio aumentar as dificuldades vividas pela Escola de Seu Nenê durante a década de 70 foi a concorrência que passou a existir entre as agremiações mais antigas e algumas escolas novas, organizadas por elementos mais jovens, geralmente brancos, de pequena classe média, com ligações fortes na rede de poder municipal.

A grande força da Nenê de Vila Matilde havia sido, até então, a sua bateria, introdutora da batida carioca no Carnaval paulistano e especialista num tipo de samba cheio de "breques"¹⁶ que empolgava a torcida durante os desfiles carnavalescos. Foi com seus "breques" inesperados que a Nenê, durante os anos 60, derrotou muitas vezes a Lavapés e a Unidos do Peruche, as rivais mais antigas que tentaram imitar essa inovação, embora sem grande êxito.

Os dirigentes das novas escolas mais brancas e mais ricas, surgidas no final da década de 60 e início da de 70, tinham grande dificuldade em montar uma bateria que se iguasse à da Nenê, em parte por falta de experiência, mas devido principalmente à escassez de ritmistas negros bem treinados.

Como primeira forma de ataque, os novos líderes do samba se impuseram politicamente junto à direção da União das Escolas de Samba e conseguiram a aprovação de um regulamento que proibia a utilização, durante os desfiles, de clarins e do recurso do breque. Assim, em 1971, é proibido esse floreio rítmico ligado às raízes negras que tanto empolgava a torcida na avenida e também os toques de clarim, resquício dos velhos cordões. Como disse Seu Nenê: "Então quebrô

um pouco das forças nossas . . . que nossas forças era o breque de bateria que nós fazia."

A partir da entrada das novas escolas no desfile, acelerou-se também o processo de busca de similitude entre o Carnaval paulistano e o carioca. Para essas agremiações era muito mais fácil copiar o visual rebuscado do estilo carioca do que se prender às raízes do samba paulista, ligadas aos cordões. Segundo o dirigente da Nenê de Vila Matilde: "Eles trouxeram muito foi homem desmunhecado pra avenida, pactê, essas coisa."

Essas escolas recém-surgidas eram ligadas, desde seu início, a empresas comerciais e agências de propaganda, podendo contar com polpudos recursos financeiros, para agir rapidamente, queimando etapas rumo à obtenção do campeonato. Assim, em 1971, a direção da Escola de Samba Mocidade Alegre foi a Vila Matilde e, oferecendo casa e pagamento em dinheiro, seduziu o diretor de bateria da Nenê de Vila Matilde, que se transferiu para a nova agremiação, levando com ele aproximadamente 30 elementos da bateria da Nenê.

Começou então a supremacia, no Carnaval de São Paulo, de um novo estilo de agrupamento carnavalesco, capaz de se utilizar de todos os recursos possíveis para obter uma vitória na avenida: influência política, compra de integrantes e até mesmo suborno de jurados. Essa ascensão das novas escolas coincidiu com um papel muito mais importante, conquistado pelo Carnaval de influência africana na sociedade global. O novo *status* desse tipo de folguedo foi obtido graças a uma maior divulgação dos seus desfiles pelos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão.

O desfile de escola de samba foi se transformando, ao longo da década de 70, numa mercadoria a ser consumida no País e no exterior e os padrões capitalistas passaram a ser válidos também para sua montagem e

realização. Foram os dirigentes mais jovens, mais brancos e melhor integrados ao sistema capitalista que conseguiram realizar, com muito maior competência, esse novo tipo de Carnaval-espetáculo.

Alguns dirigentes mais antigos, que também contavam com consideráveis recursos financeiros, tentaram reagir jogando o mesmo tipo de peleja, mas acabaram se desiludindo, passando a direção a elementos mais jovens. Inocêncio Tobias, da Escola de Samba Camisa Verde, é o melhor exemplo desse esforço que acabou consumindo a pouca saúde que lhe restava e apressou sua morte. Seu filho Tobias, auxiliado por Dona Sinhá, mãe e sambista experiente, assumiu a direção da escola, conseguindo integrá-la aos novos padrões, mais mercadológicos, de realização do Carnaval.

Seu Nenê lutou muito e resistiu, conservando sua escola entre as melhores agremiações do primeiro grupo; mas, percebendo que o jogo passara a ser orientado por novas regras, que ele não dominava, foi preparando cuidadosamente seu sucessor na figura do filho, Betinho. Este, ao se formar advogado e exercendo a profissão, foi conquistando o domínio das novas estratégias de montagem do desfile, associado a um profundo conhecimento das raízes do samba, produto de sua história familiar.

Por alguns anos a dupla Seu Nenê-Betinho tentou obter a almejada vitória adaptando o desfile de sua escola aos novos padrões. Contrataram um carnavalesco com experiência no Carnaval carioca, investiram no aspecto visual do desfile e incrementaram a coreografia das alas. Mas esse grande esforço de modernização da escola, apesar de resultar num ótimo desfile da Nenê de Vila Matilde, não obtinha nada além de um quarto lugar para a agremiação.

Percebendo então que o poder político dentro da União das Escolas de Samba era fundamental para a obtenção de melhores

resultados, através de um trabalho muito bem orientado conseguiram derrubar os antigos dirigentes, ligados a elementos do PDS, e elegeram Betinho presidente da União em 1983. A antiga diretoria da União, entretanto, não se conformando em deixar o poder, fundou a Federação das Entidades Camavalescas do Estado de São Paulo, pretendendo assim criar um órgão mais abrangente, que reuniria os sambistas de todo o Estado.

A vitória da Nenê no desfile de 1985, depois de muitos anos afastada do título, veio mostrar que a estratégia das antigas escolas, renovando sua direção, entregando-a a jovens sambistas que aliam ao conhecimento das novas regras do jogo carnavalesco uma longa vivência no samba, estava correta.

Conversando com esses novos líderes que conhecem muito bem as alas de suas agremiações, por haverem crescido e se formado como sambistas junto aos humildes integrantes das escolas, tendo, ao mesmo tempo, adquirido consciência do difícil jogo político para a obtenção das verbas para desfile, pudemos perceber, entre eles, a existência de uma nova postura. Esses novos dirigentes pretendem exercer pressão junto às autoridades para o estabelecimento de uma ajuda mais regular às entidades carnavalescas, que não se restrinja somente aos auxílios para a montagem do *show* na avenida.

Pretendem eles que o Estado subvencione a criação nas quadras das escolas de samba de:

- creches para crianças filhas de sambistas da escola, pois perceberam que a maioria das mulheres que militam na agremiação são chefes de domicílio e não têm local adequado para deixar seus filhos quando saem para trabalhar;
- escolas de arte e artesanato onde o saber carnavalesco (confecção de alegorias, de instrumentos, fantasias, ade-

reços, o domínio dos instrumentos de percussão da bateria e até iniciação musical) possa ser repassado às crianças e jovens, formando assim um celeiro de sambistas que garantiria o futuro das próprias agremiações e do Carnaval como um todo.

Os novos líderes do samba justificam essas solicitações afirmando que esta seria uma maneira de devolver, apenas em parte, a grande soma de recursos e trabalho que os sambistas dispõem anualmente, de maneira desinteressada, criando o grande *show* carnavalesco. O espetáculo do samba é capitalizado politicamente pelas autoridades, trazendo lucros ao governo, aos meios de comunicação de massa e ao setor comercial, e somente o sambista humilde nada recebe em troca, além da glória de ser por alguns minutos o artista do *show* e ver sua criação lúdico-artística reconhecida pela sociedade mais ampla.

Essa nova postura, entretanto, só está explicitada de forma individual, por alguns líderes mais conscientes. As disputas internas nos meios sambistas parecem estar impedindo uma conscientização e organização das entidades carnavalescas, visando ao exercício de uma pressão conjunta perante os órgãos governamentais, no intuito de obter esses benefícios para o cidadão do samba.

Repensando esse longo processo de crescimento e transformação dos grupamentos carnavalescos negros na cidade de São Paulo, verificamos que eles foram construindo sua identidade sócio-cultural:

- em oposição aos demais folguedos carnavalescos brancos de camadas sociais mais elevadas;
- em oposição às autoridades constituídas que ora os aceitavam oficiosamente e ora os reprimiam; e
- em comparação com o modelo carioca,

socialmente melhor aceito e culturalmente mais elaborado.

Percebemos que, na década de 60, as agremiações carnavalescas negras abandonam as atitudes individuais de obtenção dos favores da autoridade para, em grupo, tentarem obter do Estado o reconhecimento oficial de sua existência como grupamentos carnavalescos que tinham direito a um local definido para o desfile e uma ajuda financeira para a realização do mesmo.

Passam então a dialogar, como Federação, com a prefeitura, valendo-se mesmo de padrinhos brancos influentes que podiam auxiliá-los nesse diálogo. Mas ao serem reconhecidos oficialmente, são também transformados em Carnaval-espetáculo, a ser consumido via meios de comunicação, perdendo muito de sua autonomia, tanto no que se refere à delimitação de local e de tempo para os desfiles, quanto ao próprio conteúdo do espetáculo, que tem que se adequar ao gosto da sociedade branca ocidental burguesa. O padrão carioca, já testado com sucesso, é imposto pelas autoridades e a entrada no desfile, na década de 70, de novas escolas dirigidas por elementos brancos, acentua o caráter de espetáculo hollywoodiano, em detrimento das raízes populares afro-brasileiras.

A dependência das verbas municipais para montagem do desfile lhes tolhe a autonomia, mantendo-as atadas ao beneplácito governamental, embora, a partir da Federação e depois União, esse diálogo já venha sendo feito de maneira um pouco mais equilibrada.

A detecção de uma nova consciência entre os jovens líderes sambistas, que reconhecem o valor do papel que tais agremiações possuem na organização do lazer da população pobre e de cor da cidade de São Paulo, abre perspectivas para a criação de uma outra identidade, mais combativa, que poderá levá-los a conquistas sócio-culturais mais significativas. É o que esperamos. □

NOTAS

1. Para maior detalhamento do tema "caiapós", consultar: Olga R. de Moraes von Simson, "A Burguesia se diverte no reinado de Momo: sessenta anos de evolução do carnaval na cidade de São Paulo (1850/1915)", dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH da USP, 1984, 275p., ilustr. (mimeo), p. 172 a 180.
2. Jorge Americano, "São Paulo naquele tempo (1895-1915)", São Paulo, Ed. Saraiva, p. 259 e 260.
3. *São Paulo, Festa & Canção*, São Paulo, Spala Ed., 1982, 212p., ilustr., p. 37 e 38.
4. Para maiores esclarecimentos sobre os mecanismos utilizados pelo poder público no controle do Carnaval, consultar: Olga R. de Moraes von Simson, "Os poderes públicos e a Imprensa na transformação do carnaval paulistano do século XIX", in: *Cadernos CERU*, n.º 1, 2.ª série, maio 1985.
5. Depoimento (1) – p. 3 e depoimento (2) – p. 33, de Seu Zezinho do Morro da Casa Verde, Arq. Carnaval CERU.
6. Depoimento (3) – p. 29 e 30 e depoimento (4) – p. 19, de Seu Zezinho do Morro da Casa Verde, Arq. Carnaval CERU.
7. Depoimento (4) – p. 19, de Seu Zezinho do Morro da Casa Verde, Arq. Carnaval CERU.
8. Depoimento (1) – p. 14, de Seu Zezinho do Morro da Casa Verde, Arq. Carnaval CERU.
9. Depoimento (2) – p. 33, de Seu Zezinho do Morro da Casa Verde e Toniquinho, Arq. Carnaval CERU.
10. Depoimento (1) – p. 16, de Seu Zezinho do Morro da Casa Verde, Arq. Carnaval CERU. As palavras grifadas indicam aumento de entonação na voz do entrevistado, que assim tenta frisar estes aspectos do relato.
11. Depoimento (1) – p. 16, de Seu Zezinho do Morro da Casa Verde, Arq. Carnaval CERU.
12. Depoimento (2) – p. 33, de Seu Zezinho do Morro da Casa Verde e Toniquinho, Arq. Carnaval CERU.
13. Anteriormente os operários trabalhavam até as 17 horas no sábado. Com a introdução da semana inglesa o trabalho no sábado passou a se encerrar às 11 horas, aumentando de mais uma tarde o descanso semanal da população operária.
14. Tiririca ou pernada é uma forma rudimentar do jogo da capoeira, com muito poucas regras: "É um jogo em que se dá pontapé pra tudo quanto é canto, pega por trás, ameaça, faz de conta que vai dar um calcanhar no pescoço do outro (...) é um jogo sujo e isso é muito mais fácil pra turma fazê." (Segundo Seu Nenê de Vila Matilde, em depoimento concedido à equipe do CERU no Museu da Imagem e do Som, em maio de 1981.)
15. Apelido que Alberto Alves da Silva teve na mocidade, devido ao fato de participar de conjuntos musicais amadores e profissionais como exímio pandeirista. Mais tarde, com a criação da escola, foi substituído pelo conhecido Nenê de Vila Matilde.
16. Breque: parada repentina e inesperada, executada quando a percussão está no seu ponto mais animado, permitindo floreios rítmicos e coreográficos que empolgam a assistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRITO, Ieda Marques. *Samba na cidade de São Paulo (1900-1930) – um exercício de resistência cultural*, FFLCH/USP, 1986, 114p. (Antropologia, 14).
- MORAES, Wilson Rodrigues de, "Escolas de Samba de São Paulo – síntese de uma pesquisa", in: *Cultura*, Brasília, ano 1, n.º 26, jul./set. 1977, p. 30-44.
- MUNIZ JR., J., *Do Batuque à Escola de Samba* (subsídios para a história do samba), São Paulo, Ed. Símbolo, 1976, 207p., ilustr.
- PINHO, Diva B., "Escola de Samba: Associação Cultural e Empresa", Instituto de Pesquisas Econômicas, FEA/USP, 1.º Seminário, São Paulo, agosto 1986, 67p.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura, "Escolas de Samba do Rio de Janeiro ou a Domesticação da Massa Urbana", in: *Cadernos CERU*, n.º 1, série II, maio 1985, p. 7.

SIMSON, Olga R. de Moraes von, "Espaço urbano e folgado carnavalesco no Brasil: uma visão ao longo do tempo", in: *Cadernos CERU*, n.º 15, série I, agosto 1981, p. 297.

_____, "O carnaval e o desenvolvimento urbano de Guaratinguetá na 2.ª metade do século XIX", in: *Cadernos CERU*, n.º 11, série I, 1978, p. 19.

_____, "Transformações culturais, criatividade popular e comunicação de massa: o carnaval brasileiro ao longo do tempo", in: *Cadernos CERU*, n.º 14, série I, dez. 1981, p. 43.

SUMMARY

Paulistan blacks as Carnival revellers and their long trajectory in pursuit of citizenship

This paper tries to trace the socio-historical evolution of carnival celebrations among the São Paulo population of African origin. It focuses mainly on the relations between carnival revellers, public institutions and government authorities.

From the nineteenth century with the "Caiaipós", an Afro dance which used to open colonial processions, to the contemporary phase of the samba-schools, this long trajectory has had two distinct periods:

I - A period of public acceptance of the Afro festivities (from 1890 to 1968);

II - A period of official acknowledge of the Afro celebrations (from 1968 to date).

The relations between carnival revellers and the authorities has always been a dialectic one. Short periods of acceptance of the festivities and mutual vows of friendship phases of police repression followed by a submissive or rebellious response of the black revellers alternated from time to time.

A third period seems to be emerging now. This is reflected in a new approach taken by carnival leaders towards the government authorities, claiming the allocation of regular financial aid to their carnival organizations. This regular financial aid should not be limited to the annual grant given for the main parade.

Apparently, therefore, a new and more aggressive socio-cultural identity seems to be on the rise which may lead these carnival groups to major achievement.

RÉSUMÉ

Les noirs de São Paulo en tant qu'amateurs du Carnaval et leur longue évolution à la recherche de la citoyenneté

Ce texte cherche à établir un aperçu de l'évolution historique et sociologique des réjouissances carnavalesques organisées par la population d'origine africaine de la ville de São Paulo, soulignant les rapports des amateurs du Carnaval avec les institutions publiques et les autorités constituées.

Le point de départ est le XIX^{ème} siècle, avec les "caiaipós", danse des Noirs qui ouvrait les processions coloniales, pour arriver à la phase actuelle des écoles de samba. Ce long parcours a compris deux phases distinctes:

I - Phase d'acceptation habituelle des réjouissances d'origine africaine (de 1890 à 1968);

II - Phase de reconnaissance officielle des réjouissances d'origine africaine (de 1968 à nos jours).

Les rapports entre les amateurs du Carnaval et les autorités constituées se sont établis de façon

dialectique, alternant, le long des années, des périodes d'acceptation temporaire des réjouissances et d'hommages réciproques et des périodes de répression policière suivies d'attitudes tantôt de soumission, tantôt de révolte de la part des amateurs du Carnaval d'origine africaine.

Des indices d'une troisième phase ont pu être détectés. Cette troisième phase en serait à ses débuts à l'heure actuelle et serait caractérisée par une nouvelle attitude adoptée par les dirigeants carnavalesques vis-à-vis des autorités constituées, exigeant une aide plus constante aux entités carnavalesques. Elle ne se restreindrait plus aux aides destinées au montage du spectacle des défilés. Cela nous permet de dire que peut-être assistons-nous à la constitution d'une identité socio-culturelle plus combative, qui pourrait mener les entités carnavalesques à des conquêtes socio-culturelles plus significatives.

O NEGRO NAS VÉSPERAS DO CENTENÁRIO

Carlos A. Hasenbalg*

Comunicação apresentada no Grupo de Trabalho "Temas e Problemas da População Negra no Brasil" durante o 10.º Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Campos de Jordão,
21 a 24 de outubro de 1986.

Gostaria de começar este trabalho valendo-me de duas citações: "Um ônibus urbano é parado por policiais para uma checagem rotineira de documentos; mas as únicas pessoas requisitadas a mostrar suas identificações são cinco jovens negros. Uma bonita secretária mulata tenta entrar num restaurante caro, mas é barrada na porta com a alegação de que todas as mesas estão tomadas. Os residentes do exclusivo bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro, reclamam quando uma nova linha de ônibus traz negros pobres para compartilharem de suas praias. Chovem protestos quando um homem branco se apaixona por uma mulher negra – e a beija – numa novela de televisão". "A questão racial é um dado da realidade e precisa ser enfrentada. A melhor maneira de fazê-lo ninguém sabe direito. Esta é uma daquelas guerras cujos caminhos de saída são encontrados no desenrolar de cada batalha. Uma prova de que, no Brasil, este problema exige atenção pode ser verificada até num detalhe cotidiano. Nos restaurantes mais caros da África do Sul, todos os fregueses são brancos e os empregados são pretos. Nos restaurantes mais sofisticados do Brasil, todos os frequentadores são brancos e os empregados também."

As citações não foram escolhidas por acaso. A primeira delas abre uma matéria sobre a situação do racismo no Brasil, publicada na revista *Senhor* (20/05/86, transcrita do jornal inglês *The Economist*) e a segunda fecha uma reportagem da revista *Veja* (28/05/86) sobre a eleição da primeira Miss Brasil negra.

Estas mesmas citações insinuam alguns pontos. Em primeiro lugar, o destaque para o papel desempenhado pela imprensa como um dos poucos âmbitos públicos em que, mesmo esporadicamente, o problema do racismo e a questão racial são tratados de maneira realista e não ambígua.

Segundo, a reportagem do *The Economist* alerta para o fato de que aos estrangeiros que visitam ou permanecem algum tempo no

* Sociólogo. Vice-diretor do CEAA. Professor do IUPERJ.

Brasil não passa despercebida a contradição existente entre a imagem que o Brasil transmite para o exterior em termos de relações entre grupos raciais e a efetiva situação sócio-econômica e o tratamento recebido pela população negra brasileira.

O terceiro ponto diz respeito à pouca legitimidade das demandas do negro e à baixa visibilidade da questão racial e do próprio negro na estrutura da sociedade brasileira e seus centros de decisão. Dois acontecimentos do passado recente permitem ilustrar este ponto.

No dia 13 de maio de 1984, o Ministério da Justiça criou uma comissão que deveria editar em 1988 cinco livros sobre o centenário da Abolição. A comissão, presidida pelo príncipe dom Pedro Gastão de Orleans e Bragança foi composta por dez pessoas, todas brancas. A propósito deste caso, o *New York Times* (30/11/84) comentou ironicamente: "Houve certamente acusações de racismo pela não inclusão de um negro, o que estimulou o secretário da comissão, Hamilton de Mattos Monteiro, a procurar por um negro com doutorado em História e especialização em escravidão no Brasil - qualificações que não são possuídas pelos outros membros da comissão."

O outro acontecimento significativo tem a ver com o processo de gestação da Comissão Provisória de Estudos Constituintes. A partir de uma reunião tida com lideranças negras em Uberlândia, no segundo semestre de 1984, o falecido presidente Tancredo Neves cogitou do nome de três pessoas negras para integrar a comissão. Quando a lista de componentes da comissão foi inicialmente anunciada em 1985, ela não contemplava os três nomes sugeridos por Tancredo Neves. Houve imediatamente protestos de associações e grupos negros que levaram à inclusão do professor Helio Santos como o único componente negro da comissão. Mesmo que a Comissão Arinos não tenha sido criada

com o intuito de formar um corte representativo da sociedade brasileira, a presença nela de apenas um negro é indicativa da medida em que os 44% de população preta e parda do País estão excluídos dos setores sociais de onde os membros da comissão foram recrutados.¹

Como outros países das Américas que passaram pela experiência da escravidão, o Brasil teve que lidar depois da abolição com o "problema" posto pelos ex-escravos e descendentes de africanos. A solução adotada pela nação para este "problema" fornece a chave para o entendimento das relações raciais no Brasil republicano. Esta solução não implicou um sistema de segregação racial semelhante ao dos Estados Unidos, mas o *branqueamento* e a integração simbólica dos brasileiros não-brancos através da idéia de *democracia racial*.

No pensamento de muitos intelectuais e políticos dos anos finais do Império e primeiras décadas republicanas, a solução harmoniosa para o problema racial do país envolvia a desapareição gradual dos negros pela via de sua absorção na população branca. As suposições racistas subjacentes a esta solução eram a superioridade branca e o predomínio dos genes brancos, o que levaria à eventual eliminação dos não-brancos. A posterior erosão da legitimidade intelectual do ideal de embranquecimento não evitou que esse ideal criasse raízes fundas no grupo cuja desapareição era esperada, levando tendencialmente o próprio negro a sua autonegação.

Abusando do que alguém chamou de vício comparativo (no caso, comparações com os Estados Unidos), outros setores da elite brasileira foram amadurecendo o que é tido como o mito da democracia racial. A noção de democracia racial é uma poderosa construção ideológica, cujo principal efeito tem sido o de manter as diferenças interraciais fora da arena política, criando severos limites às demandas do negro por igualdade

racial. Dois resultados práticos da aceitação monolítica pelo grupo branco da mitologia racial brasileira são dignos de atenção. Primeiro, uma vez que a idéia de democracia racial e seus corolários — ausência de preconceito e discriminação racial — são aceitos, manifestações de preconceito contra os negros são atribuídas a diferenças de classe mais do que de raça. Conseqüentemente, as desigualdades entre brancos e negros não são percebidas como relacionadas a considerações raciais, mas vistas como resultado de fatores de classe. Segundo, a ideologia racial produz um senso de alívio entre os brancos, que podem se ver como eximidos de qualquer responsabilidade pelos problemas sociais dos negros e mestiços. Isto último redundava no que Florestan Fernandes descreveu como isolamento político do negro.

Quais são os resultados de quase cem anos de práticas de democracia racial?

Podem ser consideradas algumas dimensões distributivas da sociedade brasileira, começando com o acesso à educação formal. O acesso à educação é fundamental para os não-brancos (pretos e pardos) porque é praticamente o único caminho aberto para a obtenção de posições sociais mais elevadas (apesar de que os retornos dos investimentos em educação são menores para os não-brancos do que para os brancos). Apesar da educação pública gratuita e obrigatória estender-se até a oitava série do primeiro grau, em 1976 a média de anos de instrução era de 4,5 para brancos e 2,9 para não-brancos. Segundo o Censo Demográfico de 1980, a proporção de pessoas com menos de um ano de instrução era de 25% para os brancos e 48% para os não-brancos. No outro extremo da hierarquia educacional, também em 1980, o grupo branco tinha 2,5 mais oportunidades do que o grupo não-branco completar entre 9 e 11 anos de estudo e seis vezes mais chances de obter 12 ou mais anos de escolaridade.

A participação dos dois grupos raciais na estrutura ocupacional também indica acentuadas desigualdades raciais. Em 1980, 24,8% de brancos economicamente ativos e 9,5% de não-brancos estavam empregados em ocupações não-manuais. A isto soma-se a concentração desproporcional de não-brancos nos setores que absorvem mão-de-obra pouco qualificada e mal-remunerada. Assim, 49,9% de não-brancos e só 32,2% de brancos encontravam-se empregados na agropecuária e no setor de prestação de serviços.

Por sua vez, as desigualdades raciais na educação e nas oportunidades de emprego têm fortes efeitos sobre a distribuição de renda. Em 1976 os homens brancos na força de trabalho tinham uma renda média mensal de Cr\$ 40.716, ligeiramente superior a duas vezes a dos homens não-brancos, cuja média era de Cr\$ 19.368. Estimativas derivadas do Censo de 1980 indicam que as pessoas brancas com algum rendimento recebiam uma média de 3,7 salários-mínimos, enquanto a média dos não-brancos era de 1,8 salário-mínimo.

Tem sido argumentado que a posição inferior dos negros no Brasil contemporâneo se deve aos diferentes pontos de partida de brancos e negros no momento da abolição da escravidão. Porém, o poder explicativo da escravidão como causa da subordinação social de negros e mestiços decresce ao longo do tempo. A assertiva de que as desigualdades raciais contemporâneas estão ligadas residualmente ao legado da escravidão se deve à continuada operação de princípios racistas de seleção social. Estudos recentes de mobilidade social de brancos e não-brancos indicam claramente que os dois grupos enfrentam diferentes estruturas de oportunidades sociais.²

Práticas discriminatórias e a violência simbólica inerente a uma cultura racista têm limitado as oportunidades educacionais disponíveis para os não-brancos muito mais do

que para os brancos da mesma origem social. Por sua vez, as realizações educacionais dos não-brancos são traduzidas em ganhos ocupacionais e de renda proporcionalmente menores que os dos brancos. Dada esta situação, pode-se concluir que não será através do processo de mobilidade social individual que o Brasil irá se aproximar de uma situação de maior igualdade entre grupos raciais.

A persistência das desigualdades raciais, associada à independência dos países africanos de língua portuguesa e ao projeto de abertura política formulado a partir das eleições de 1974, criaram as condições para a reativação de movimentos negros de cunho político e ideológico. Ao longo dos últimos dez anos esses movimentos foram elaborando uma agenda de demandas, denúncias e reivindicações. Os pontos principais dessa agenda são os que se seguem:

Racismo

- Contra a discriminação racial e a marginalização do negro (aponta-se frequentemente para o fato do negro constituir maioria nos presídios e hospícios e entre analfabetos, desempregados, subempregados, favelados e menores abandonados).
- Por uma presença significativa do negro nas áreas importantes de decisão do País.
- Pela reformulação da Lei Afonso Arinos ou a criação de nova legislação de proteção à comunidade negra, apontando como crime os casos de discriminação racial e estabelecendo indenização por perdas e danos aos discriminados.
- Contra a violência e repressão policial nos locais populares de moradia e lazer, que atingem principalmente o cidadão negro (a violência policial é vista como forma de impor uma submissão psicológica através do medo; tendo em vista a lei da vadiagem, é feita uma analogia entre a carteira de trabalho assinada e a "lei do

passo" na África do Sul: os negros são proibidos de estarem desempregados e simultaneamente forçados a situações de desemprego).

Cultura negra

- Pela valorização da cultura negra e o combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção (a produção cultural do negro é vista num duplo sentido: a) como instrumento de resistência cultural; e b) como suscetível de cooptação através da comercialização imposta pelas indústrias cultural e turística e pela utilização dos bens culturais da população negra para alimentar a imagem da democracia racial).
- Pela liberdade de expressão e prática das religiões afro-brasileiras e defesa dos centros de resistência cultural.
- Garantir a participação nos meios de comunicação estatais ou sob influência do Estado, para a comunidade negra veicular seus valores culturais e humanos, sua auto-imagem, de forma a compensar as distorções de que é vítima nos meios de comunicação privados.
- Preservação e eventual tombamento dos sítios e monumentos históricos negros.
- Oficialização do 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra no calendário cívico brasileiro.

Educação

- Contra a discriminação racial e a veiculação de idéias racistas nas escolas.
- Por melhores condições de acesso ao ensino à comunidade negra.
- Reformulação dos currículos escolares visando à valorização do papel do negro na História do Brasil e a introdução de matérias como História da África e línguas africanas.

- Pela participação dos negros na elaboração dos currículos em todos os níveis e órgãos escolares.
- Contra uma educação que leva o negro que ascende socialmente a negar seus valores étnicos e culturais e pela adequação entre os valores transmitidos pelo ensino e os vividos pela comunidade.

Trabalho

As reivindicações relativas ao mercado de trabalho partem das constatações de que: a) os negros se concentram nos trabalhos mais desvalorizados, que não exigem especialização; b) a mulher negra está ligada a ocupações associadas a atividades domésticas e a ocupações gradativamente abandonadas por homens e mulheres brancos; e c) que o negro ganha menos que o branco em todas as categorias ocupacionais.

- Por mais e melhores empregos para os negros.
- Contra o desemprego.
- Contra a divisão racial do trabalho.
- Contra a perseguição racial e o racismo na seleção de pessoal para as empresas.
- Pela eliminação do requisito "boa aparência" para a admissão em empregos.
- Reconhecimento da profissão e garantia das leis trabalhistas para as empregadas domésticas.
- Que os negros e brancos recebam salários iguais nas mesmas ocupações.

Mulher negra

- Contra a exploração sexual, social e econômica da mulher negra.
- Pela valorização do papel da mulher negra na sociedade e na História do Brasil.
- Por maior amparo e orientação à mãe solteira.

Política internacional

- Pelo rompimento de relações diplomáticas com a África do Sul.
- Pelo reconhecimento do ANC como legítimo representante do povo sul-africano.
- Possibilitar à comunidade negra um maior intercâmbio técnico e cultural com a África e a América Latina.
- Contra o oportunismo do governo brasileiro nas afirmações de identidade com os países africanos para a obtenção de vantagens nas relações comerciais.

Outras reivindicações

- Contra a discriminação racial nas prisões e as condições subumanas de vida dos presidiários; contra as torturas e a exploração do trabalho do presidiário.
- Contra a violência ao menor abandonado e por melhores condições de recolhimento.
- Contra a inclusão de questões específicas do povo negro nos programas dos partidos políticos, sem nenhuma consulta aos movimentos negros organizados.³

À primeira vista, a impressão que se tem é de que essa pauta de demandas e reivindicações transita quase que exclusivamente no circuito reduzido de militantes do movimento negro. Os obstáculos a uma divulgação maior dessas demandas são de caráter basicamente ideológico: a incorporação global desses temas no espaço do debate público redundaria no desmantelamento dos pressupostos da "democracia racial" e a consequente ameaça ao valor sacralizado de integração e unidade nacional. Nesse sentido, a idéia de que o movimento negro apenas se interpela a si mesmo deve ser relativizada lembrando que esse movimento fala para uma sociedade que é surda.

Não obstante isso, alguns temas afloram

circunstancialmente. É o caso dos partidos políticos de oposição, que a partir de 1978 têm incorporado nos seus programas algum ponto sobre o negro e a discriminação racial, bem como a aproximação aos movimentos negros por parte de partidos e candidatos em períodos de campanha eleitoral. Além disso, a partir das eleições diretas para governadores, passando pela instauração da Nova República, alguns espaços políticos foram conquistados ou concedidos: a criação de uma assessoria para assuntos culturais afro-brasileiros no Ministério da Cultura e do Memorial Zumbi, vinculado à Fundação Pró-Memória, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra estabelecido pelo governo Montoro em São Paulo, a nomeação de alguns secretários de Estado negros no Rio de Janeiro e Espírito Santo e tímidos ensaios de algumas secretarias municipais de Educação para implementar o projeto Zumbi dos Palmares. Contudo, a nomeação de uns poucos negros para posições secundárias de poder não parece ser um fator determinante de mudança nas relações de dominação racial. Neste sentido, os resultados da tradicional comparação podem ser invertidos: no que se refere à participação do negro na estrutura formal de poder, o Brasil está algumas décadas atrasado com relação aos Estados Unidos.

Se os resultados do jogo de pressões de

baixo para cima têm sido magros, a veiculação de cima para baixo das demandas contra o racismo tem encontrado sérios obstáculos. Independentemente de avaliações sobre a eficiência organizativa dos movimentos negros, há que considerar, em primeiro lugar, que a população negra das camadas populares também tem sido socializada em boa medida nas idealizações da "democracia racial". Além disso, a própria palavra negro, que qualifica os movimentos, ainda não foi expurgada de suas conotações negativas e eventualmente ofensivas na sua aceção popular. Em segundo lugar, deve ser levada em conta a dificuldade de trabalhar em contextos sociais onde está presente uma população racialmente heterogênea. A ausência de verdadeiros guetos raciais problematiza a transmissão de apelos dirigidos exclusivamente ao grupo negro. Finalmente, pouco se sabe sobre como se pensam a si mesmas as pessoas negras ou não-brancas das camadas populares, mas é plausível pensar que elas se valham de identidades sociais alternativas (pobres, favelados, paraibás, nordestinos etc.) e eventualmente mais atraentes que a de negro. □

O autor agradece a Denise Ferreira da Silva pela organização do material relativo às reivindicações dos movimentos negros e a Caetana Damasceno e Carlos Alberto Medeiros pelas valiosas sugestões e comentários.

NOTAS

1. É de conhecimento público a presença numérica majoritária na Comissão de juristas, profissionais e especialistas de outras áreas e empresários.
2. Ver Nelson do Valle Silva, "Cor e o Processo de Realização Sócio-Econômica", *Dados*, vol. 24, n.º 2, 1981; Carlos A. Hasenbalg, "Race and Socioeconomic Inequalities in Brazil", in Pierre-Michel Fontaine (ed.), *Race, Class and Power in Brazil*, Los Angeles, Center for Afro-American Studies, University of California - Los Angeles, 1985, cap. 3; e Lúcia Elena G. de Oliveira et alii, *O Lugar do Negro na Força de Trabalho*, Rio de Janeiro, IBGE, 1983.
3. Os pontos dessa agenda de demandas foram extraídos de: Paulo Roberto dos Santos, *Instituições Afro-Brasileiras*, Rio de Janeiro, CFAA, mimeo, 1983, p. 91-130; e do documento conclusivo do Encontro Nacional do Negro, em Uberaba, realizado em 23 e 24/11/84: "O negro e a sucessão presidencial".

SUMMARY

Blacks on the eve of the centennial

The article highlights Brazilian racial issues at this time when we are about to celebrate the 100th anniversary of the emancipation. Two facts are used as illustration: there are no blacks in the committee set up to publish five books on the centennial in 1988; and none of the three blacks considered for the Preliminary Study Group on the New Constitution were selected. These are examples of the little attention given to black demands, to racial issues and to blacks themselves by the Brazilian society and decision-makers.

Although ultimately rejected from a rational viewpoint, the ideal of "becoming white" did impact non-whites and has led to self-denial. The powerful ideological trend toward a racial democracy tends to deflate black claims for equality as it removes the issue of racial differences from the political arena. A further offshoot of this push toward racial democracy advocated by whites is that overt prejudice becomes more a matter of social rather than racial differences. It also removes any responsibility for the social problems of blacks of all shades from the white section of the population.

In practical terms, racial democracy seems to have barred access to and opportunity for social mobility to non-whites. Recent studies on the issue indicate that the social subordination of blacks and non-whites in general can no longer be explained only as a legacy from slavery days but must take into account the fact that the two groups are faced with different sets of social opportunities. The racial discrimination and symbolic violence typical of a racist culture underlying this "racial democracy" have set up constraints against equal educational opportunities, career development and

salary gains for non-whites. The conclusion is that blacks will not achieve racial equality in Brazil merely through individual black success stories.

From this approach to race relations in Brazil the article looks into the long list of claims drawn up over the past ten years by the political and ideologic black movements regrouped in the mid-seventies. The key obstacles against a widespread dissemination of such claims and demands are chiefly ideological — their insertion as a political issue would dismantle the "racial democracy" and threaten dreams of national integration and oneness. The idea that the black movement is a closed-in debating society is a misinterpretation — it does try to talk, but to deaf ears.

Their claims and struggle have touched some segments to a certain extent: a few opposition political parties have included black concerns and racial discrimination issues in their programs, some black movements have joined hands, and political room has either been gained or granted them. However, the appointment of a few blacks to second echelon positions in the power structure does not seem to be a determining factor in promoting changes in dominant race relations.

As to spreading awareness for their claims to lower income blacks, some problems can be detected: one, that section of the population has been brought up to hope for a "racial democracy"; and two, the absence of actual racial ghettos makes it difficult to direct such an appeal to how blacks or non-whites of lower income classes see themselves but apparently they seek alternative social identities more attractive than the black self-image.

RÉSUMÉ

Les noirs à la veille du centenaire

L'article a pour but de situer le problème racial du Brésil dans cette période qui précède la commémoration du centenaire de l'Abolition de l'Esclavage. Il part de deux faits récemment survenus: la non-inclusion d'un Noir dans la commission établie en vue de la publication, en 1988, de cinq livres sur le Centenaire de l'Abolition et le fait que trois personnes noires n'ont pas été invitées à participer à la Commission Intérimaire d'Études Constitutionnelles, alors que l'on avait envisagé de le faire avant. Il souligne quelques points qui illustrent la faible légitimité des revendications des Noirs ainsi que le manque de connaissance au sujet de la question raciale et des Noirs eux-mêmes au sein

de la société brésilienne et dans ses centres de décision.

L'idéal de devenir Blanc, malgré la perte ultérieure de légitimité intellectuelle, a influencé les non-Blancs, suscitant chez eux l'auto-négation. La démocratie raciale, une puissante création idéologique, aurait pour effet principal l'affaiblissement chez les Noirs, des revendications d'égalité dans la mesure où elle soustrait les différences raciales du plan du débat politique. En plus, l'acceptation de l'idéologie de la démocratie raciale par le groupe des Blancs résulterait dans l'attribution des manifestations de préjugé contre les Noirs aux manières de classe, pas à celles de race et dans l'absence

de tout sentiment de responsabilité, chez les Blancs, vis-à-vis des problèmes sociaux des Noirs et des Métis.

Dans la pratique, la démocratie raciale aurait entraîné des restrictions d'accès et de possibilités aux non-Blancs en ce qui concerne les équipements sociaux nécessaires à la mobilité sociale. Des études récentes à ce sujet révèlent que la soumission sociale des Noirs et des Métis ne s'explique plus seulement comme un héritage de l'esclavage. Elle serait également due au fait que les deux groupes ont à faire face à des structures distinctes de possibilités sociales. La discrimination raciale et la violence symbolique qui caractérisent la culture raciste sous-jacente à la "démocratie raciale" ont limité les possibilités d'éducation, l'emploi et le revenu des non-Blancs. Cela nous permet de conclure que ce ne sera pas la mobilité individuelle des Noirs qui va contribuer à une plus grande égalité raciale au Brésil.

Dans cette approche des rapports raciaux au Brésil actuel, l'articule analyse, en plus, l'ensemble des revendications présentées au cours des dix dernières années par les mouvements noirs à caractère politique et idéologique réorganisés au milieu des années 70. En ce qui concerne cet ensemble de demandes et de revendications, on constate que les obstacles à sa divulgation sont essentiellement d'ordre idéologique. En effet, son incorporation au débat politique entraînerait le démantèlement de la

"démocratie raciale" et la conséquente menace à la valeur sacralisée de l'intégration et de l'unité nationales. L'idée selon laquelle le mouvement noir ne fait que s'interpeller lui-même devrait avoir un caractère relatif, car il fait rappeler que ce mouvement s'adresse à une société sourde.

D'une certaine façon, ces demandes et revendications sensibiliseraient certains secteurs: on assiste à l'inclusion de quelques points sur les Noirs et sur la discrimination raciale aux programmes de quelques partis d'opposition, aux contacts avec ces mouvements noirs organisés et à la conquête ou à la concession de quelques espaces politiques à ces mouvements. Cependant, la nomination de quelques Noirs peu nombreux pour exercer des fonctions secondaires au sein du pouvoir ne semble pas être un facteur déterminant de changement dans les rapports de domination sociale.

Pour ce qui est de la divulgation de ces demandes parmi la population noire des couches populaires, il y a quelques obstacles à considérer. Premièrement, le fait que cette population a été socialisée dans l'idéal de la "démocratie raciale" et l'absence de vrais ghettos raciaux rend difficile la communication des appels dirigés seulement aux Noirs. Enfin, le manque de connaissance de la façon dont les personnes noires et non-blanches des couches populaires se présentent elles-mêmes permet qu'elles aient recours à des identités sociales alternatives et, éventuellement, plus attrayantes que celle de Noirs.

REPENSANDO O LUGAR DA MULHER NEGRA

*Lucia Elena Garcia de Oliveira,
Rosa Maria Porcaro e
Tereza Cristina Nascimento Araujo**

Comunicação apresentada no Grupo de Trabalho "Temas e Problemas da População Negra no Brasil" durante o 7.º Encontro Anual da ANPOCS — Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Águas de São Pedro,
outubro de 1983.

* Pesquisadoras do IBGE.

Estudos Afro-Asiáticos, n.º 13, 1987

Introdução

Podemos encontrar no pensamento social brasileiro autores preocupados com temáticas diversas, quais sejam, entre outras, a busca da identidade e as formas de organização social do negro, o modelo de sociedade multirracial brasileira e a articulação entre raça e classe, e que, no entanto, parecem compartilhar a atribuição de um lugar central à mulher bem como um modelo modernizador das relações raciais.¹

Autores voltados para as duas primeiras temáticas têm principalmente enfatizado o papel cultural da mulher negra na manutenção e reelaboração de sua cultura neo-africana ou "brasileira", por exemplo, Freyre e Bastide, entre outros. Os autores voltados para o estudo da articulação entre raça e classe apontam para este papel de suporte de negritude, mas se preocupam mais sistematicamente com a inserção da mulher negra na sociedade de classes, como "suporte de mobilidade social".

Freyre e Bastide, interessados nas temáticas mencionadas, atribuem à mulher negra tanto um papel africanizante — suporte de negritude — quanto um papel de mediadora entre as raças. Sobre o papel que desempenha a mulher negra nas nações multirraciais da América Latina, afirma Bastide: "Elas foram, elas são, as grandes mediadoras entre as raças, entre as classes, entre os nativos e os estrangeiros. Primeiramente entre as raças e sobre isto não insistiremos mais, porque é um fato frequentemente colocado e sobre o qual já nos pronunciamos quando falamos de miscigenação. Elas impediram a rigidez de um combate sem piedade entre brancos e negros, dando origem a um grupo de mestiços intermediário que tornou os contatos raciais menos atritados (. . .). Elas tornaram possível a integração positiva das pessoas de cor na sociedade global." (Bastide, 1974: 21.) O fundamental neste texto é a atribui-

ção à mulher negra de um papel mediador entre brancos e negros e a crença na possibilidade de integração na sociedade multirracia-

ção. Autor preocupado com os caminhos da "integração do negro na sociedade de classes", Florestan Fernandes enfatiza a especificidade da inserção da mulher negra nesta sociedade como sustentáculo da raça negra. Para Florestan Fernandes "o que há de essencial para a análise da posição do negro (homens e mulheres) na ordem econômica e social emergente, é que eles teriam sido excluídos como categoria social das tendências modernas da expansão do capitalismo em São Paulo". (Florestan Fernandes, 1966: 41.) Segundo ele, ter-se-ia processado uma enorme modificação no sistema econômico e social sem que se reordenassem as relações raciais, gerando-se assim uma situação de anomia em que o negro sofre o impacto da modernização: "As orientações urbanas do crescimento econômico e sócio-cultural da cidade não favoreciam, ao contrário, solapavam e impediam a persistência da parcela da herança cultural que poderia servir de fulcro para a reorganização integrada e autônoma dos padrões de existência do negro conforme uma configuração civilizatória rústica." (Florestan Fernandes, 1966: 55.) Este texto indica a concepção básica do autor — a passagem de um tipo de sociedade — de castas para a sociedade de classes através da urbanização e industrialização, onde o não ajustamento ou defasagem entre as ordens coloca certos grupos em estado de anomia. Vejamos textos que confirmam esta afirmação: "Não só as técnicas sociais e os valores morais do estilo pré-capitalista entraram em colapso quase instantâneo. (...) A repulsão representava uma exigência e, sobretudo, um desafio ao negro para que se despojasse da natureza humana que adquirira anteriormente e adotasse os atributos psicossociais e morais do 'chefe de família', 'trabalhador assalariado',

'empresário capitalista', 'do cidadão' etc." (Florestan Fernandes, 1966: 66.) A adoção destes papéis sociais e o abandono daqueles típicos da conduta desviante, como o de prostituta, malandro etc., é crucial para Florestan Fernandes na avaliação da integração do negro na sociedade de classes.

Neste período prevaleceria, segundo Florestan Fernandes, a família negra anômica que funcionaria precariamente, não proporcionando os meios de integração do negro na sociedade emergente. Caracteriza a família negra como "incompleta" e atribui à mulher negra um papel fundamental na reprodução da família e da raça, "na propagação e salvação de seu povo": "A mulher negra avulta, nesse período, (...) artífice da sobrevivência dos filhos e até dos maridos ou 'companheiros'. Sem a sua cooperação e suas possibilidades de ganho, fornecidas pelos empregos domésticos, boa parte da 'população de cor' teria sucumbido ou refluído para outras áreas. Heroína, muda e paciente, mais não podia fazer senão resguardar os frutos de suas entranhas: manter com vida aqueles a quem dera a vida! Desamparada, incompreendida e destrutada, travou quase sozinha a dura batalha pelo direito de ser mãe e pagou mais que os outros, verdadeiramente 'com sangue, suor e lágrimas', o preço pela desorganização da 'família negra'. Nos piores contratemplos, ela era o 'pão' e o 'espírito', consolava, fornecia o calor do carinho e a luz da esperança." (Florestan Fernandes, 1978: 211, 3.^a edição.)

Pensamos que estes autores vêm fornecendo o modelo a partir do qual tem sido pensada a questão da mulher negra. Resumindo, diríamos que este modelo propõe, além da imagem da mulher negra como mediadora entre raças e classes, uma imagem desta mulher como sustentáculo da família negra incompleta. Vários autores têm considerado esta uma característica fundamental da família negra nas sociedades multirraciais brasi-

leira e americana (Moynihan, 1965; Staples, 1973 e Meier e Rudwick, 1978). Esta idéia é reforçada ou se apóia, por um lado, no pressuposto de que nas classes mais pobres, e conseqüentemente nas famílias negras, é mais freqüente a proporção de relações consensuais e também de separações, ficando a mulher com o encargo de cuidar da família.² Por outro lado, veicula-se uma imagem de que as mulheres negras trabalham mais e ganham mais que os homens negros, uma vez que estes teriam maiores dificuldades de conseguir trabalho. Vários autores radicam esta problemática na escravidão e na divisão racial do trabalho: "A escravidão e a opressão estão tão estruturadas na base econômica de existência dos negros que os homens negros não encontrariam trabalhos, fazendo-se necessário para a mulher negra assumir a responsabilidade econômica da família." (Collier e Williams, 1982: 487.)

Diz Florestan Fernandes a respeito: "O negro foi despojado e destituído de tudo. (...) Nesses termos, constata-se diversos tipos de ajustamentos econômicos que vão do parasitismo ocasional ou sistemático sobre a 'companheira' à prestação de serviços remunerados fortuitos e ao trabalho assalariado permanente. (...) Acresce que essa falta de perspectiva, ligada aos elementos economicamente ativos e ajustados, engendrava conseqüências de natureza sociopática. Duas dessas conseqüências são bem conhecidas: o engajamento prematuro do menor ao trabalho remunerado que calhava; e a transformação da mulher em principal agente regular de trabalho e ganho. Ambas as coisas ocorreram continuamente no 'meio negro'. E nem sempre porque o marido ou amásio relutassem em trabalhar. As informações coligidas demonstram que as famílias 'negras' socorriam-se de um ou de ambos artifícios econômicos premidas pela necessidade." (Florestan Fernandes, 1978: 152, 156, 160.)

Mais recentemente vêm sendo incorporados a este modelo elementos da produção acadêmica sobre a categoria mulher.³ Entre os elementos incorporados destacamos a importância concedida à apreensão das diversas estratégias de sobrevivência familiar, entre as quais se destaca a estratégia de trabalho da mulher e do menor.

Neste trabalho pensamos colocar em questão esta imagem da mulher negra através de uma reflexão sobre a sua inserção na família negra e na força de trabalho.

A questão da chefia feminina

Estudos recentes têm apontado a crescente importância da mulher na reprodução da família e, mais especificamente, da "chefia feminina". A este respeito diz Carmem Barroso: "A chefia de famílias por mulheres está estritamente ligada à pobreza. Seja na América Latina, na África ou na Ásia, é nas camadas pobres que as mulheres estão se tornando cada vez mais o único arrimo econômico de suas famílias. Esse grupo de mulheres está, em geral, mal preparado para assumir tal responsabilidade. Rapidamente, as mulheres estão sendo chamadas a desempenhar um novo papel, de uma forma muitas vezes traumática. Paradoxalmente, é exatamente nas sociedades que até recentemente mantiveram a tradição de sistemas familiares estáveis chefiados por homens que a pobreza com o desenvolvimento propicia o surgimento e a expansão das famílias chefiadas por mulheres." (Barroso, 1978: 8.)

Este texto indica a relevância econômica da chefia feminina para a reprodução da família e indica, portanto, a pertinência de se pesquisar a inserção econômica das mulheres chefes. Nos interessa aqui pesquisar como esta "posição na família" (outras categorias de posição seriam as de mulheres cônjuges, mulheres filhas e mulheres parentes) carac-

teriza diferencialmente mulheres brancas e negras.

Ao analisarmos a composição da população economicamente ativa feminina segundo a posição que essas mulheres têm na família verificamos que ocorrem certas diferenças entre brancas e negras. A que chama mais nossa atenção é a elevada proporção de mulheres negras economicamente ativas que

são chefes (21,7%) comparativamente à proporção de brancas economicamente ativas nesta situação (15,2%). Entretanto, quando controlada pela variável rendimento familiar, esta diferença é praticamente anulada. Isto indicaria uma relação importante entre baixo nível de rendimento e chefia feminina, não sendo esta uma característica exclusiva da "família negra".

Tabela 1
Proporção de mulheres chefes no total da população economicamente ativa feminina

| Mulheres chefes | Total | Mais de 3 salários mínimos | |
|------------------|-------|----------------------------|----------------------------|
| | | Até 3 salários mínimos | Mais de 3 salários mínimos |
| Mulheres brancas | 15,2 | 28,2 | 9,7 |
| Mulheres negras | 21,7 | 30,5 | 9,2 |

Fonte: Dados preliminares do Censo Demográfico de 1980.

A taxa de atividade encontrada para as mulheres chefes negras é de 46,8% e de 41,6% para as mulheres chefes brancas, o que significa dizer que a proporção de chefes negras na força de trabalho é mais elevada que a de chefes brancas.

Isto ocorre tanto nas famílias cujos rendimentos não excedem três salários mínimos como naquelas em que os rendimentos familiares ultrapassam este limite.

Podemos constatar a importância relativamente maior da chefia feminina na família negra do que na família branca através dos indicadores apontados anteriormente. Vários autores têm considerado esta uma característica fundamental da família negra nas sociedades multirraciais brasileira e americana.

Parece-nos importante submeter, ainda que a um teste preliminar, as várias idéias associadas à noção da especificidade da família negra no tocante à chefia feminina e que estariam resumidas em duas idéias básicas: a da participação da mulher negra no provimento do orçamento familiar

e a da "insuficiência econômica do homem negro" (cf. Collier e Williams, 1982).

Mulheres chefes na família negra e o orçamento familiar

Veremos, portanto, em primeiro lugar, qual a relação entre o número de homens negros e o de mulheres negras que são chefes, bem como a sua condição de atividade, e, em seguida, analisaremos a participação do rendimento da mulher chefe e da mulher cônjuge negras na composição do rendimento familiar.

O número de homens negros que têm a posição de chefe de família é quase cinco vezes maior que o número de mulheres nesta posição. Sendo que no caso dos homens e mulheres na força de trabalho, o número de homens negros chefes é oito vezes maior que o de mulheres negras chefes, como podemos observar na tabela 2.

Na tabela 3 podemos examinar a participação das mulheres negras chefes no provimento do orçamento familiar.

Estudos Afro-Asiáticos, n.º 13, 1987

Tabela 2
Total de chefes e total de chefes economicamente ativos por sexo

| Chefes negros por sexo | Total | |
|------------------------|-----------|-----------|
| | Total | Na PEA |
| Homens chefes negros | 7.499.792 | 6.777.931 |
| Mulheres chefes negras | 1.591.913 | 810.225 |

Fonte: PNAD-1976.

Tabela 3
Participação do rendimento das mulheres chefes no rendimento familiar*

| Participação no rendimento familiar | Total | | Com rendimento familiar até 3 salários mínimos | | Com rendimento familiar maior que 3 salários mínimos | |
|-------------------------------------|---------|--------|--|--------|--|--------|
| | Brancas | Negras | Brancas | Negras | Brancas | Negras |
| Até 20% | 4,8 | 6,0 | 3,3 | 4,2 | 6,7 | 14,5 |
| De 20 a 50% | 18,6 | 19,6 | 12,5 | 15,1 | 26,1 | 40,5 |
| De 50 a 80% | 14,9 | 12,2 | 11,6 | 11,2 | 18,8 | 16,6 |
| Mais de 80% | 61,7 | 62,2 | 72,6 | 69,5 | 48,4 | 28,4 |

* Estão incluídas apenas as mulheres chefes ocupadas.

Fonte: Dados preliminares do Censo Demográfico de 1980.

Assim, vemos qual a participação que as mulheres negras chefes têm na composição do rendimento familiar: 25,6% contribuem com um valor que varia até 50% do rendimento familiar e 62,2% delas contribuem com mais de 80% do rendimento familiar. Isto implica apontar de forma indireta qual a margem de contribuição que os demais membros da família têm no orçamento.

Nas famílias com rendimentos mais baixos, até três salários mínimos, verificamos que uma maior proporção de mulheres negras (69,5%) participa com mais de 80% do rendimento familiar; entretanto, ainda naquele mesmo grupo de famílias mais pobres, cerca de 20% das mulheres chefes negras têm que contar com a colaboração econômica de outras pessoas da família, como, por exemplo, com o trabalho dos filhos, pois os ga-

nhos dessas mulheres são no máximo equivalentes à metade do rendimento familiar. É importante chamar a atenção para a elevada proporção de mulheres negras chefes com rendimento familiar igual ou inferior a três salários mínimos (84,5%), ou seja, a grande maioria das mulheres negras que são chefes estão nas classes de rendimentos mais baixos.

Já no caso das famílias com rendimentos superiores a três salários mínimos, além da pequena proporção de mulheres negras que são chefes (15,5%), verificamos que apenas uma pequena parcela destas respondem com mais de 80% do total do rendimento familiar (tabela 4).

Ao compararmos a situação das mulheres brancas e negras que têm na família a posição de chefia quanto à sua participação no

Estudos Afro-Asiáticos, n.º 13, 1987

Tabela 4

Mulheres chefes segundo classes de rendimento

| Mulheres chefes | Total | | Até 3 salários mínimos | | Mais de 3 salários mínimos | |
|------------------|-----------|------|---------------------------|-------|-------------------------------|-------|
| | | | | | | |
| Mulheres brancas | 2.339.250 | 100% | 1.457.554 | 62,3% | 881.696 | 37,7% |
| Mulheres negras | 2.030.898 | 100% | 1.716.867 | 84,5% | 314.031 | 15,5% |

Fonte: Dados preliminares do Censo Demográfico de 1980.

orçamento familiar, detectamos que uma proporção mais elevada de mulheres chefes brancas pode contribuir com parcelas mais elevadas do rendimento familiar. Em trabalho anterior, constatamos na análise de sua situação ocupacional que as mulheres brancas têm rendimentos mais elevados que as mulheres negras, o que lhes possibilita assumir um papel mais importante no sustento da família.

As cônjuges na família negra

Ainda com o objetivo de discutir a idéia de que na maioria das famílias negras são as mulheres as responsáveis pelo sustento da família, vejamos o que ocorre com as mulheres negras que são consideradas cônjuges, segundo os levantamentos oficiais.

Até 1979, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, ao levantar informações referentes à família, considerava que as mulheres, mesmo que responsáveis pelo sustento da família, não poderiam ser consideradas como chefes quando fossem casadas (por uniões legais ou consensuais). O homem seria sempre o chefe da família, mesmo que não trabalhasse ou fosse inválido.

Além do conceito de chefe usado na PNAD privilegiar a presença masculina, temos ainda que levar em conta que muitas mulheres casadas que são de fato chefes da família não se autodefiniriam dessa forma por acharem que a chefia deve ser sempre

atribuída ao homem. Os dados da PNAD a partir de 1979 e do Censo Demográfico de 1980 indicam que a proporção de mulheres chefes não se elevou significativamente apesar da ampliação do conceito, permitindo que mulheres casadas pudessem ser consideradas "chefes" e seus maridos "cônjuges".

Poderíamos, então, pensar que dentre as mulheres que aparecem na posição de cônjuge, algumas são de fato as responsáveis pela reprodução da família. Nesse caso, o grupo de mulheres chefes somado àquele grupo nos permitiria esclarecer se as famílias negras são, de fato, em sua maioria sustentadas por mulheres.

Não sabemos qual a proporção de mulheres cônjuges nessa situação, mas o indicador sobre a sua participação no orçamento familiar pode nos fornecer alguma pistas.

Cerca de 8.400.000 mulheres negras têm a posição de cônjuge na família. Elas correspondem a 47% do total de mulheres negras de dez anos e mais. Dessas, apenas 1.627.568 (cerca de 20%) são economicamente ativas. Vejamos agora qual a contribuição dessas mulheres no rendimento familiar.

A maioria das mulheres negras cônjuges (89,6%) contribui com menos da metade do rendimento familiar, sendo que 35,3% delas contribuem, na verdade, com menos de 20% desse rendimento. Em contrapartida, apenas 1,7% das mulheres negras cônjuges participam com mais de 80% do rendimento familiar.

Estas proporções pouco se alteram quando analisamos separadamente as famílias

com rendimentos inferiores a três salários mínimos e as que têm rendimentos superiores a este nível.

Ora, se tomarmos o conjunto de mulheres negras chefes e cônjuges que são responsáveis por mais de 50% do rendimento familiar, teremos apenas 864.931 mulheres negras (697.081 mulheres negras chefes + 167.850 mulheres negras cônjuges), o equivalente a 33,9% do total de mulheres negras ocupadas que têm na família a posição de chefe ou de cônjuge.⁴

Podemos afirmar então que a sugestão da pesquisadora Carmem Barroso de diminuir a subenumeração de mulheres chefes, que seria justamente a de levar em conta a principal fonte de renda para a unidade familiar para definir a chefia, na verdade se colocada em prática faria diminuir ainda mais a proporção de mulheres chefes.⁵

Os indicadores sobre a participação do rendimento das mulheres negras no total do orçamento familiar nos levam, portanto, a rediscutir o papel da mulher negra e, conseqüentemente, o papel do homem negro na reprodução da família negra.

A análise desenvolvida indica a necessidade de rever a problemática da mulher negra chefe de família, apontando para a importância da rede de relações familiares na estratégia de sobrevivência da família negra, onde um elemento fundamental é a estratégia de trabalho desenvolvida por seus membros, entre eles a mulher negra.

A questão da "insuficiência econômica do homem negro"

Tendo refletido sobre a presença e a extensão da chefia feminina nas famílias negras, gostaríamos de refletir a seguir sobre uma questão associada à anterior, que seria a da "insuficiência econômica do homem negro".

Mencionamos anteriormente que um dos elementos da imagem da mulher negra como sustentáculo da família negra seria, como pudemos constatar em alguns textos citados, uma suposta inferioridade econômica do homem negro face à mulher negra. Nos propomos discutir aqui, com base em algumas informações do Censo de 1980, apenas este aspecto, embora reconheçamos que a construção daquela imagem envolva múltiplos elementos e aspectos.

Em trabalho anterior (Oliveira, Porcaro e Araújo, 1980), realizamos uma análise comparativa da inserção de brancos e negros na força de trabalho, bem como de seus padrões de mobilidade social, e constatamos a existência e reprodução de uma nítida desigualdade sócio-econômica entre brancos e negros. Apontamos ainda para os diferenciais entre homens negros e mulheres negras, indicando os efeitos de uma determinação não apenas racial mas também sexual da situação sócio-econômica daquelas mulheres.

A idéia de uma inferioridade econômica do homem negro face à mulher negra estaria, neste sentido, já relativizada. Retomando esta questão, faremos uma breve análise da inserção de homens e mulheres negros na força de trabalho em determinadas categorias sócio-ocupacionais, apresentando os diferenciais relativos à sua participação na PEA e aos níveis de rendimento alcançados.

Na análise da inserção do negro na força de trabalho, é da maior importância estudar algumas categorias ocupacionais que fazem parte do grupo de ocupações manuais, uma vez que 83,1% das mulheres negras e 92,4% dos homens negros ocupados têm ocupações manuais. Esta informação revela por si só que mais de 80% da força de trabalho negra tem uma inserção ocupacional que é caracterizada por baixos níveis de rendimento e escolaridade. Cabe mencionar aqui que a

participação dos homens negros na força de trabalho é três vezes superior a das mulheres negras.

Segundo os indicadores construídos a partir das informações preliminares do Censo Demográfico de 1980, verificamos que as

mulheres negras estão trabalhando principalmente em ocupações manuais rurais (agropecuária e extrativa vegetal) e em ocupações de prestação de serviços, seja na posição de empregadas, seja na posição de trabalhadoras autônomas e não remuneradas (tabela 5).

Tabela 5
Participação dos homens e mulheres negros ocupados na agropecuária e extrativa vegetal e na prestação de serviços

| Categorias sócio-ocupacionais | Mulheres negras | Homens negros |
|---|-----------------|---------------|
| Ocupações da agropecuária e extrativa vegetal | 20,5 | 43,6 |
| Empregados | 7,0 | 17,8 |
| Autônomos | 7,1 | 21,1 |
| Não-remunerados | 6,4 | 4,7 |
| Ocupações de prestação de serviços | 39,6 | 8,2 |
| Empregados | 34,3 | 7,6 |
| Autônomos | 5,2 | 0,6 |

Fonte: Dados preliminares do Censo Demográfico de 1980.

Enquanto 20,5% das mulheres negras estavam trabalhando em ocupações manuais da agropecuária e extrativa vegetal, esta proporção era de 43,6% para os homens negros. Estes indicadores de participação devem ser relativizados, pois embora seja muito eleva-

da a proporção de homens negros e também sejam essas as ocupações às quais correspondem os mais baixos níveis de rendimento, temos que examinar os diferenciais de rendimento encontrados entre homens e mulheres negros (tabela 6).

Tabela 6
Rendimento médio

| Categorias sócio-ocupacionais | Mulheres negras (Cr\$) | Homens negros (Cr\$) | Diferenciais de rendimento (M/H) |
|---|------------------------|----------------------|----------------------------------|
| Ocupações da agropecuária e extrativa vegetal | | | |
| Empregados | 2.346,9 | 3.431,0 | 68,4% |
| Autônomos | 2.071,6 | 4.505,4 | 46,0% |

Fonte: Dados preliminares do Censo Demográfico de 1980.

Se considerarmos que o salário-mínimo em maio de 1980 era de Cr\$ 4.149,60 e a partir de novembro Cr\$ 5.788,80, verifica-

mos que as mulheres negras tinham um rendimento em torno da metade do salário mínimo. As mulheres negras em relações de

trabalho assalariado tinham um salário em média equivalente a 68,4% do que ganhavam os homens negros. É, entretanto, para as mulheres negras com posição de autônomo que encontramos os mais baixos níveis de remuneração da força de trabalho, apresentando, inclusive, uma expressiva diferença em relação aos homens negros.

Esta situação desprivilegiada da mulher negra fica ainda mais agravada quando analisamos a força de trabalho urbana. Como apontamos na tabela 5, 39,6% das mulheres

negras possuíam ocupações no setor prestação de serviços. Estas ocupações englobam predominantemente as empregadas domésticas, como lavadeiras, passadeiras, cozinheiras etc., que são aquelas às quais correspondem os mais baixos níveis de remuneração na área urbana. A proporção de homens negros nessa categoria ocupacional é bem mais reduzida que a de mulheres negras, além do que as ocupações por eles desempenhadas são melhor remuneradas (vigias, serventes etc.) (tabela 7).

Tabela 7
Rendimento médio

| Categorias sócio-ocupacionais | Mulher negra (Cr\$) | Homem negro (Cr\$) | Diferenciais de rendimento (M/H) |
|------------------------------------|---------------------|--------------------|----------------------------------|
| Ocupações de prestação de serviços | | | |
| Empregados | 2.914,0 | 5.532,0 | 52,7% |
| Autônomos | 2.633,2 | 4.636,1 | 56,8% |

Fonte: Dados preliminares do Censo Demográfico de 1980.

Verificamos que os diferenciais de rendimento para essas ocupações são muito acentuados.

Apontamos o diferencial de rendimento tomado como um indicador sintético da situação sócio-econômica entre homens e mulheres negros nas categorias sócio-ocupacionais em que estão mais concentrados, isto é, nas categorias não manuais e mais especificamente naquelas relativas ao trabalho na agropecuária e na prestação de serviços.⁶ Entretanto, tal diferencial é encontrado em todas as categorias em que está inserida a força de trabalho negra, como podemos ver na tabela anexa.⁷ Podemos ainda acrescentar que homens e mulheres negros teriam, conforme informações da PNAD 1976, condi-

ções de trabalho (institucionalização destas relações etc.) bastante diferenciadas se levarmos em conta o indicador carteira assinada.

Homens e mulheres negros compartilham uma situação sócio-econômica adversa na sociedade brasileira, em que a raça permanece um princípio classificatório importante. Entretanto, a breve análise que fizemos de sua inserção na força de trabalho indica a existência de expressivos diferenciais entre homens e mulheres negros, o que nos leva a colocar em questão a imagem veiculada da mulher negra como sustentáculo da família negra em decorrência de vários fatores, entre eles, de uma suposta inferioridade econômica do homem negro.

NOTAS

1. O modelo modernizador das relações raciais, compartilhado por Freyre, Bastide e F. Fernandes implica postular uma determinada articulação entre raça e classe. Mais especificamente, esta postura consistiria em reconhecer a existência de uma nítida desigualdade social e econômica entre brancos e negros e prever que o pleno desenvolvimento da sociedade de classes de certa forma iria restringir ou eliminar a raça como princípio classificatório fundamental na sociedade brasileira. Trabalhos mais recentes como os de Hasenbalg, Valle e Silva, Gonzalez e Oliveira, Porcaro e Araújo Costa têm demonstrado a coexistência da articulação das desigualdades raciais com o desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira. Em o "Lugar do Negro na Força de Trabalho" procuramos apreender a reprodução da desigualdade racial e apontamos para a existência de uma divisão racial do trabalho, para a especificidade da articulação ente raça e classe na sociedade brasileira hoje e para a existência de vários mecanismos de reprodução das desigualdades raciais.

2. As estatísticas referentes a tipos de união não indicam diferenciais expressivos entre brancos e negros, como vemos na tabela abaixo:

| Estado conjugal | Chefes brancas | Chefes negras |
|------------------------|----------------|---------------|
| Solteiras | 21% | 25% |
| Viúvas | 53% | 51% |
| Separadas, divorciadas | 24% | 26% |

3. A questão da mulher se afirma como categoria de importância na década de 70, percorrendo um caminho inverso ao da categoria raça. Isto é, a emergência desta temática se verifica a partir de estudos sobre a crescente especificidade do desenvolvimento capitalista no Brasil, as diferentes formas de organização da produção e a incorporação nelas de determinados grupos sociais – a mulher entre outros. O crescente prestígio da categoria mulher como objeto de estudo no Brasil reflete também uma conjuntura internacional de que é reflexo a proclamação pela ONU do Ano Internacional da Mulher e a formulação do Plano Mundial de Ação aprovado pela Conferência Mundial. Este plano "pretende promover pesquisas destinadas a descobrir e reavaliar a colaboração da mulher no processo de desenvolvimento dos países". Assinala, ainda, "a urgência de se criar novos indicadores que sejam mais adequados para medir a real participação e presença femininas nestes processos". (Lenero, 1976: 5.) Este esforço de pesquisa é incentivado e assumido por organismos regionais como a Cepal – Comissão Econômica para a América Latina, cujo relatório sobre mulher na força de trabalho apresenta uma breve análise dos diversos marcos teóricos internacionais sobre a questão (Lattes e Wainerman: 1979.) Uma leitura da produção intelectual sobre a mulher na sociedade brasileira (a qual tem sido desenvolvida basicamente por mulheres) revela uma preocupação importante com a inserção da mulher na força de trabalho. Este tema tem sido objeto de uma intensa produção intelectual, como podemos constatar consultando, por exemplo, a resenha bibliográfica realizada por Maria Valéria Junho Pena (1980: 11-12) e os relatórios e vários trabalhos apresentados no seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina, organizado por Neuma Aguiar em 1978/IUPERJ, e nos últimos Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Em que pese as diferenças teóricas e metodológicas existentes entre os autores filiados a essa vertente, é possível perceber certas tendências gerais de pesquisa, entre as quais importaria destacar: 1) discussão dos conceitos de trabalho doméstico e trabalho produtivo e suas possíveis articulações; 2) escolha da família como unidade central de análise e avaliação das diferentes formas de trabalho exercidas pela mulher em decorrência de sua posição na família, do estágio particular do ciclo de vida familiar e da relação de complementariedade que guardam com o trabalho de outros membros; 3) preocupação com a articulação entre sexo e classe e ênfase sobre a participação econômica da mulher nas classes trabalhadoras, vista como parte integrante de sua estratégia de sobrevivência social.

4. O conjunto mencionado de mulheres negras chefes e cônjuges é o conjunto de mulheres ocupadas com esta inserção na família.

5. A sugestão de Carmem Barroso para a operacionalização do conceito de chefe de família não leva em conta a representação de "chefia de família" que as mulheres teriam (como o faziam até certo ponto as pesquisas oficiais até 1979). Adotando-se a sugestão de Barroso, o contingente de mulheres chefes diminuiria, uma vez que apenas 50% das mulheres negras chefes e 20% das mulheres negras cônjuges têm rendi-

mento de trabalho. Sobre a representação de chefia de um grupo de mulheres negras de baixa renda, consultar Pacheco e Araújo Costa (1983).

6. Encontramos em Oliveira, Porcaro e Araújo Costa (1980) o seguinte quadro sintético sobre a participação média da força de trabalho negra nas categorias sócio-ocupacionais:

| Categorias sócio-ocupacionais | Negros (%) |
|--|------------|
| Participação média na força de trabalho | 40,2 |
| Participação acima da média na força de trabalho | |
| Empregados na prestação de serviços | 50,8 |
| Empregados na agropecuária | 54,1 |
| Empregados na indústria da construção civil | 52,7 |
| Autônomos na agropecuária | 46,0 |

Uma vez que o nosso interesse estava na comparação entre homens e mulheres negros na força de trabalho, deixamos de lado categorias predominantemente masculinas, como a categoria referida a ocupações da construção civil.

7. Quadro dos diferenciais de rendimento das pessoas ocupadas – homens e mulheres negros – nas categorias sócio-ocupacionais.

| Categorias sócio-ocupacionais | Diferenciais de rendimento |
|--|---|
| | $\frac{\text{Mulheres negras}}{\text{Homens negros}}$ |
| Total | 57,5 |
| 1. Ocupações de nível superior, empresários e administradores | 85,8 |
| 2. Ocupações de nível médio e pessoal de escritório | 61,4 |
| 3. Empregados em ocupações da agropecuária e extrativa vegetal | 68,4 |
| 4. Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da agropecuária e extrativa vegetal | 29,5 |
| Trabalhadores autônomos em ocupações da agropecuária e extrativa vegetal | 46,0 |
| 5. Empregados em ocupações da indústria de transformação e extrativa mineral | 56,4 |
| 6. Empregados em ocupações da construção civil | 65,8 |
| 7. Empregados em ocupações do comércio | 72,0 |
| 8. Empregados em ocupações dos transportes | 63,5 |
| 9. Empregados em ocupações de prestação de serviços | 52,7 |
| 10. Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da indústria, do comércio, de prestação de serviços e dos transportes | |
| Trabalhadores autônomos em ocupações da indústria, comércio, prestação de serviços e transportes | 34,2 |
| Trabalhadores autônomos em ocupações de prestação de serviços | 34,6 |
| 11. Outros | 56,8 |
| | 53,8 |

Fonte: Resultados preliminares do Censo Demográfico de 1980. DEISO/IBGE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROSO, Carmem, "Sozinhas ou Mal acompanhadas - A situação da Mulher Chefe de Família", *Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina*, Rio de Janeiro, 1978.
- BASTIDE, Roger (ed.), *La Femme de Couleur en Amerique Latine*, Anthropos, 1974.
- COLLIER e WILLIAMS, "The Economic Status of the Black Male - a Myth Exploded", *Journal of Black Studies*, Sage Publications, vol. 12, n.º 4, jun. 1982.
- FERNANDES, Florestan, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, São Paulo, Ed. Ática, 1978.
- FREYRE, Gilberto, *Casa Grande & Senzala (Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal)*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 12.ª edição brasileira, 1963.
- _____, *Sobrados e Mucambos (Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano)*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 2 volumes, 6.ª edição, 1981.
- MOYNIHAN, D. P., *The Negro Family: The Case for National Action*, Washington, D. C., U.S. Department of Labor, Government Printing Office, 1965.
- OLIVEIRA, PORCARO e ARAÚJO COSTA, "O Lugar do Negro na Força de Trabalho", *Trabalho e Cultura no Brasil*, Rio de Janeiro, IBGE, 1981.
- RUDWICK e MEIER, *From Plantation to Ghetto*, Nova Iorque, Hill and Wagn, 1978.
- STAPLES, R. *The Black Woman in America*, Chicago, Nelson Hall, 1973.
- TEIXEIRA PACHECO, Moema De Poli, *Agüentando a Barra - uma reflexão sobre a família negra de baixa renda*, Rio de Janeiro, DEISO/IBGE, 1983.

SUMMARY

A new outlook on the role of black women

The article discusses the role of women in low-income black families. We have selected a few features of the black woman's profile in Brazilian society regarding her key role in providing for family support.

Two chief concepts are questioned here: that black families are mostly supported by black women (some scholars sustain that black families are incomplete and disorganized), and that black men have a relatively lower social and economic status than their female counterparts regarding job

opportunities. Supporting data for the study were collected from the 1980 census.

Black men and women share an adverse social and economic situation in Brazilian society where race is still a major determining factor. However, our brief analysis of their share of the labor force has indicated some major differences between the two sexes. And we question the widespread idea that black women are truly the mainstay of black families for a number of reasons, including the assumed lower income brackets of black men.

RÉSUMÉ

Une nouvelle approche du rôle de la femme noire

Le texte fait une réflexion sur la spécificité du rôle de la femme dans la reproduction de la famille noire à faible revenu. Nous avons choisi quelques éléments constitutifs de l'image de la femme noire au sein de la société brésilienne dans la mesure où ils concernent le caractère central de son rôle dans la stratégie de survie familiale.

Deux notions seraient capitales dans la formation de cette image: celle que les familles noires seraient, dans leur majorité, à la charge de femmes noires (quelques auteurs arrivent même à divulguer la notion selon laquelle les familles noires seraient incomplètes et désorganisées) et celle que la situation socio-économique de l'homme noir serait rela-

tivement moins privilégiée que celle de la femme noire pour ce qui est des possibilités d'insertion dans la population active. Sur la base de données du Recensement démographique de 1980, nous cherchons à discuter ces questions.

Hommes et femmes noirs partagent une situation économique adverse au sein de la société brésilienne, où la race demeure un élément important

de classement. Cependant, l'analyse succincte que nous avons faite de leur insertion dans la population active indique l'existence de différences considérables entre eux. Cela nous mène à mettre en cause l'image divulguée de la femme noire en tant que soutien de la famille noire, dû à plusieurs facteurs, parmi lesquels une présumée infériorité économique de l'homme noir.

A FAMÍLIA NEGRA: EXAME DE ALGUMAS QUESTÕES

Moema de Poli Teixeira Pacheco*

Os estudos sobre família negra foram bastante desenvolvidos nos Estados Unidos por diversos autores, como Frazier (1939), Davis e Havighurst (1946), Dai (1949), Moynihan (1965), Billingsley (1968), Hyman e Reed (1969), Mogey (1970), Hill (1972), Stack (1979) e Mc Queen (1979).

Tais estudos de maneira geral abordaram a questão da sua adaptação à sociedade, emergindo deles uma imagem de anomia que caracterizaria a família negra.

Mc Queen (1979) fala que poderíamos dividir os autores em duas correntes — os que defendem uma teoria de *adaptação patológica* da família negra e aqueles adeptos de uma linha *saudável*.

Partidários da “adaptação patológica” seriam Frazier (1939) e Moynihan (1965), para quem os negros, após a escravidão, não teriam podido se aculturar às normas dominantes de família nuclear da sociedade, o que teria gerado “uma fraqueza na estrutura familiar dos negros caracterizada por condições de desorganização social, tais como lares desfeitos, promiscuidade sexual, ilegitimidade, crime e delinqüência, dependência dos serviços de saúde pública e bem-estar social e deserção”. Moynihan teria inclusive extraído dados do censo norte-americano para demonstrar que as famílias negras, exceto as de classe média, eram “matriarcais” e presas num “emaranhado de patologia”, desintegração e “fragmentação”. (Cf. Mc Queen, 1979: 81.)

O ponto de vista patológico desses autores convergiria para formar um quadro da família negra como dominada pelo papel das mulheres. Alguns chegam a falar de matriarcado negro, por causa da frequência de lares desfeitos e da insuficiência econômica do homem negro, o que resultaria numa família em sua maior parte incompleta, instável, estruturalmente frágil e socialmente desorganizada. Por todas essas “deficiências” ela teria pouca chance de progredir no seu processo

* Mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional. Pesquisadora do IBGE.

adaptativo e alguns chegaram a atestar um crescimento das famílias chefiadas por mulheres entre os negros.

Billingsley (1968) foi um sério crítico dessa linha de adaptação patológica. Para ele as famílias negras deveriam ser estudadas a partir delas mesmas, de suas estruturas e modos de funcionamento e não tendo por referência sempre as famílias brancas. Embora fosse uma idéia que trouxesse certo avanço para os estudos da família negra, essa perspectiva, a nosso ver, pode ter contribuído também para tornar a dicotomia brancos e negros um pressuposto não sujeito a maiores questionamentos.

Os adeptos da "adaptação saudável", na concepção de Mc Queen, já tenderiam a enfatizar como qualidades os aspectos que tornaram possível sua sobrevivência em condições hostis. Para Hill (1972), por exemplo, a alta proporção de mulheres negras que trabalham significaria uma "forte orientação para o trabalho" e os desejos de progredir na educação, ocupação e renda, uma "forte orientação para o progresso".

O próprio Mc Queen, que pretende fazer uma revisão crítica dos autores que trataram o tema, pode ser inserido, a nosso ver, nessa ótica adaptativa de linha "saudável", uma vez que objetiva fazer um "estudo das estratégias de luta da família negra" e conclui que fraquezas e incapacidades existem entre os negros e podem ser associadas, em última instância, a certos tipos de família e padrões de comportamento.

No Brasil, o trabalho de Florestan Fernandes contribuiu bastante para a divulgação dessa linha patológica de adaptação. Segundo ele, a "família negra, tal como ela se manifesta em São Paulo durante as três primeiras décadas deste século, poderia ser definida como uma família *incompleta*". E continua: "é impossível, em nossos dias, determinar a frequência segundo a qual os vários arranjos estruturais se repetiam. Mas parece fora de

dúvida que o arranjo mais frequente consistia no par, constituído pela mãe solteira ou sua substituta eventual, quase sempre a avó, e seu filho ou filhos. Em segundo lugar, viriam os casais 'amasiados' com o filho ou filhos dos dois cônjuges (de sua união ou de amasiamentos anteriores). Por fim, os casais constituídos segundo os arranjos matrimoniais sancionados legalmente". (Fernandes, 1978: 200.)

Pouco se tem produzido no sentido de avançar nos estudos da família negra brasileira. Tese recente de Barbosa (1983) em Campinas, ao escapar à caracterização da família negra como anômica, não traz maiores contribuições a essa discussão teórica, na medida em que reproduz a dicotomia entre famílias organizadas e desorganizadas ao optar pelo estudo de famílias negras do primeiro tipo em seus processos de socialização da criança negra.

Relativizando a noção da família negra

Alguns trabalhos que relativizaram a noção da família incompleta e instável como modelo da família negra o fizeram pela aproximação com o modelo mais geral da família de baixa renda.

"Os lares desfeitos, a vida familiar impermanente, a ausência do pai e o domínio da autoridade materna", segundo Dai (1949), "pode-se dizer quase que valem tanto, como um modelo cultural entre os negros, quanto a preponderância das famílias de classe baixa." (p. 249-50)

Hyman e Reed (1969) afirmaram que nos Estados Unidos, "a não ser no Sul onde a questão racial é um pressuposto claro", o estudo que realizaram entre os negros "concorda muito de perto com as estimativas do censo sobre a população de áreas metropolitanas, população com pouca escolaridade, em famílias de baixa renda onde o

matriarcado é suposto ser o que prevalece". (p. 349)

A pesquisa realizada por Davis e Havighurst (1946) com famílias brancas e negras a respeito da criação dos filhos também constatou que "ao contrário do que se esperava, as diferenças maiores entre esses grupos são mais de classe que de cor. As famílias brancas e negras de classe média são parecidas, assim como as famílias brancas e negras de classe superior". (p. 417-18)

Trabalhos mais recentes relativizaram a noção de instabilidade e incompletude quando enfatizaram o papel que desempenhava a rede de parentes articulada como estratégia para manter a família negra dentro dos padrões exigidos pela sociedade.

Mogey (1970) chega à conclusão de que entre os negros "a presença de parentes influi na maneira pela qual as famílias resolvem seus problemas de sobrevivência, solidariedade, padrões de preservação e aceitação de metas societárias". Ele constatou que 46% das famílias investigadas tinham parentes morando na vizinhança e 80% tinham no mínimo um parente em algum lugar da cidade. (p. 452)

Para Carol Stack (1979), "aquele que vive na pobreza conta com os parentes como grande fonte de segurança e dependência". E essa dependência foi de tal forma encontrada por Stack entre as famílias negras pesquisadas que ela acreditava que a ênfase dada à chefia da mulher como característica mais marcante entre os negros deveria ser deslocada para o fator *cooperação* entre os parentes. Diz ela que, sem dúvida, os exemplos que estudou "indicam realmente o papel importante da mulher negra na estrutura doméstica. Mas a cooperação entre irmãos, homens e mulheres, que repartem a mesma residência ou vivem próximos uns dos outros, tem sido subestimada por aqueles que isolaram os lares com a mulher como chefe de família como a unidade mais significativa entre os

negros de comunidades pobres urbanas". (p. 148)

Em pesquisa anterior (Pacheco, 1983) relativizamos a idéia de desorganização da família negra através de entrevistas com mulheres negras chefes de família. Constatamos, pelo menos, que devem ser questionados os termos "desorganizada" e "instável" que lhe são aplicados, na medida em que esse tipo de família reproduz os próprios projetos de organização familiar da sociedade, valorizando e reproduzindo a importância dos papéis de marido e pai, do casamento, da ascensão social através da educação etc. Se é reforçado o papel da mulher negra como articuladora das estratégias adotadas, isso não significa instabilidade ou desorganização familiar e, sim, a *família possível*, ou, como teria dito Oliveira, "a estabilidade possível em determinadas condições de vida". (1972: 13)

Outros trabalhos recentes de Oliveira, Porcaro e Araújo Costa (1983 e 1985) cuidaram de relativizar as questões da "insuficiência econômica do homem negro" e da mulher negra como "sustentáculo da família negra" (cf. F. Fernandes), elementos centrais na caracterização da família negra como incompleta e instável. Nesses estudos mostrou-se, com os dados do Censo Demográfico de 1980 e da PNAD-1976, como o número de homens negros chefes de família é quase cinco vezes maior que o número de mulheres nesta posição e que apenas 33,9% das mulheres contribuía com uma proporção de mais de 50% do rendimento familiar. Indicava-se então "a necessidade de rever a problemática da mulher negra chefe de família, apontando para a importância da rede de relações familiares na estratégia de sobrevivência da família negra, onde *um* elemento fundamental é a estratégia de trabalho desenvolvida por seus membros, *entre eles a mulher negra*". (1983: 13-4) [grifos da autora]

Dando prosseguimento à indagação em torno da especificidade da família negra, gos-

taríamos de levantar aqui alguns dados que podem contribuir para uma caracterização da família negra no Brasil.

Uma breve exploração dos dados secundários disponíveis sobre os diversos arranjos familiares de brancos e negros reforça a pertinência da relativização da existência de um modelo de família negra, ao se compará-la seja com famílias brancas, seja com famílias de baixa renda.

Devemos ter em mente, antes de tudo, que as famílias com chefe sozinho, homem ou mulher, e filhos constituem uma porcentagem pequena desses arranjos — apenas 13,1%. Resta saber se é, contudo, um arranjo

percentualmente mais representativo para as famílias negras.

Considerando a cor da família pela cor do chefe*, delinhamos cinco tipos de arranjo familiar: famílias constituídas por chefe e cônjuge; chefe, cônjuge e filho(s); chefe, cônjuge, filho(s) e parente(s); homem chefe sem cônjuge com filho(s); mulher chefe sem cônjuge com filho(s) e um resíduo que denominamos "outro tipo de família", que constitui basicamente o arranjo de parentes residindo juntos.

A tabela 1 permite que tenhamos uma visão da representatividade desses arranjos em relação ao total de famílias.

Tabela 1
Brasil — Distribuição percentual das famílias segundo o tipo

| Tipo de família | Total absoluto | Total % |
|----------------------------------|----------------|---------|
| Total geral | 24.977.434 | 100,0 |
| Chefe e cônjuge | 3.454.893 | 13,8 |
| Chefe, cônjuge e filhos | 15.193.397 | 60,8 |
| Chefe, cônjuge, filhos, parentes | 2.183.375 | 8,7 |
| Chefe sem cônjuge com filhos | 3.259.987 | 13,1 |
| Chefe homem | 440.395 | 1,8 |
| Chefe mulher | 2.819.592 | 11,3 |
| Outro tipo de família | 885.782 | 3,6 |

Fonte: Censo Demográfico de 1980 — Tabulações Especiais — DEISO/IBGE.

Associando-se a família de chefe e cônjuge com a de chefe, cônjuge e filhos e também ao seu arranjo mais extenso que agrega os parentes, percebe-se que o modelo de família nuclear constitui 83,3% de todos os arranjos familiares. Também é significativo o fato de as famílias de chefe sem cônjuge com filhos serem praticamente chefiadas pela mu-

lher, que representam 11,3% de seus 13,1%. Ao ser inserida a variável rendimento mensal familiar na análise, percebe-se que esse modelo caracteriza os arranjos mais pobres (tabela 2).

Na presença da variável cor constata-se que as famílias brancas são realmente mais da metade do total de famílias em quaisquer

* Ou seja, se o chefe é branco, a família é considerada branca; se o chefe é preto ou pardo, a família será considerada negra. O fato de não estar sendo considerada a cor das cônjuges na computação das famílias baseia-se nos dados da PNAD-76, que apontam para a existência de padrões de homogamia racial no Brasil. (Ver *O lugar do negro na força de trabalho*, 1985: 76-8.)

Tabela 2

Brasil — Distribuição percentual das famílias segundo o tipo por classes de rendimento mensal familiar

| Tipo de família | Total | Rendimento mensal familiar | | |
|--|-------|----------------------------|----------------------------|---------------------------------|
| | | Até 3 salários mínimos | Mais de 3 salários mínimos | Sem rendimento e sem declaração |
| Total geral | 100 | 55,4 | 42,0 | 2,6 |
| Chefe e cônjuge | 100 | 61,7 | 36,2 | 2,1 |
| Chefe, cônjuge e filhos | 100 | 54,9 | 43,7 | 1,4 |
| Chefe, cônjuge, filhos e parentes | 100 | 40,7 | 57,7 | 1,6 |
| Chefe homem s/cônjuge c/filhos | 100 | 60,3 | 37,6 | 2,1 |
| Chefe mulher s/cônjuge c/filhos | 100 | 62,6 | 25,8 | 11,6 |
| Chefe mulher s/cônjuge c/filhos e parentes | 100 | 57,3 | 38,6 | 4,1 |
| Outro tipo de família | 100 | 54,5 | 41,8 | 3,7 |

Fonte: Censo Demográfico de 1980 — Tabulações Especiais — DEISO/IBGE.

dos arranjos familiares, estando proporcionalmente mais representadas no tipo *casal sem filhos*. As famílias negras, por sua vez, proporcionalmente ao seu total — 42,0% das famílias — parecem estar mais representadas nos arranjos com parentes e nas chefias sem cônjuge, onde constituem, respectivamente, 46,3%, 48,6%, 48,1% e 51,7% desses tipos de família (tabela 3).

Quando cruzamos as variáveis cor e classe de rendimento mensal, constatamos que as famílias negras são as famílias mais pobres. Por exemplo, embora elas sejam apenas 42,0% de todos os arranjos familiares, representam 62,1% das famílias que possuem apenas até um salário mínimo de rendimento mensal. Percebe-se que o que ocorre com as famílias negras é o inverso daquilo que aconte-

Tabela 3

Brasil — Distribuição percentual das famílias segundo o tipo por cor do chefe

| Tipo de família | Total | Brancas | Negras | Amarelas e sem declaração |
|--|-------|---------|--------|---------------------------|
| | | | | |
| Chefe e cônjuge | 100 | 61,4 | 37,5 | 1,1 |
| Chefe, cônjuge e filhos | 100 | 56,7 | 42,3 | 1,0 |
| Chefe, cônjuge, filhos e parentes | 100 | 52,6 | 46,3 | 1,1 |
| Chefe homem s/cônjuge c/filhos | 100 | 50,3 | 48,6 | 1,1 |
| Chefe mulher s/cônjuge c/filhos | 100 | 51,1 | 48,1 | 0,8 |
| Chefe mulher s/cônjuge c/filhos e parentes | 100 | 47,7 | 51,7 | 0,6 |
| Outro tipo de família | 100 | 56,1 | 42,7 | 1,2 |

Fonte: Censo Demográfico de 1980 — Tabulações Especiais — DEISO/IBGE.

Estudos Afro-Asiáticos, n.º 13, 1987

tece com as brancas, ou seja, a medida que a renda familiar aumenta, diminui proporcionalmente sua participação na classe em questão (tabela 4).

Em relação à média dos rendimentos as famílias negras percebem apenas 44,2% do

rendimento médio das brancas ao mesmo tempo em que a avaliação na presença de todas as variáveis, cor, renda e tipo de família, demonstrou que as famílias negras constituem as famílias mais pobres em qualquer arranjo familiar (tabela 5).

Tabela 4

Brasil — Distribuição percentual das famílias por classes de renda mensal familiar segundo a cor do chefe

| Renda mensal familiar | Total % | Cor do chefe | | |
|------------------------------|---------|--------------|-------|--------------------------|
| | | Branca | Negra | Amarela e sem declaração |
| Total | 100 | 56,2 | 42,8 | 1,0 |
| Até 1 salário mínimo | 100 | 37,4 | 62,1 | 0,5 |
| Mais de 1 a 2 salários | 100 | 47,2 | 52,3 | 0,5 |
| Mais de 2 a 3 salários | 100 | 55,5 | 43,9 | 0,6 |
| Mais de 3 a 5 salários | 100 | 62,9 | 36,3 | 0,8 |
| Mais de 5 a 10 salários | 100 | 72,1 | 26,6 | 1,3 |
| Mais de 10 salários | 100 | 83,9 | 13,4 | 2,7 |
| Sem rendimento | 100 | 40,3 | 57,7 | 2,0 |
| Sem declaração de rendimento | 100 | 50,3 | 40,6 | 9,1 |

Fonte: Censo Demográfico de 1980 — Tabulações Especiais — DEISO/IBGE.

Tabela 5

Brasil — Distribuição percentual das famílias por classes de renda mensal familiar e cor do chefe segundo os tipos de família

| Tipo de família | Total | | Rendimento mensal familiar | | | | | |
|--|--------|-------|----------------------------|-------|----------------------------|-------|---------------------------------|-------|
| | Branca | Negra | Até 3 salários mínimos | | Mais de 3 salários mínimos | | Sem rendimento e sem declaração | |
| | | | Branca | Negra | Branca | Negra | Branca | Negra |
| Total geral | 100 | 100 | 45,0 | 69,0 | 53,1 | 26,9 | 1,9 | 4,1 |
| Chefe e cônjuge | 100 | 100 | 52,1 | 78,0 | 46,2 | 19,7 | 1,7 | 2,3 |
| Chefe, cônjuge e filhos | 100 | 100 | 43,9 | 70,5 | 55,1 | 27,7 | 1,0 | 1,8 |
| Chefe, cônjuge, filhos e parentes | 100 | 100 | 29,4 | 54,0 | 69,2 | 44,2 | 1,4 | 1,8 |
| Chefe homem s/cônjuge c/filhos | 100 | 100 | 50,4 | 71,1 | 48,0 | 26,6 | 1,6 | 1,3 |
| Chefe mulher s/cônjuge c/filhos | 100 | 100 | 54,4 | 71,6 | 36,2 | 14,6 | 9,4 | 13,8 |
| Chefe mulher s/cônjuge c/filhos e parentes | 100 | 100 | 45,0 | 68,8 | 51,4 | 26,7 | 3,6 | 4,5 |
| Outro tipo de família | 100 | 100 | 44,9 | 68,1 | 52,1 | 27,6 | 3,0 | 4,3 |

Fonte: Censo Demográfico de 1980 — Tabulações Especiais — DEISO/IBGE.

Estudos Afro-Asiáticos, n.º 13, 1987

Observando a proporção de famílias negras com mais de três salários mínimos em relação ao total das famílias com o mesmo nível de rendimento, percebe-se que significativamente é no arranjo mais extenso de família nuclear que sua situação sofre uma melhora nos níveis de rendimento, talvez devido à presença dos parentes que asseguram um número maior de membros da família na força de trabalho.

Gostaríamos de finalizar a análise com a discussão da existência de um modelo de

família característico dos negros. Os dados são capazes de mostrar que, embora se ateste a frequência um pouco maior de famílias negras no arranjo de chefe sozinho (sem cônjuge) com filhos, esse tipo de família não constitui o modelo mais representativo entre os negros, como se tem afirmado. Na chamada família nuclear encontramos 84,7% das famílias brancas e 81,6% das famílias negras, enquanto que essa proporção é de 11,8% e 14,9%, respectivamente, no caso das famílias chamadas "incompletas".

Tabela 6
Brasil — Distribuição percentual das famílias brancas e negras por tipos de família

| Tipo de família | Total % | Branco % | Negro % |
|--|---------|----------|---------|
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Chefe e cônjuge | 13,8 | 15,1 | 12,1 |
| Chefe, cônjuge e filhos | 60,8 | 61,4 | 60,1 |
| Chefe, cônjuge, filhos e parentes | 8,7 | 8,2 | 9,4 |
| Chefe homem s/cônjuge c/filhos | 1,8 | 1,6 | 2,0 |
| Chefe mulher s/cônjuge c/filhos | 9,1 | 8,3 | 10,2 |
| Chefe mulher s/cônjuge c/filhos e parentes | 2,2 | 1,9 | 2,7 |
| Outro tipo de família | 3,6 | 3,5 | 3,5 |

Fonte: Censo Demográfico de 1980 — Tabulações Especiais — DEISO/IBGE.

Os dados, portanto, não permitem que se diga nem que a chamada chefia feminina seja o tipo mais representativo das famílias negras em situação de pobreza, na medida em que, analisando o comportamento da tabela 6 nas classes de renda mais baixa, a tendência encontrada de distribuição desses arranjos se mantém (tabela 7).

Na análise da chefia sem cônjuge com filhos observa-se um fato interessante. Em se tratando de chefia feminina, percebe-se que cai acentuadamente sua participação na faixa de renda mais elevada, tanto no caso das famílias brancas quanto das negras, o que

não se dá quando a chefia é masculina, ou seja, sua participação se mantém praticamente inalterada para ambos os casos. Isso põe em discussão a pobreza das famílias de chefe mulher sem cônjuge com filhos que, como os dados sugerem, vai além da questão da cor (tabela 8).

Em síntese, os dados aqui apresentados do Censo Demográfico de 1980 apontam para a reformulação do conceito de família negra tal como foi levantado pelos teóricos e tem sido reproduzido no pensamento social referido ao negro brasileiro. Se as famílias negras possuem algu-

Tabela 7
Brasil — Distribuição percentual das famílias brancas e negras por classes de rendimento mensal familiar segundo os tipos

| Tipo de família | Classes de rendimento mensal familiar | | | | | |
|--|---------------------------------------|-------|--------------------------------|-------|--------------------------------|-------|
| | Até 1 salário mínimo | | Mais de 1 a 2 salários mínimos | | Mais de 2 a 3 salários mínimos | |
| | Branca | Negra | Branca | Negra | Branca | Negra |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Chefe e cônjuge | 23,3 | 17,0 | 16,5 | 12,2 | 14,1 | 10,0 |
| Chefe, cônjuge e filhos | 51,4 | 56,0 | 61,8 | 63,1 | 64,4 | 64,3 |
| Chefe, cônjuge, filhos e parentes | 3,3 | 4,5 | 5,3 | 8,1 | 7,2 | 10,8 |
| Chefe mulher s/cônjuge c/filhos | 13,8 | 13,9 | 9,6 | 8,9 | 7,6 | 7,1 |
| Chefe mulher s/cônjuge c/filhos e parentes | 1,9 | 2,5 | 1,8 | 2,7 | 1,9 | 2,7 |
| Chefe homem s/cônjuge c/filhos | 1,9 | 2,0 | 1,7 | 2,1 | 1,6 | 2,0 |
| Outro tipo de família | 4,4 | 4,1 | 3,3 | 2,9 | 3,2 | 3,1 |

Fonte: Censo Demográfico de 1980 — Tabulações Especiais — DEISO/IBGE.

Tabela 8
Brasil — Famílias de chefe sem cônjuge segundo a cor e as classes de renda familiar

| Tipo de família | Até 3 salários mínimos | | Mais de 3 salários mínimos | |
|---------------------------------|------------------------|-------|----------------------------|-------|
| | Branca | Negra | Branca | Negra |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Chefe homem s/cônjuge c/filhos | 1,8 | 2,0 | 1,4 | 2,0 |
| Chefe mulher s/cônjuge c/filhos | 11,9 | 13,1 | 7,4 | 8,2 |
| . | . | . | . | . |
| . | . | . | . | . |
| . | . | . | . | . |
| . | . | . | . | . |
| . | . | . | . | . |
| . | . | . | . | . |

Fonte: Censo Demográfico de 1980 — Tabulações Especiais — DEISO/IBGE.

ma especificidade quanto à sua forma de organização ela deve ser buscada, como vimos, nas condições sócio-econômicas que lhes são impostas, independentemente, sob este aspecto, do tipo de família que constitui.

A constatação de que a família negra reproduz os mesmos padrões de família da sociedade nos leva a sugerir o desenvolvimento de um estudo ao nível das representações de família e de suas possíveis distinções em termos de cor. □

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, S. M. F., *Socialização e Relações Raciais: um estudo de família negra em Campinas*, Campinas, FFLCH, USP, 1983.
- BILLINGSLEY, A., *Black Families in White America*, Englewood Cliffs, Nova Iorque, Prentice-Hall, 1968.
- DAI, B., "Alguns problemas do desenvolvimento da personalidade entre crianças negras", in: KLUCKHOHN, C. e MURRAY, H. A. (org.), *Personalidade na Natureza, na Sociedade, na Cultura*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1965.
- DAVIS, A. e HAVIGHURST, R. J., "Diferenças de Classe Social e de Cor na Criação dos Filhos", in: KLUCKHOHN, C. e MURRAY, H. A. (org.), *Personalidade na Natureza, na Sociedade, na Cultura*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1965.
- FERNANDES, F., *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, São Paulo, Ed. Ática, 2 vols., 3ª ed., 1978.
- FRAZIER, E. F., *The Negro in the United States*, Chicago, Ed. Universidade de Chicago, 1939.
- HILL, R., *The Strengths of Black Family*, Nova Iorque, Emerson Hall, 1972.
- HYMAN, H. e REED, J. S., *'Black Matriarch' reconsidered: evidence from secondary analysis of sample surveys in Public Opinion Quarterly*, fall, 1969.
- MC QUEEN, A. J., "The Adaptation of Urban Black Families: Trends, Problems and Issues", in: REISS, D. e HOFFMAN, H. A., *The American Family - dying or developing*, Nova Iorque e Londres, Plenum Press, 1979.
- MOGEY, J. M., "The Negro Family system in the United States", capítulo 22, in: HILL, R. e KÖNIG, R., *Families in East and West*, Paris, Mouton, The Hague, 1970.
- MOYNIHAN, D. P., *The Negro Family: The Case for National Action*, US Department of Labor, março 1965.
- OLIVEIRA, PORCARO e ARAÚJO COSTA, *O Lugar do Negro na Força de Trabalho*, Fundação IBGE, 1985.
- OLIVEIRA, PORCARO e ARAÚJO COSTA, *Repensando o Lugar da Mulher Negra*, DEISO/IBGE. 7.º Encontro Anual da ANPOCS, GT Temas e Problemas da População Negra no Brasil, 1983.
- PACHECO, M. D. P. T., *Agüentando a barra - uma reflexão sobre a família negra de baixa renda*, 7.º Encontro Anual da ANPOCS, GT Temas e Problemas da População Negra no Brasil, 1983.
- STACK, C., "O comportamento sexual e estratégias de sobrevivência numa comunidade negra urbana", in: ROSALDO, M. Z. e LAMPHIRE, L., *A Mulher, A Cultura, A Sociedade*, Paz e Terra, 1979.

SUMMARY

The black family: a few key issues

The article raises the issue of black family units in Brazil based on the 1980 census.

It looks at definitions provided by the social sciences in drawing up a black family model where the woman is the head of the household.

A set of different family patterns is discussed and variables such as color and monthly family in-

come have been applied to the entire Brazilian population.

The data are clearly indicative of differing color-based behavior patterns for blacks and whites and additional points are provided for rethinking the whole issue.

RÉSUMÉ

La famille noire: l'analyse de quelques questions

L'article a pour but de soulever la question de la spécificité de la famille noire au Brésil sur la base de données obtenues lors du Recensement démographique de 1980.

Tout d'abord, il cherche à montrer comment cette question a été formulée par la pensée sociale, résultant dans la création d'un modèle de famille noire marqué par la suprématie féminine.

Quelques typologies récurrentes de famille ont été élaborées pour la discussion, auxquelles ont été appliquées les variables couleur et revenu mensuel familial pour le Brésil entier.

Les données sont suffisantes pour rendre relatif le fait qu'il y a un comportement différencié selon la couleur à l'intérieur de la structure familiale des Blancs et des Noirs, indiquant de nouvelles possibilités pour ce débat.

O NEGRO NO IMAGINÁRIO DAS ELITES
(RACISMO, IMIGRANTISMO E
ABOLICIONISMO EM SÃO PAULO)

Célia Maria Marinho de Azevedo

Dissertação de Mestrado em História
Universidade Estadual de Campinas, 1985,
441p.

Orientador: Peter Louis Eisenberg

Prevalece na historiografia da transição para o estabelecimento pleno do trabalho livre a tese da marginalização inevitável do negro por força da própria herança da escravidão. A irracionalidade do sistema escravista teria gerado uma população de ex-escravos apáticos, despreparados em termos ideológicos e profissionais para o trabalho livre. Conseqüentemente, foi necessário recorrer à mão-de-obra estrangeira, de preferência a europeia, devido ao seu enquadramento aos padrões contratuais e esquemas racionalizadores e modernizantes da grande produção agrícola e industrial. Além disso, o negro não possui aqueles laços familiares tão necessários para a reprodução e a estabilidade de sua força de trabalho.

Partindo da constatação crítica de que a historiografia continua a tratar o tema da transição do trabalho escravo para o trabalho livre sem dar a devida importância à questão racial subjacente, Célia de Azevedo preocupa-se principalmente, neste trabalho, em mostrar que toda uma produção intelectual de teor étnico-racista serviu de fundamento para justificar a necessidade de substituir o negro pelo imigrante europeu.

Nos três primeiros capítulos do trabalho, através de uma minuciosa análise do conteúdo de livros e artigos citados pela historiografia, examina as propostas emancipacionistas de aproveitamento do próprio negro no mercado de trabalho livre; as imigrantistas, visando a substituir o negro pelo imigrante; e as abolicionistas, tendentes à incorporação

social do negro como trabalhador livre e cidadão.

Na intensa produção intelectual dos primeiros reformadores encontra-se uma série de projetos com vistas à instituição do mercado livre pelo Estado, aproveitando, dinamizando e regulamentando o próprio potencial de força de trabalho existente no País. Essas propostas, afirma Célia de Azevedo, embora ressaltem a inferioridade racial do negro, não colocavam em questão a sua incapacidade para o trabalho livre e nem sua transformação em futuro cidadão, desde que lhe fosse convenientemente aplicadas medidas disciplinares via coação policial, administração estatal do seu cotidiano e internalização da hierarquia social.

Os imigrantistas, ao contrário, imprimiram uma abordagem bastante distinta daquela comumente assumida pelos primeiros emancipacionistas, dando pouca ou nenhuma atenção à idéia de transição com o aproveitamento da população nacional. No discurso imigrantista o negro começa a ser descrito como força de trabalho, mas sobretudo como futuro cidadão. Sob a influência de sofisticadas teorias raciais, enfatiza sua recusa em trabalhar, sua tendência ao alcoolismo e à marginalidade, bem como defende sua substituição pelo imigrante europeu.

Destacando um conjunto de elementos e idéias características do discurso imigrantista, Célia de Azevedo assinala também como o imaginário do medo presente no discurso emancipacionista cede lugar ao imaginário da paz e progresso, tendo como personagem central a figura do imigrante. Nos textos de vários autores há uma ligação explícita e até mesmo orgânica entre imigrante, trabalho livre, liberdade, progresso e civilização, o que por sua vez implicava pequena propriedade, cultura intensiva diversificada e desenvolvimento. Os negros e os nacionais livres, contudo, representavam trabalho compulsório,

passividade, barbárie e imoralidade, significando grande propriedade, monocultura extensiva e estagnação.

Um outro elemento significativo do discurso imigrantista, apontado pela autora, é a necessidade de se constituir um tempo transitório para a erradicação gradual e pacífica do sistema escravista e a regeneração da raça "Brasílica" pelo imigrante branco.

Os abolicionistas, por sua vez, enfatizavam que a abolição poderia ser feita pacificamente por meio de lei parlamentar ou decreto do executivo, sem conflitos raciais ou de revanchismo de negros contra brancos. Preocupados em manter a direção e o controle do movimento abolicionista, para assegurar a paz e a preservação do poder do grande proprietário, os abolicionistas, argumenta Célia de Azevedo, ao dissociarem em seu discurso as noções de classe e raça, começaram a produzir nessa época a imagem de uma sociedade escravista sem conflitos e preconceitos raciais.

Na segunda parte do trabalho, a autora procura compreender como a política imigrantista de substituição do negro pelo europeu na grande produção consegue se sobrepor vitoriosamente às demais proposições relativas à incorporação dos ex-escravos e seus descendentes no mercado de trabalho, defendidas tanto por emancipacionistas como abolicionistas. Valendo-se da análise dos anais da Assembléia Legislativa de São Paulo, dos relatórios da Polícia das décadas de 1860, 70 e 80 e do conteúdo discursivo do *Jornal A Redenção* dos caifazes para entender que tipo de preocupações e argumentos determinaram a consolidação de uma ampla corrente favorável à imigração, a autora constata que políticos, policiais e abolicionistas deixam transparecer nas suas falas e escritos todo um imaginário perpassado pelo medo e tensão decorrentes da preocupação com o aumento dos conflitos sócio-raciais entre uma minoria branca, rica e proprietária.

ria, e uma maioria de não-brancos (escravos ou livres), cuja existência não passava pelas instituições dominantes.

No capítulo dedicado à análise dos anais da Assembléia Legislativa de São Paulo, Célia de Azevedo aponta três preocupações básicas manifestadas pelos debates travados pelos deputados: em primeiro lugar, os efeitos da Lei do Ventre Livre estariam tornando impossível o mesmo controle disciplinar sobre os escravos, uma vez que a escravidão já não podia mais ser considerada como um regime absoluto e perpétuo; em segundo lugar, um crescente medo dos escravos e de possíveis rebeliões, em parte devido à perda do controle disciplinar e, por outro lado, em razão do tráfico acelerado de cativos "maus" do norte; e, por último, em função do mesmo tráfico interprovincial, renovava-se o medo que ocorresse no Brasil um guerra civil do tipo norte-americana, com o norte impondo ao sul uma abolição forçada e sem indenização sobre o grande capital empatado em escravos.

Em relação aos relatórios de polícia, passaram a expressar, na virada da década de 1860 e 1870, maior preocupação em relação aos crimes e revoltas de toda a província. A leitura comparada desses relatórios, sustenta Célia de Azevedo, revela que algo de novo ocorria no campo das relações sempre conflituosas entre senhores e escravos: a resistência escrava estaria se concretizando cada vez mais no próprio local de produção; e ao invés de fugir para as matas ou quilombos, o escravo entregava-se à polícia, manifestando uma atitude nova em relação às possibilidades de sua libertação.

Na medida mesma do crescimento da preocupação com o aumento desses crimes e revoltas localizadas, eram formulados vários projetos imigrantistas que, de um lado, barlavam a entrada de escravos em São Paulo e, de outro, abriam as portas da província aos valorizados imigrantes. Apresentados com

sofisticadas argumentações de cunho racial em prol do branco, europeu ou norte-americano, eles objetivavam, enfatiza Célia de Azevedo, reverter a perigosa predominância sempre mais desproporcional de não-brancos escravos ou livres trazendo imigrantes, não só para as fazendas como também para as áreas urbanas.

A historiografia tem geralmente destacado o caráter radical e mesmo revolucionário do movimento abolicionista dos caifazes, salientando a sua ruptura com os interesses dos grandes fazendeiros e o direcionamento racional e político dado à rebeldia e à resistência dos negros contra a escravidão. Ao analisar o conteúdo discursivo do *Jornal A Redempção*, a autora mostra inicialmente que os abolicionistas não fizeram mais do que repetir muitos dos argumentos colocados por emancipacionistas que desde o início do século XIX postularam a incorporação do negro livre no mercado de trabalho como medida de controle social. Os abolicionistas, por outro lado, tinham também como principais interlocutores os grandes proprietários e comerciantes. A eles dirigiam suas mensagens e projetos, propondo medidas de controle social dos negros e sua orientação profissional para o trabalho assalariado nas fazendas. O esforço pelo controle social, esclarece Célia de Azevedo, foi um componente muito forte no discurso dos abolicionistas caifazes. Lutava-se contra a escravidão, mas ao mesmo tempo procurava-se garantir a ordem, orientando-se o negro para buscar ocupação onde fosse mais necessário aos interesses dominantes. Finalmente, Célia de Azevedo conclui que os abolicionistas só assumem de fato a proposta de abolição imediata, sem condições e sem indenização, quando recrudescem os conflitos no campo e nas cidades.

Este trabalho de Célia de Azevedo, ao fazer da transição um tema de reflexão e debate com a historiografia tradicional, inse-

re-se no âmbito dos novos estudos e pesquisas que tentam apresentar novas abordagens e interpretações das ideologias subjacentes nos discursos dominantes a respeito do negro e o processo geral da transição da escravidão ao mercado de trabalho livre no Brasil. □

Juarez Pinheiro Coqueiro

DISCRIMINAÇÕES RACIAIS: NEGROS EM CAMPINAS (1888-1926)

— ALGUNS ASPECTOS

Cleber da Silva Maciel

Dissertação de Mestrado em História
Universidade Estadual de Campinas, 1985,
188p.

Orientador: Peter Louis Eisenberg

Desde sua reorganização, em meados da década de 70, o movimento negro tem como principal ponto em sua pauta de reivindicações a denúncia e o combate ao racismo. A produção acadêmica, principalmente a mais recente, acerca das relações raciais no Brasil, vem servindo, enquanto respaldo teórico, para a legitimação das demandas desse movimento.

Reescrever a história do negro no Brasil, principalmente no período pós-Abolição, se faz necessário, na medida em que o recurso a fontes de pesquisa alternativas (como, por exemplo, jornais da imprensa negra) possibilita perceber, para além da ideologia oficial da "democracia racial", a situação social real em que se viu a população negra, após 1888, tomando as discriminações raciais como ponto de referência para compreender a organização da sociedade brasileira nesse momento.

Cleber Maciel escolhe o município de Campinas, no período de 1888 a 1926, para situar o seu estudo. Segundo o autor, "Campinas adquire uma importância fundamental enquanto centro da economia cafeeira no

oeste paulista, uma região extremamente dinâmica no processo de modernização da estrutura de produção, tanto no que se refere às transformações da força de trabalho, como da mecanização da produção industrial e da urbanização". A escolha do período deve-se ao interesse em investigar "como foi que os negros, todos legalmente livres, após 1888, defrontaram-se com o processo social", num momento em que ainda eram exercidas, por parte dos ex-escravistas, tentativas de prática de relações sociais e de trabalho típicas da escravidão. O limite do período, 1926, se deve ao fato de que nesse momento já estava definida a situação social dos negros de Campinas, em função de uma política econômica e social que os jogava cada vez mais para baixo na escala social. Isso provocou, segundo o autor, a necessidade desses negros tomarem iniciativas em defesa de seus interesses de grupo. Tais iniciativas foram desde a criação de organizações para promoção do lazer até o surgimento dos jornais negros *A Redentora* e o *Getulino*.

Ao longo dos sete capítulos em que divide seu trabalho, Maciel discute as atividades da população branca dominante em relação aos negros, com base nos jornais da grande imprensa local e da imprensa negra; ao mesmo tempo, mostra as formas de organização da população negra campinense e suas reações às discriminações raciais sofridas.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, já que se propoe estudar espaço e tempo delimitados, Maciel põe em discussão algumas teses consagradas sobre a inserção da população negra na sociedade de classes emergentes.

No capítulo em que discute as condições de trabalho para a população negra, Maciel demonstra como ela foi excluída e marginalizada no momento da organização do trabalho livre, sendo expulsa de seus antigos locais de trabalho e preterida nas melhores oportunidades no mercado, em benefício dos traba-

lhadores brancos, principalmente os imigrantes. Discutindo as teses acerca da incapacidade do ex-escravo de se adequar às novas condições de trabalho, afirma que "os negros que não obtiveram mais empregos após a abolição foram levados à marginalidade porque foram substituídos por brancos", sendo que os empregos conseguidos eram, geralmente, em locais de maior insalubridade e para serviços de menor remuneração.

Mais do que uma possível "incapacidade" do ex-escravo, faz-se necessário observar que, no momento da implantação das relações de trabalho capitalista no Brasil, o que se pretende é formar a força de trabalho com trabalhadores brancos; com os não-brancos interessava construir uma mão-de-obra semilivre, dada a sua "inferioridade", o que, segundo parece, carecia de um controle rígido para mantê-los na posição. Sua argumentação tem como base principal a idéia de que o surgimento da discriminação racial como fator novo nas relações de trabalho, que também os negros passam a enfrentar, foi o principal responsável pela sua marginalização em relação ao mercado de trabalho.

Quanto à postura da população negra expressa por suas entidades e pela chamada elite negra, o autor aponta para as preocupações distintas de ambas. Enquanto a elite negra aposta na ascensão individual e se isola do conjunto da comunidade, as entidades são "veiculadoras e organizadoras dos anseios do conjunto dos negros"; delas a elite toma informações e torna-se membro honorário. Em comum, as elites e a maioria das entidades revelam a vontade de integrarem-se de forma pacífica à sociedade.

Nas idéias expressas pelo principal jornal negro, *Getulino*, o autor identifica o ideal de branqueamento e o nacionalismo como eixos da luta para integração do negro na sociedade. O que permite concluir que assumir o ideal de embranquecimento enquanto ideal nacional possibilitava a superação da contradição que se colocava aos negros, nesse momento inicial: lutar contra o racismo e ao mesmo tempo buscar integrar-se numa sociedade que lança mão do racismo para excluí-los. □

Denise Ferreira da Silva

NOVAS PRIORIDADES

A partir do ano letivo de 1986, sob a vice-direção do Prof. Carlos A. Hasenbalg, o CEAA estabeleceu novas prioridades para a sua linha de atuação. Foi reformulado o programa de estudos afro-brasileiros, com ênfase em pesquisas contratadas e pesquisadores visitantes e, na área de estudos afro-asiáticos, a preocupação maior é completar a pós-graduação dos seus pesquisadores desse setor e intensificar o trabalho de campo em países africanos e do mundo árabe.

Estudos afro-brasileiros

Uma inspeção rápida da literatura existente permite constatar sérias deficiências e lacunas no conhecimento sobre a participação do negro na estrutura social e sobre outros aspectos gerais das relações raciais no Brasil de hoje.

O projeto do CEAA propõe-se preencher algumas dessas lacunas através de um programa de pesquisas contratadas com especialistas de alta qualificação acadêmica e obra reconhecida nessa área de estudo. Pretende-se, por esse caminho, gerar um volume de conhecimentos sobre o negro e as relações raciais de impacto acadêmico e social no momento em que se aproxima o centenário da abolição da escravatura.

Desde a perspectiva sociológica, os projetos em execução, baseados em informações estatísticas mais recentes do IBGE, abordam dimensões sociais, econômicas e demográficas dos grupos raciais até agora muito pouco estudadas. Entre os tópicos a serem abordados, salientamos dois:

- a) diferenciais raciais de acesso ao sistema de ensino formal;
- b) demografia dos grupos raciais (comportamento reprodutivo e diferenciais de na-

talidade e mortalidade; nupcialidade interracial; padrões de endogamia racial; projeção do crescimento dos grupos raciais).

O segundo tema a ser contemplado no programa de pesquisas contratadas diz respeito à produção cultural. Existe já um número razoável de investigações sobre a produção cultural do negro ou manifestações de cultura popular com importante participação afro-brasileira. Contudo, pouca atenção tem sido dada à produção cultural mais desvinculada da transmissão oral, notadamente a literatura de ficção.

Por isso mesmo, está em realização um primeiro projeto que tem como finalidade oferecer um panorama da literatura negra brasileira contemporânea.

Incentivo à pesquisa sobre temas afro-brasileiros

Apesar da participação fundamental do negro na sociedade brasileira e da longa tradição de estudos históricos e sociais sobre o assunto, o negro não tem sido tema de crescente interesse no campo das ciências sociais.

O virtual desaparecimento de disciplina sobre o negro nos cursos de graduação e o número ainda pequeno de teses e trabalhos publicados sobre esse tema — levando em consideração o crescimento do nosso sistema universitário e a institucionalização da pós-graduação no País nestes últimos 15 anos — parecem ser sintomas do limitado interesse despertado por essa área de estudo.

A partir desta situação o CEAA tomou duas iniciativas destinadas a estimular a pesquisa sobre temas afro-brasileiros. Essas iniciativas, que contam com recursos financeiros da Fundação Ford, incluem um concurso de monografias, aberto a estudantes de graduação de Ciências Sociais, Sociologia,

História, Comunicação e Letras de todo o País, e um programa de auxílio à pesquisa destinado a financiar projetos quer orientados para a realização de teses de mestrado e doutorado, quer desvinculados da obtenção de títulos acadêmicos. Este concurso de dotações é também nacional e envolve as disciplinas de Sociologia, Ciência Política, Antropologia, História, Comunicação e Letras.

Tanto o concurso de monografias quanto o de dotações para pesquisa tiveram, a seu tempo, uma ampla divulgação, através de cartazes e folhetos, nas instituições afro-brasileiras, faculdades e centros de pesquisas e pós-graduação do País.

Estudos Afro-Asiáticos

A equipe da área de estudos afro-asiáticos está atualmente dedicada a duas vertentes de pesquisa: a primeira, diretamente relacionada com a elaboração das teses de pós-graduação (dois pesquisadores na área africana e um na área asiática); a segunda, voltada para projetos de pesquisa aplicada referentes a demandas de organismos governamentais (Finep e CNPq).

O principal projeto de pesquisa aplicada, financiado pela Finep, é orientado para o estudo dos planos de desenvolvimento sócio-econômico de países africanos. A primeira parte desse projeto, já finalizada, envolveu cinco países: Angola, Camarões, Congo, Gabão e Moçambique, tendo como produtos finais a elaboração de volumes contendo os perfis globais desses países e a análise dos seus planos de desenvolvimento.

A segunda parte, ora em execução, inclui o estudo de mais cinco países: Argélia, Egito, Quênia, Zaire e Zimbábue. Esta etapa, tal como ocorreu com a primeira, envolve um trabalho de campo dos pesquisadores nesses cinco referidos países.

Documentação

Além da ênfase na aquisição de livros sobre temas afro-brasileiros, o CEAA está ampliando com fotocópias – tendo o apoio financeiro do Ministério da Cultura – a sua

coleção de artigos publicados em revistas sobre o negro e a questão racial no Brasil. Ao mesmo tempo, está dando continuidade ao seu acervo do Banco de Teses, com trabalhos inéditos sobre assuntos afro-brasileiros. □

O LEGADO DE AQUINO DE BRAGANÇA

A queda do avião que ocasionou a morte do presidente de Moçambique Samora Machel, em 19 de outubro de 1986, vitimou também um dos seus mais próximos conselheiros e embaixador itinerante: o professor Aquino de Bragança, diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.

Nascido em Goa — ex-colônia portuguesa reintegrada à Índia em 1961 — Aquino de Bragança foi um dos líderes da luta anticolonialista da sua terra e, nessa condição, um dos fundadores, em 1961, da CONCP — Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, um marco na história da unidade na luta desses movimentos de libertação.

Resolvida a questão colonial em Goa, Aquino de Bragança optou pela condição de militante pan-africano. Lecionou jornalismo em Argel e, depois, foi um dos fundadores da revista antiimperialista *Afrique-Asie*. Nos meados de 70 se fixa em Moçambique, sua pátria de adoção.

É nessa altura que ele cria, em Maputo, o Centro de Estudos Africanos, contando com a colaboração, entre outros, da historiadora sul-africana Ruth First, militante do ANC (Congresso Nacional Africano). Uma bomba enviada num pacote postal matou, em setembro de 1982, a historiadora e feriu gravemente Aquino de Bragança. Depois de recuperar-se, ele retoma suas funções junto ao presidente Machel e a direção do Centro de Estudos Africanos, aí assistido por Mota Lopes, seu atual diretor.

Em abril de 1980, Aquino de Bragança visitou o CEAA, e nessa oportunidade se reforçou e formalizou uma cooperação que o nosso Centro de Estudos vinha realizando, há alguns anos, com Moçambique: a orientação sobre a realidade moçambicana de cooperantes brasileiros chamados a trabalhar naquele país.

* * *

Aquino pertenceu a uma notável geração de intelectuais que se tornaram líderes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas, como Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Lúcio Lara, Vasco Cabral, Mário de Andrade. Esses, e muitos outros, tiveram como seu primeiro ponto de encontro, em Portugal, a Casa dos Estudantes do Império,* que se tornaria um "celeiro" de futuros dirigentes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Afí começou a ser forjado o espírito de unidade que hoje prevalece entre os governos desses países, que se reúnem, anualmente, na chamada Cimeira dos Cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

No CONCP, Aquino, além de ser um dos seus principais ideólogos, foi secretário-geral e uma "memória viva" da organização. Utilizando o seu extraordinário arquivo de do-

cumentos, ele organizou, em 1975, junto com Immanuel Wallerstein, *Quem é o inimigo?*, uma coletânea de documentos dos movimentos nacionalistas, de todos os matizes ideológicos, das cinco colônias portuguesas, da África do Sul, da Namíbia e do Zimbábue. São três volumes (*Anatomia do colonialismo*, *Os movimentos de libertação* e *A estratégia de libertação*) editados pela Iniciativas Editoriais de Lisboa, em 1978, num total de 975 páginas, enriquecidas pelos argutos comentários de Aquino. Não há publicação similar tão preciosa: certamente, é uma fonte obrigatória de consulta para as mais novas gerações de militantes e intelectuais desses países.

Aquino se declarava "um homem de angústia, em busca do que é ser marxista no século XXI", e acrescentava: "Sou um marxista em tensão, um marxista de poucas certezas". □

José Maria Nunes Pereira

* A Casa dos Estudantes do Império (CEI) foi criada pelo salazarismo para "assistir" os estudantes ultramarinos. A concepção de império de Salazar era tão alargada que permitia aos brasileiros que estudavam em Portugal ser membros da CEI. O professor Fernando Mourão, diretor do Centro de Estudos Africanos da USP, foi um dos seus dirigentes. O autor deste texto também foi membro da CEI. Com a crescente atividade nacionalista clandestina na CEI, o governo fechou-a no início dos anos 60.

estudos
AFRO-ASIÁTICOS

NÚMERO ANTERIOR

Seminário: O pensamento de esquerda
e a questão racial

Por um pensamento negro-brasileiro

Axé e Vida

Transição do escravismo para o capitalismo

